



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



Santa Maria, abril de 2024



GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL – GDF

Ibaneis Rocha Barros Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE

Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

DIRETOR DA CRE DE SANTA MARIA

Claudiney Formiga Cabral

GESTORES:

Simeir Gonçalves Prestes

Andréia Cardoso Lima Pantoja

CHEFE DE SECRETARIA:

Paula Tatiane Peixoto Mariano

SUPERVISORES:

Daiana Maria Lima Silva Tiago

Aline Letícia de Oliveira Lima

Maria Socorro Rodrigues

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:

Simone de Jesus Campos

Islene Peixoto dos Santos Silva

Ana Paula Ribeiro de Santana

Andréia Pereira de Souza

Wiana Kelly Freitas



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	06
2. APRESENTAÇÃO.....	07
3. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR.....	08
4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR.....	15
5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	21
6. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR	22
7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA.....	23
8. METAS DA UNIDADE ESCOLAR	24
9. OBJETIVOS.....	25
9.1 - Objetivo geral	25
9.2 - Objetivos específicos	25
10. FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA EDUCATIVA	27
11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR.....	29
12. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR....	30
12.1 Organização dos tempos e espaços	31
12.2 Relação escola - comunidade.....	32
12.3 Relação teoria e prática	32
12.4 Metodologias de ensino.....	34
12.5 Organização da escolaridade: ciclos, séries, semestre, modalidades(s), etapas(s), segmentos, anos e/ou séries ofertados	34
13. APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS NA UNIDADES ESCOLAR	36
14. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR.....	37
14.1 - Articulação com os objetivos e as metas do PPP	37
14.2 - Articulação com o Currículo em Movimento	37
14.3 - Articulação com o PDE e/ou com o PPA e/ou com o PEI e/ou ODS 4	38



15. APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS DO GOVERNO E/OU COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	39
15.1 - Articulação com os objetivos e as metas do PPP	39
15.2 - Articulação com o Currículo em Movimento	40
15.3 - Articulação com o PDE e/ou com o PPA e/ou com o PEI e/ou ODS 4	40
16 – DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO AVALIATIVO NA UNIDADE ESCOLAR	41
16.1 - Avaliação para as aprendizagens	41
16.2 - Avaliação em larga escala	42
16.3 - Avaliação institucional	43
16.4 - Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens	43
16.5 - Conselho de Classe	45
17 – PAPÉIS E ATUAÇÃO	46
17.1 - Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA)	46
17.2 - Orientação Educacional (OE)	48
17.3 - Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR)	50
17.4 - Profissionais de apoio escolar: Monitor, Educador Social Voluntário, Jovem Candango, entre outros	52
17.5 - Biblioteca Escolar	52
17.6 - Conselho Escolar	53
17.7 - Profissionais Readaptados	53
17.8 - Coordenação Pedagógica	54
17.8.1 - Papel e atuação do Coordenador Pedagógico	55
17.8.2 - Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica	56
17.8.3 - Valorização e formação continuada dos profissionais da educação	57
18 – ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS	58
18.1 - Redução do abandono, evasão e reprovação	58
18.2 - Recomposição das aprendizagens	59
18.3 - Desenvolvimento da Cultura de Paz	59
18.4 - Qualificação da transição escolar	60



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

19 – PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	61
19.1 - Gestão Pedagógica	61
19.2 - Gestão de Resultados Educacionais	62
19.3 - Gestão Participativa	62
19.4 - Gestão de Pessoas	63
19.5 - Gestão Financeira	63
19.6 - Gestão Administrativa	64
20 – PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	64
20.1 - Avaliação Coletiva	64
20.2 - Periodicidade.....	65
20.3 - Procedimentos / Instrumentos	66
20.4 - Registros	66
21 – REFERÊNCIAS	66
22 – APÊNDICES	69
• Eixos transversais: Alinhando as ações escolares	70
• Projeto Viajando na Leitura	76
• Projeto de Informática na Escola	87
• Projeto Ler Arte (Biblioteca Escolar)	92
• Polidocência (5º ano)	96
• Reagrupamentos	100
• Concursos, exposições, festas e eventos	103
• Regimento interno da unidade escolar	110
• Plano de Ação da Orientação Educacional	117
• Plano de Ação da Sala de Recursos	129
• Plano de Ação da Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem	133
23 – ANEXOS	148
• Educação com Movimento	149
• Educação Integral	174
• Programa Alfaletando	184
• Circuito de Ciências	187
• Pacto pela Alfabetização	189



1. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Unidade Escolar / Instituição Educacional	Escola Classe 116 de Santa Maria
Coordenação Regional de Ensino	Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria
Endereço	QR 116, Conjunto M, Lote 01 – Santa Maria/DF
Telefone	3318-2187
E-mail	ec116sm@gmail.com
Data da Fundação da UE	07/03/1994
Turnos de Funcionamento	Diurno (matutino e vespertino)
Etapas/Modalidades de Ensino Ofertadas	Ensino Fundamental I
Escola de Gestão Compartilhada	() SIM (X) NÃO
Oferta Educação Integral	(X) SIM () NÃO
Equipe Gestora	GESTORES: Simeir Gonçalves Prestes Andréia Cardoso Lima Pantoja CHEFE DE SECRETARIA: Paula Tatiane Peixoto Mariano SUPERVISORES: Daiana Maria Lima Silva Tiago Aline Letícia de Oliveira Lima Maria Socorro Rodrigues



2. APRESENTAÇÃO

Vivemos sob o impacto de mudanças mundiais, dos avanços científicos, da comunicação cada vez mais rápida, da informação que se perde pelo seu volume e acúmulo diário. A educação, com seus objetivos e procedimentos, precisa se ajustar e inovar, buscando por soluções que deem conta de seus desafios.

A Escola Classe 116 de Santa Maria, por meio da Coordenação Regional de Ensino, no intuito de oferecer uma educação de qualidade à comunidade desta Unidade de Ensino (U.E.), construiu este Projeto Político Pedagógico (PPP).

Nesse sentido, a organização escolar prioriza as ações consideradas importantes e inovadoras visando oferecer uma educação que possa preparar crianças para viver em uma sociedade plural, democrática e em constante mudança, bem como a formação da cidadania para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e comprometida com a mudança social.

Construir a cidadania requer trabalhar com suas verdadeiras motivações interiores, sonhos, potenciais e anseios. Desse modo, o PPP da Escola Classe 116 de Santa Maria norteará o fazer educativo no período desse ano, podendo ser reestruturado com ajustes internos, mediante necessidade.

Em termos curriculares, o PPP desta U.E. se fundamenta nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, bem como, na Base Nacional Comum Curricular, no Currículo em Movimento da Educação Básica do DF e no Plano Distrital de Educação. Do ponto de vista de sua elaboração, este documento foi construído de forma coletiva com o grupo docente e atualizado de modo a se adequar à realidade escolar vivenciada no momento. Os instrumentos para tal intento envolvem reunião com o grupo docente e formulário para levantamento de dados e opiniões junto à comunidade.

Portanto, o presente PPP busca contemplar as necessidades da comunidade escolar, priorizando aprendizagens significativas, promovendo a inclusão, a cidadania e a cultura de paz.



3. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

A Escola Classe 116 localiza-se na QR 116, Conjunto M, Lote 01, na Zona Urbana da Região Administrativa de Santa Maria, no Distrito Federal. É parte integrante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e está vinculada à Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria.

A Região administrativa de Santa Maria – RA XIII – completou 31 anos no dia 10 de fevereiro de 2024. Compreende as áreas da Marinha, Saia Velha e o Pólo JK. Possui uma área de 215,86 km².

Em 1990, foi instituído o Programa de Assentamento do Governo do Distrito Federal para atender a demanda habitacional de famílias de baixa renda e relocar ocupações irregulares dispersas no DF. No âmbito desse programa, foi criada em 4 de novembro de 1992, pela Lei 348/92 e regulamentada pelo Decreto nº 14.604/93, a RA XIII – Região Administrativa de Santa Maria. A ocupação foi iniciada nas quadras 200 e 308 a 310.

Nos anos seguintes, houve a consolidação da ocupação do parcelamento, que se situa entre os ribeirões Alagado e Santa Maria. Santa Maria abriga também áreas militares do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego – CINDACTA/Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa do Ministério da Marinha.

A RA possui, ainda, grande potencial de desenvolvimento econômico pela sua situação geográfica estratégica, próximo a Saída Sul, e pela criação do Polo de Desenvolvimento JK.

Possui uma população de aproximadamente 130.970 (cento e trinta mil, novecentos e setenta) habitantes, desse total, 95,3% dos moradores com seis anos ou mais de idade declararam saber ler e escrever. No que diz respeito à remuneração de trabalho principal, o valor médio observado na pesquisa foi de R\$ 2.458,67 (CODEPLAN, 2022).

O perfil da Escola Classe 116 está em uma construção constante e articulada com a comunidade na qual está inserida.

A EC 116, atualmente, destina-se a estudantes do Ensino Fundamental I de 9 anos (1º ao 5º ano) com um quantitativo 671 estudantes em 34 turmas que estão assim distribuídas:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	CLASSE ESPECIAL
MATUTINO	00	05	03	02	05	02
VESPERTINO	07	00	03	05	00	02
TOTAL	07	05	06	07	05	04

Essa organização escolar visa atender às necessidades da comunidade. No ano anterior, a escola não apresentou índice de evasão escolar e o índice de reprovação foi de 1,89%. Podemos afirmar que historicamente a EC 116 apresenta baixos índices de evasão e reprovação escolar, excluídos os estudantes ANEE's dadas as suas peculiaridades no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, tal afirmativa pode ser observada na seguinte tabela:

	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.	Evasão	Rep.
2016	0%	0%	0%	0%	0%	12,33%	0%	0%	0%	3,2%
2017	0%	1,68%	0%	0%	0%	5,98%	0%	0%	0%	5,92%
2018	0%	1,55%	0%	0%	0%	4,11%	0%	0,78%	0,8%	0,8%
2019	0%	0%	0%	0%	0%	0,81%	0%	0,27%	0%	0,4%
2020	0%	0%	0%	0%	0%	0,1%	0%	0%	0%	0%
2021	0%	0,59%	0%	1,41%	0%	8,7 %	0%	1,66%	0%	3,68%
2022	0%	0%	0%	0,13%	0%	0,83%	0%	0%	0%	0%
2023	0%	0%	0%	3,26%	0%	2,38%	0%	0%	0%	2,96%



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

Ressaltamos que os alunos retidos do 2º ano foram retidos devido as faltas. A escola realizou diversas intervenções junto as famílias e órgãos superiores, mas esses alunos ainda apresentaram um quantitativo de faltas acima do permitido em lei.

A EC 116 abriu suas portas pela primeira vez à comunidade em 07 de março de 1994, dando início ao ano letivo. Naquele momento, contava com 12 salas de aula e aproximadamente 1.600 alunos, distribuídos do CBA à 8ª série e Ensino Especial, tendo como 1ª diretora a professora Maria Rita Vieira Ferreira.

Em 1995 a U.E. recebeu a ampliação de 9 salas de aula para atender a demanda da comunidade, o ano foi atípico e tumultuado, tendo 3 diretoras para gerir o corrente ano letivo: Cristina, Marília e Divina, mas sempre mantendo um excelente nível pedagógico, sendo, inclusive, premiada no concurso de redação no âmbito do Distrito Federal, com o tema Semana do Trânsito, pela aluna Michele Maciel.

Veio a Lei de Gestão Democrática e em 1996 assumiu a direção, eleita pela comunidade, a professora Verônica José Inácio, permanecendo na direção até o ano de 1999, por dois mandatos eletivos, sendo até então a diretora que mais tempo gerenciou a U.E.

Em sua gestão, a escola mostrou seu potencial vitorioso, vencendo vários concursos e inclusive lançando um livro, de autoria dos alunos de séries iniciais, intitulado: “Eu também sou Poeta”. A Sala de Leitura surgiu no ano de 1997, a qual recebeu o nome de “Paraíso do Livro”. Atualmente, a mesma conta com uma profissional da área dos Auxiliares de Educação para desenvolver o trabalho de incentivo à leitura junto ao corpo docente e discente, embasada no projeto da U.E.

O novo milênio iniciou com nova direção, assumia ali a professora Kátia Jardim, dando continuidade ao trabalho de qualidade historicamente desenvolvido por esta U.E. Em 2001 sob direção da professora Maria Aparecida Pena Ribeiro, projetou-se um espaço para a recreação dos alunos da escola.

Em 2002 assumiram a direção, o professor Marco Antônio Ferreira Sobrinho, como Diretor e a professora Zuleide Moura e Silva como Vice-Diretora, os quais foram absorvidos por um desejo cada vez maior de manter a qualidade de ensino oferecido por esta escola, e empenhados em solidificar a construção da cidadania em nossos alunos, valorizando o lúdico, o civismo, as artes e o respeito às diferenças do ser humano.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

No ano de 2002, a Escola Classe 116 oficializa, em 16 de julho, uma parceria com o Instituto Escola Brasil do Banco Real ABN, a qual trouxe algumas melhorias físicas ao espaço que atendia 1.100 alunos diariamente.

O ano de 2004 inicia com novos membros na equipe de direção, o professor Marco Antônio Ferreira Sobrinho continua como Diretor e como Vice-Diretor assume o professor Jeovany Machado dos Anjos juntamente com os Assistentes de Direção João Batista de Freitas e Marcelo Torgone Vicente da Silva.

Neste ano o Hino da Escola Classe 116 foi elaborado com o intuito de fomentar nos alunos o sentimento de pertencimento a escola e resgatar questões como civismo e respeito.

A prática de cantar o Hino da Escola semanalmente, junto com o Hino de Brasília e o Hino do Brasil, é um exercício de cidadania, uma forma de valorizar nossa escola, nosso estado e nosso país.

HINO DA ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

Letra: João Batista Dias de Freitas e Jeovany dos Anjos
Música: Stravinsky Braga

SURGIU NO DISTRITO FEDERAL
NA CIDADE DE SANTA MARIA
UMA ESCOLA SEM IGUAL
ONDE SE ENSINA COM ALEGRIA

**ESCOLA CLASSE 116, ESCOLA CLASSE116
COM MUITA GARRA E DETERMINAÇÃO
EM BUSCA DA MELHOR EDUCAÇÃO**

CRESCENDO COM DIFICULDADES
VENCENDO COM TRABALHO NOITE E DIA
A SERVIÇO DA COMUNIDADE
SE DESTACA EM SANTA MARIA

REFRÃO



COM MUITA COMPETÊNCIA E OUSADIA
MESTRES TRANSFORMAM DIA A DIA
ALUNOS COM VONTADE DE APRENDER
JUNTOS BUSCAM A CIDADANIA

REFRÃO

De 2006 a 2007 forma-se a nova Equipe de Direção tendo como Diretor o professor Marco Antônio Ferreira Sobrinho e Vice Diretor o Professor Marcelo Torgone Vicente da Silva. Nesse mesmo ano, a U.E. passa a contar com uma sala de Apoio Psicopedagógico que realiza atendimento a alunos com problemas de aprendizagem com apoio de psicólogo, orientador e psicopedagoga, tanto para alunos desta U.E. como para alunos de outras instituições públicas.

Ainda no ano letivo de 2006, a U.E. passou a disponibilizar um laboratório de informática, com equipamentos doados pelo Instituto Escola Brasil do Banco Real ABN, o que possibilitou aos discentes e docentes desta U.E. o uso das TIC's para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem.

No mês de maio de 2007 assume a Direção uma nova equipe, tendo como Diretora a Professora Zuleide Moura e Silva e Vice-diretor, o Professor Denílson Silva Araújo. Neste ano, a escola foi contemplada com uma sala de Recursos para atendimento aos estudantes ANEE's.

A SEEDF implantou no ano de 2008, o sistema de Gestão Compartilhada, tendo como eleitos a Professora Zuleide Moura e Silva e o Professor Denílson Silva Araújo, que convidaram para assumir a Supervisão Pedagógica a Prof.^a Rosa Maria Rodrigues de Mesquita Araújo e Prof. Marcelo Torgone Vicente da Silva como Supervisor Administrativo e continuando na Equipe a Chefe de Secretaria Sônia M^a Marques. A escolha dos Gestores se deu por meio de eleição, mediante a escolha com o voto direto, e isso se efetivou com a participação e apreciação do conselho escolar, uma vez que foi chapa única.

No ano de 2009 houve novamente a eleição direta com a apreciação do Conselho Escolar, pois o vice-diretor Denilson afastou-se em maio. Assumiu como vice-diretora a professora Mayra Elayne Marques Cabral. A nova Equipe Diretiva foi



formada pelas professoras Zuleide Moura e Silva (diretora) e Mayra Elayne Marques Cabral (vice-diretora) para um mandato da Gestão Compartilhada por 2 anos.

Em 2012 assume a direção da escola a professora Lúcia D'Arc Rodrigues, como diretora, e a professora Simeir Gonçalves Prestes, como vice-diretora em um ano de transição para implementação da Gestão Democrática. Nesse mesmo ano, ambas foram eleitas para assumir a Gestão Democrática da escola até 2013.

Em 2013, realizou-se uma nova eleição nos parâmetros da Gestão Democrática, onde a então Equipe Gestora foi reeleita para cumprir mandato de mais três anos. Na gestão desta Equipe, a escola recebeu uma série de benefícios estruturais: nova pintura, reforma da parte elétrica, reforma do forro de algumas salas, ampliação da Biblioteca com novos mobiliários, reforma dos banheiros, mobiliários novos para as salas de aula e arquivo da secretaria, forro do teto e armários novos para a cozinha, novos computadores, equipamentos de som para as salas de aula, entre outros.

A partir do ano de 2012 a escola passou a desenvolver projetos voltados para o enfrentamento da violência e o envolvimento coletivo, a fim de garantir o direito de aprendizagem à parcela de estudantes mais vulnerável, Gincana do abraço, resgatando valores, entre outros. Dentre os projetos, surgiram alguns até o momento, que podemos destacar: Grupos de Vivência, programa Novo Mais Educação, Terapia do Abraço, Projeto Semeando saberes, entre outros. No ano de 2014, a escola recebeu um reforço quanto aos recursos humanos, com a chegada de uma Psicóloga Escolar.

Na eleição do ano de 2019, seguindo os parâmetros da Gestão Democrática a equipe gestora foi reeleita. Entretanto, em 2020 a Diretora Lúcia D'arc se aposentou, assumindo a Direção a Prof.^a Simeir Gonçalves Prestes e a vice direção a Prof.^a Suzana Medeiros de Souza Aguiar.

Nesse mesmo ano, em virtude da Pandemia da Covid-19 toda a rede de ensino ingressou no ensino remoto a partir do mês de março de 2020, orientado pelo Decreto do GDF de nº 40.509, de 11 de março de 2020. As atividades escolares retornaram de maneira híbrida no dia 09 de agosto de 2021, conforme a Circular n.º 4/2021. A Portaria Conjunta nº 12, de 28 de outubro de 2021 determinou o retorno das atividades 100% presenciais em 03 de novembro de 2021.



O ano letivo de 2022 iniciou com as atividades totalmente presenciais e apresentando como grande desafio a educação pós-pandemia, a qual possuía como foco a retomada do processo de interação presencial entre os indivíduos e a recomposição das aprendizagens. Essa perspectiva continuou no ano letivo de 2023.

Em outubro de 2023, através de eleição prevista na Lei da Gestão Democrática, foram eleitas para assumirem a direção escolar a Prof.^a Simeir Gonçalves Prestes e a vice direção a Prof.^a Andréia Cardoso Lima Pantoja.

No que se refere a estrutura física, a escola possui;

- 34 salas de aula;
- 1 banheiro feminino e 1 masculino para os alunos;
- 1 banheiro feminino e 1 masculino para os servidores;
- 1 banheiro adaptado para os alunos com necessidades especiais;
- Cantina;
- Direção;
- Coordenação pedagógica;
- Sala dos professores;
- Sala da orientação educacional;
- Sala de recursos;
- Sala da equipe especializada de apoio a aprendizagem;
- Secretaria escolar;
- 2 salas para as atividades da Educação Integral;
- Biblioteca escolar;
- Laboratório de informática;
- Mecanografia;
- Pátio;
- Horta;
- Parquinho;
- Quadra poliesportiva.

Constantemente a escola procura ofertar melhorias em suas instalações para proporcionar aos estudantes, funcionários e comunidade um ambiente acolhedor e digno, que auxilie plenamente no desenvolvimento de nossos alunos. Nos últimos



anos foram realizadas reformas nos banheiros, pintura das salas de aula e pequenas melhorias diversas.

Para o ano de 2024 desejamos realizar uma reforma na cozinha, a construção de um refeitório e a cobertura do pátio.

4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

Atualmente, nos aspectos que se referem à aprendizagem dos estudantes desta U.E, o índice da escola quanto ao IDEB é de 6,0 e está acima da média estadual, entretanto, no ano de 2021 observou-se uma queda de 0,5 ponto quando comparado ao aferimento do ano de 2019 que constava uma nota de 6,5. Os dados do IDEB foram divulgados em 2022.

Cabe ressaltar que os resultados do Saeb 2021 se configuram como o primeiro retrato do que a Pandemia de Covid-19 significou para a educação brasileira, em termos de aprendizagem, oferecendo um conjunto de dados que deverá ser explorado em profundidade por todos os envolvidos no processo educacional para que se possa compreender melhor os efeitos da Pandemia de Covid-19 na educação brasileira e a identificação de estratégias para contorná-los, proporcionando aos estudantes oportunidades de recuperação e desenvolvimento.

A equipe gestora junto ao corpo docente analisou os dados e traçou metas e estratégias dentro da realidade observada para superar a queda.

Atualmente, aguardamos os dados do SAEB 2023 para reavaliarmos as ações e metas da escola.

Em relação ao atual retrato da comunidade desta U.E., fez-se uma pesquisa quantitativa por amostragem com a comunidade escolar no ano de 2024, utilizando o Formulário Google, onde 229 famílias participaram e constatou-se que: 61,6 % dos estudantes residem com a mãe e o pai e 27,5 % residem apenas com a mãe. No que se refere ao nível de escolaridade do responsável que preencheu o formulário: 35,4 % possuem o nível médio completo, 21,8 % o nível superior completo e 14,4 % o nível superior incompleto.

Em relação ao estudante possuir laudo de deficiência ou transtorno, 11,8 % dos participantes declararam que o estudante possui laudo e 7% declarou que o estudante



está em investigação médica. Entre os que responderam que o estudante possui laudo, 50% informaram laudo de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e 36,8% informaram laudo de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

No tocante a religião das famílias: 46,5 % se declararam católicas, 43,9 % se declararam evangélicas, 4,8% não possuem religião, 2,2% se declararam espíritas, 09 % declararam ser do Candomblé, Umbanda ou outras religiões afro-brasileiras e 1,8 % declararam seguir outra religião.

Quanto à moradia: 45,8 % moram em casa própria, 37,4 % em casa alugada e 13,7 % em moradia cedida. Em relação ao local de residência dos estudantes: 69,3 % residem em Santa Maria Norte, 11,08 % residem no Condomínio Total Ville e 8,8 % residem na região do entorno (Valparaíso, Cidade Ocidental, Luziânia etc.). Sobre como os alunos se deslocam para a escola: 41,09% vão andando, 31,3 % vão de automóvel e 22,9% vão de transporte escolar pago pela família.

Ao que se refere à renda familiar: 20,1% recebe um salário mínimo, 17,9 % recebe de dois a três salários mínimos e 12,9 % recebe menos de um salário mínimo como renda. Quanto ao recebimento de benefício do governo: (como Bolsa família, cartão material escolar, BPC) 39,9 % afirmaram receber algum desses benefícios.

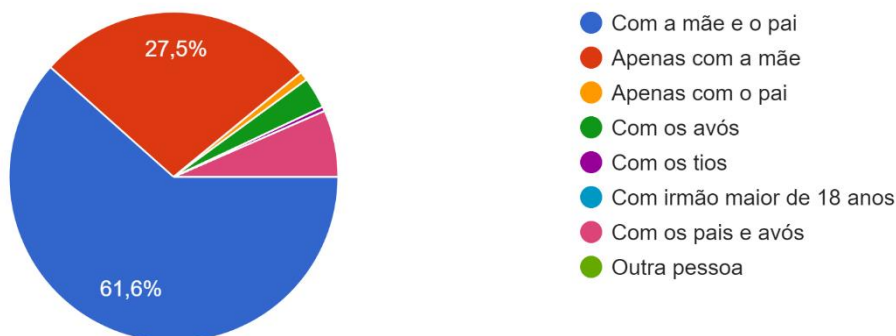
No que diz respeito ao acesso à internet: 55,3 % das famílias possuem acesso à internet pelo celular e computador e 43,9 % apenas pelo celular. Como principal forma de divertimento diário das crianças: 75,4 % citaram brincadeiras livres no terreno de casa e 70,6 % o uso de televisão.

No que se refere à opinião dos pais em relação à escola, 44,3 % consideram que a escola é ótima, 47,7 % boa e 10,1% regular.

Os dados evidenciados anteriormente podem ser ilustrados pelos gráficos que se seguem.

Gráfico 1:

Com quem o estudante reside





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

Gráfico 2:

Nível de escolaridade dos responsáveis

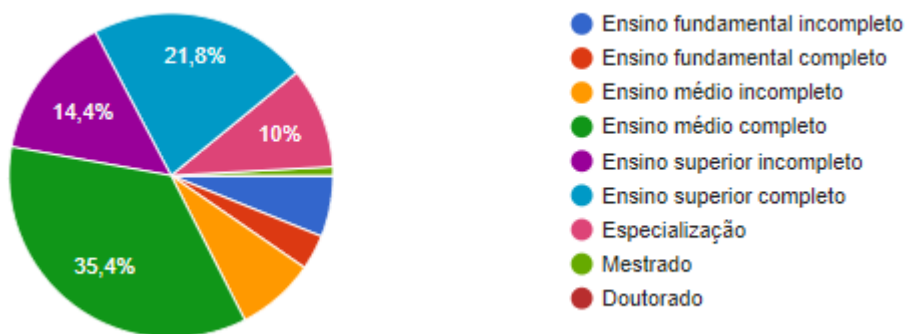


Gráfico 3:

Laudo de deficiência ou transtorno



Gráfico 4:

Laudos informados

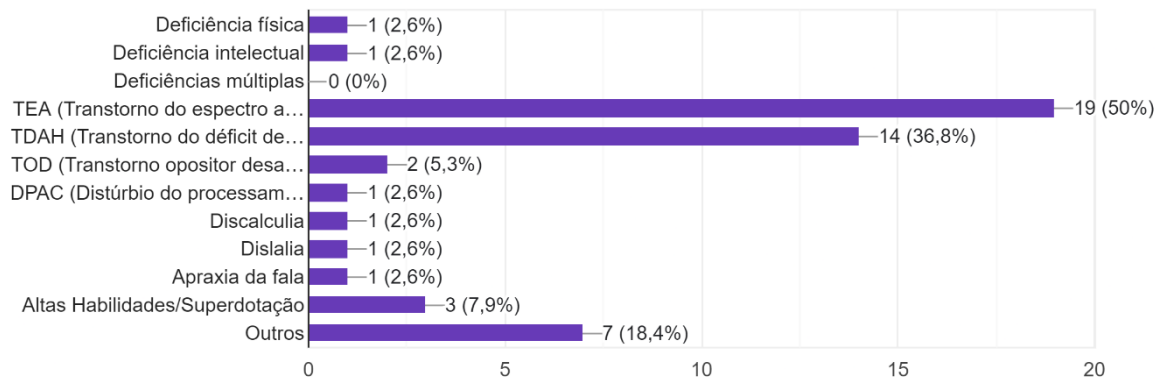




Gráfico 5:
Religião das famílias

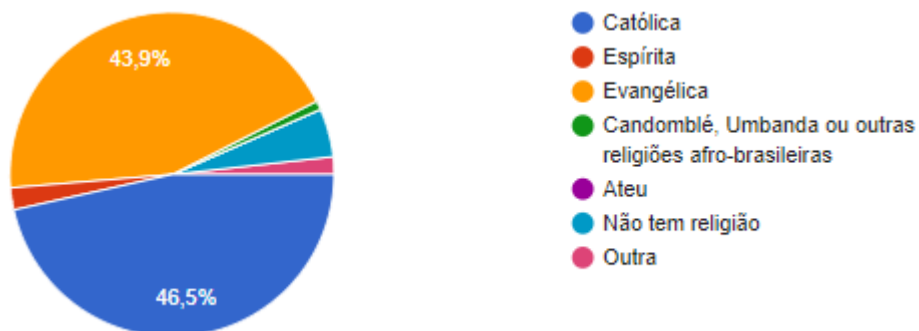


Gráfico 6:
Tipo de moradia

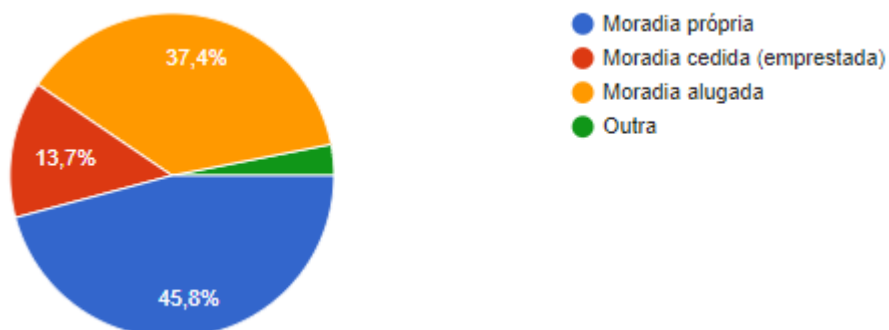


Gráfico 7:
Local de moradia





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

Gráfico 8:
Como o estudante se desloca para a escola

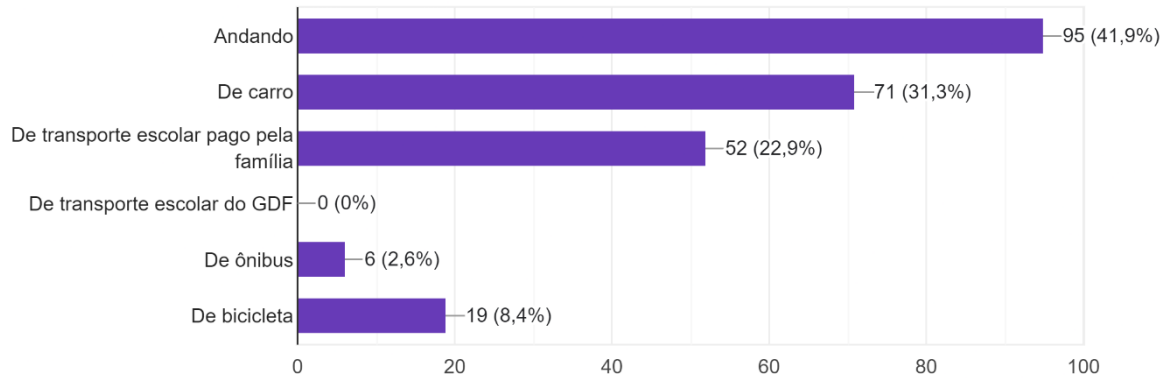
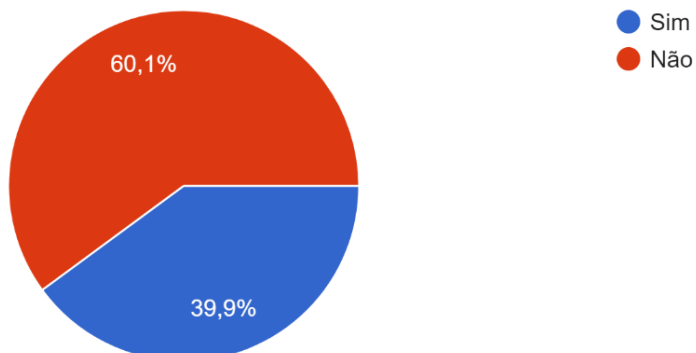


Gráfico 9:
Renda familiar



Gráfico 10:
Recebimento de Benefícios do Governo (Bolsa família, cartão material escolar, BPC)





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

Gráfico 11:
Meios de acesso à internet

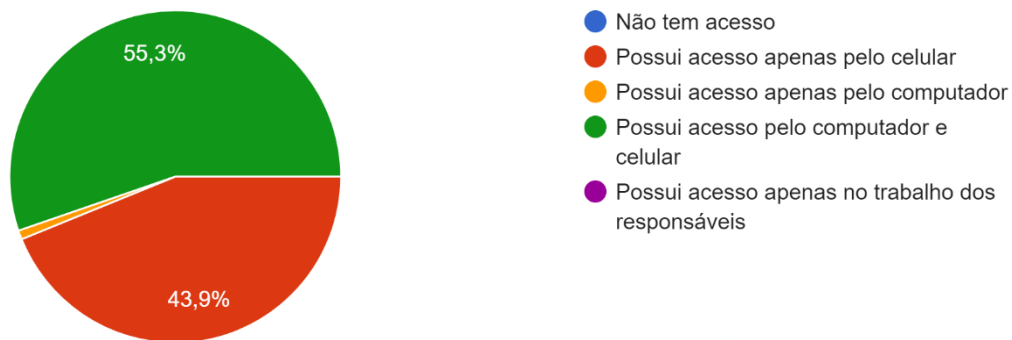


Gráfico 12:
Principal divertimento diário das crianças

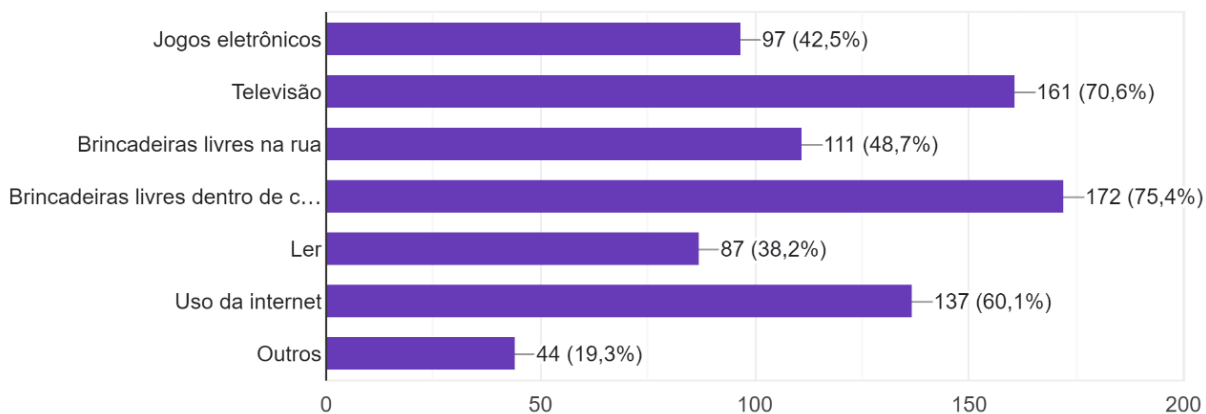
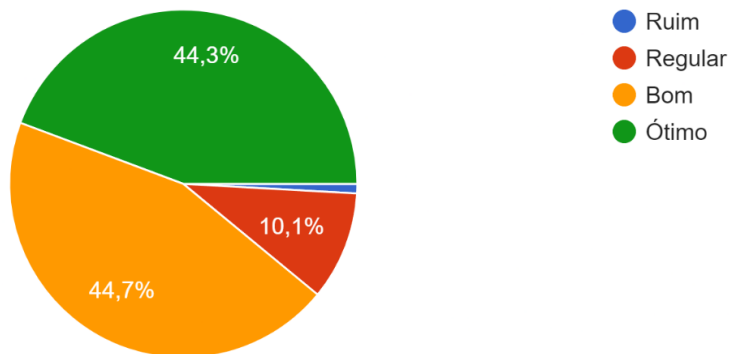


Gráfico 13:
Opinião dos pais em relação ao trabalho da escola





Os apontamentos levantados por esta pesquisa nos mostram uma dimensão da situação social e econômica das famílias, além de nortear ações para encabeçar este Projeto Político Pedagógico.

5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola que se insere em uma sociedade marcada pela exclusão social e por práticas mercadológicas neoliberais, precisa buscar metodologias pedagógicas que possam ir de encontro a esta perspectiva, no sentido de promover uma educação libertadora com o intuito de romper com esta prática excludente. Portanto, esta Unidade Escolar busca uma prática pedagógica pautada na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-cultural em consonância com as diretrizes adotadas no Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal. Nesta perspectiva, Saviani defende que a educação implica “uma atividade que supõe uma heterogeneidade real e uma homogeneidade possível; uma desigualdade no ponto de partida e uma igualdade no ponto de chegada” (SAVIANI, 1985, p. 76).

Assim, a educação a que nos propomos visa um trabalho pedagógico intencionalmente planejado para atuar de maneira libertadora, levando em consideração as especificidades da comunidade escolar em que estamos inseridos e, principalmente, as necessidades diversas de ensino-aprendizagem dos estudantes que atendemos.

Nos meandros da Psicologia Histórico-Cultural, temos o importante papel da cultura e da linguagem na formação da subjetividade dos sujeitos. De tal maneira que as concepções e visões de mundo de cada sujeito/educando devem ser levadas em consideração na prática pedagógica da escola. Vygostky (2001) defende uma aprendizagem inter-relacional que se propaga na relação com o outro, por isso, a “zona de desenvolvimento imediato” proporciona interações que pedagogicamente planejadas podem levar ao desenvolvimento dos protagonistas do processo de ensino-aprendizagem.

Devemos levar em consideração também a perspectiva da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que encontra na educação uma forte aliada,



instrumento fundamental para sua disseminação, devido à facilidade do contato com as diversidades sociais. Daí a necessidade de investir na formação docente no sentido de romper com práticas excludentes, através de ações pedagógicas que alcancem a comunidade escolar como um todo, do educando ao educador. Dessa forma, garante-se minimamente, que a criança, ao adentrar à escola, usufrua de uma educação não só qualitativa, mas acima de tudo, igualitária.

A escola como um todo percebe que o processo de enfrentamento e superação dos desafios necessita de um trabalho mais articulado entre os diversos segmentos a fim de garantir tomadas de decisões que surtam efeito na prática.

6. MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A educação de qualidade é o objetivo que norteia a Escola Classe 116 de Santa Maria a fim de proporcionar ao educando uma formação cidadã, com capacidades e potencialidades globais. Assim, a escola tem como finalidade o desenvolvimento dos processos educacionais que favoreçam o crescimento pessoal, social e cultural do aluno.

A EC 116 visa o desenvolvimento de atividades permeadas por metodologias progressistas da Pedagogia Crítico-social, com imersão na Pedagogia Pós Crítica que, apesar de interagirem com uma sociedade neoliberal, busca romper com os processos de exclusão socioeconômicos às quais a comunidade está submetida.

Os principais desafios a serem vencidos na escola são: alfabetização de todas as crianças até 8 anos de idade, alfabetização matemática para todos os anos, problemas disciplinares e comportamentais (acentuados após o período de ensino remoto), alunos que se encontram em situação de risco, excesso de faltas que provocam repetências e evasão escolar, participação ativa da comunidade escolar, entre outros.

A missão da escola está alinhada as metas e estratégias do Plano Distrital de Educação (PDE) e a missão da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) definida no Plano Estratégico Institucional (PEI) 2023-2027:

Promover educação pública de excelência, gratuita, inclusiva, universal e inovadora, de modo a preparar o estudante para o exercício da cidadania e



qualificá-lo para a reflexão crítica e para o mundo do trabalho, e a contribuir para o desenvolvimento integral da sociedade (SEDF, 2023, p.13).

7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA

A EC 116 de Santa Maria se fundamenta em fins e princípios consoantes com a democratização do saber, fraternidade humana, solidariedade nacional, consciência ética, nos quais o educando se desenvolve com dignidade para o exercício da cidadania, no intuito de contribuir com o processo de formação de pessoas críticas, participativas, criativas, que sejam capazes de, a partir da fraternidade e da justiça, contestar questões da vida, e que possam conceber uma educação comprometida com a realidade de um povo de forma intensiva e sistêmica, por meio de saberes, trocas e relações de mediação.

Em sua proposta de teoria educativa Freire (1996) defende que “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 61). Dessa forma, entendemos o papel primordial da escola, como espaço formal onde a educação se desenrola e, por isso, é essencial sua postura em ofertar uma educação qualitativa que atenda aos anseios da comunidade escolar.

A educação oferecida fundamenta-se nos princípios:

- Da compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do estado, da família e dos demais;
- Da garantia dos direitos de aprendizagem conforme estabelecido no Currículo em Movimento da SEEDF;
- Da democratização do saber, pelo qual é possibilitado ao aluno a apropriação e a transformação dos conhecimentos historicamente acumulados, como condição necessária à construção de uma escola sintonizada com o seu tempo e comprometida com uma sociedade em mudança, mais justa, fraterna e solidária;
- Do respeito à diversidade humana nos seus mais variados aspectos: cultural, sexual, religioso, entre outros;
- Da educação inclusiva como forma de nortear o trabalho docente e possibilitar aos educandos o respeito às suas especificidades e a convivência harmoniosa entre os pares;



- Da compreensão acerca do meio ambiente, sua conservação e preservação, bem como as relações de sustentabilidade;
- Do respeito à pessoa do educando, que é o centro de toda ação educativa, como ser ativo e participante, construtor do seu presente e futuro, na perspectiva do desenvolvimento máximo de sua potencialidade;
- De colaboração no desenvolvimento de uma consciência ecológica de proteção ambiental e integração ativa do homem com o meio ambiente.

8. METAS DA UNIDADE ECOLAR

As metas da unidade escolar constituem um recurso estratégico fundamental para o sucesso da instituição a longo prazo. Isso porque as metas são integrantes de objetivos maiores que ajudam a comunidade escolar a se concentrar na jornada e alocar seus recursos e tempo de forma mais eficiente.

Do ponto de vista pedagógico, as metas auxiliam no desempenho e ajudam a identificar pontos fracos e fortes, impulsionando a educação rumo ao propósito desejado.

A Escola Classe 116 desenvolve seu trabalho buscando atingir as metas estabelecidas para a rede educacional do Distrito Federal através do Plano Distrital de Educação 2015-2024 (PEI), observando as estratégias sugeridas e alinhando o trabalho às necessidades da comunidade atendida.

Para o ano letivo de 2024 as metas a serem alcançadas são:

- Diminuir as taxas de evasão e reprovação;
- Fomentar a recomposição das aprendizagens dos estudantes com maiores dificuldades;
- Desenvolver ações que proporcionem aos estudantes meios para consolidarem a alfabetização até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- Promover maior articulação entre equipe pedagógica, professores, estudantes e responsáveis de modo a aumentar o comprometimento de toda a comunidade escolar com as metas e objetivos da instituição;
- Proporcionar a inclusão para todos os estudantes;
- Fortalecer a gestão democrática e participativa;



- Buscar melhorias na infraestrutura física da escola;
- Elevar os índices da escola em avaliações internas e externas.

9. OBJETIVOS

A EC 116 de Santa Maria prioriza em suas ações pedagógicas os seguintes objetivos e focos de atuação:

9.1 - Objetivo geral

Ofertar uma educação pública de qualidade que desenvolva as aprendizagens do estudante e o prepare para o exercício da cidadania e para a reflexão crítica sobre o mundo, baseando-se nos princípios de democratização, equidade, excelência, inovação, integridade, sustentabilidade e valorização do servidor.

9.2 - Objetivos específicos

Aprendizagem:

- Proporcionar ao estudante uma Base Comum em nível nacional, de conhecimentos que lhe propiciem o desenvolvimento de suas potencialidades, possibilitando interagir com o meio social no qual está inserido para que possa prosseguir seus estudos;
- Fazer as intervenções necessárias ao educando, proporcionando avanços em sua aprendizagem;
- Desenvolver o processo educativo, com a participação da família e da comunidade, objetivando formar o educando consciente de seus deveres e direitos inerentes à cidadania, bem como, cidadão ativo na transformação do meio em que vive;



- Promover o desenvolvimento do estudante nos aspectos éticos, afetivos, políticos e sociais, com vistas ao aprimoramento de sua capacidade para a vida cidadã articulada com o meio em que vive.
- Diminuir o índice de distorção idade/série, permitindo aos estudantes sua aprendizagem no tempo e idade adequada;
- Proporcionar aos educandos e educadores meios e ações efetivas para garantir a alfabetização na idade certa;
- Criar mecanismos que possibilitem o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático para todos os estudantes, através da utilização de vivências e materiais concretos;
- Organizar eventos que promovam a interação e desenvolvimento pedagógico nas mais variadas áreas, como: Circuito de Ciências, Soletrando, Mostra da Cultura Afro-brasileira, etc.
- Desenvolver projetos que envolvam os estudantes em situação de risco e/ou com problemas comportamentais, a fim de garantir sua aprendizagem.

Formação de professores:

- Construir junto ao corpo docente condições para um ensino de reconhecida qualidade;
- Mediar formas de atualização, enriquecimento e aprimoramento profissional aos professores e demais funcionários, principalmente, nas reuniões coletivas;
- Fomentar meios de interação sociocultural com a comunidade escolar;
- Realizar fóruns de avaliação e planejamento visando a formação de educadores reflexivos.
- Proporcionar grupos de vivência envolvendo todos os serviços especializados da escola;
- Promover coordenações temáticas, conforme a necessidade do grupo de professores priorizando temas referentes à Leitura, Meio Ambiente, Atitudes Sociais, Cultura da Paz, Vivenciando Diferenças, Consciência Cidadã, o Saber Matemático e Educação para a vida.



Ensino Especial

- Atender às diferenças individuais do estudante através da adaptação de técnicas às diversas fases do seu desenvolvimento;
- Propiciar situações de vivências, análise e reflexão que possibilitem o desenvolvimento do respeito com relação aos estudantes ANEE's;
- Sensibilizar sobre a necessidade de vivenciar o respeito às diferenças, garantindo que todos os estudantes possam ser diferentes sem serem discriminados ou diminuídos;
- Trabalhar a questão dos valores, proporcionando à comunidade escolar refletir sobre o respeito a si mesmo e ao próximo;
- Permitir aos estudantes sentir-se parte integrante de um grupo.

Educação Integral:

- Promover educação integral que compreenda ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educacionais por meio da realização do trabalho pedagógico que favoreça as aprendizagens, com vistas à formação integral do educando.
- Promover a melhoria da qualidade do ensino com vista à educação integral do estudante, seu pleno desenvolvimento como pessoa.
- Resgatar a autoestima dos estudantes para que se tornem autônomos e emancipados.
- Proporcionar acesso ao lazer, cultura, esporte, arte, etc.
- Incluir a participação das famílias aos eventos organizados na Educação Integral.

10. FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA EDUCATIVA

As concepções teóricas que embasam a prática pedagógica desta U.E. estão em consonância com o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do DF que preconiza a Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-cultural.



A Pedagogia Histórico-Crítica defendida por Saviani (1985) propõe a perspectiva do educando como centro do processo educativo, devido a importância que se atribui aos sujeitos na construção da história.

Assim, tomando como base os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), temos que:

na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, o estudo dos conteúdos curriculares tomará a prática social dos estudantes como elemento para a problematização diária na escola e sala de aula e se sustentará na mediação necessária entre os sujeitos, por meio da linguagem que revela os signos e sentidos culturais. (SEDF, 2014, p. 32)

A Prática social é compreendida como o conjunto de saberes, experiências e percepções construídas pelo estudante em sua trajetória pessoal e acadêmica e que é transposto para o estudo dos conhecimentos científicos. Considerar a prática social como ponto de partida para a construção do conhecimento significa trabalhar os conhecimentos acadêmicos a partir da articulação dialética de saberes do senso comum, escolares, culturais, científicos, assumindo a igualdade entre todos eles.

O trabalho pedagógico assim concebido compreende que a transformação da prática social se inicia a partir do reconhecimento dos educandos no processo educativo mediação entre a escola e seus diversos sujeitos fortalece o sentido da aprendizagem construída e sustentada na participação e na colaboração dos atores. É função primeira da escola garantir a aprendizagem de todos os estudantes, por meio do desenvolvimento de processos educativos de qualidade. Para isso, o reconhecimento da prática social e da diversidade do estudante da rede pública do ensino do Distrito Federal são condições fundamentais.

É importante reconhecer que todos os agentes envolvidos com a escola participam e formam-se no cotidiano da escola. Nesse sentido, a Psicologia Histórico-Cultural destaca o desenvolvimento do psiquismo e das capacidades humanas relacionadas ao processo de aprendizagem, compreendendo a educação como fenômeno de experiências significativas, organizadas didaticamente pela escola.

A aprendizagem não ocorre solitariamente, mas na relação com o outro, favorecendo a crianças, jovens e adultos a interação e a resolução de problemas, questões e situações na “zona mais próxima do nível de seu desenvolvimento”. A



possibilidade de o estudante aprender em colaboração pode contribuir para seu êxito, coincidindo com sua “zona de desenvolvimento imediato” (VIGOSTSKY, 2001, p. 329). Assim, a aprendizagem deixa de ser vista como uma atividade isolada e inata, passando a ser compreendida como processo de interações de estudantes com o mundo, com seus pares, com objetos, com a linguagem e com os professores num ambiente favorável à humanização.

A escola utiliza o teste da Psicogênese estruturado por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999), onde ambas defendem que:

não podemos esquecer, porém, que a alfabetização tem duas faces: uma, relativa aos adultos, e a outra, relativa às crianças. Se em relação aos adultos trata-se de sanar uma carência, no caso das crianças trata-se de prevenir, de realizar o necessário para que essas crianças não se convertam em futuros analfabetos (FERREIRO, TEBEROSKY, 1999, p. 19)

Portanto, é imprescindível adotar um instrumento que permita aos docentes uma avaliação de sua prática pedagógica, bem como, dos resultados de suas ações junto à alfabetização dos educandos.

Assim, a educação da EC 116 de Santa Maria do Distrito Federal, adequada à LDB, às Diretrizes Curriculares Nacionais, às Diretrizes Pedagógicas da SEEDF, aos PCN's e ao Currículo em Movimento da Educação Básica do DF dispõe de instrumento norteador, compatível com as exigências que o mundo, em processo de globalização e transformação, impõe à sociedade que necessita de novas condições e de novos parâmetros e valores para modificar-se e aprimorar-se.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

A Escola Classe 116 segue em suas ações a organização curricular do Ensino Fundamental, que tem como fundamento a prática pedagógica os princípios e valores emanados da Constituição Federativa do Brasil – CF/1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, dos PCN's, do Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), da Base Nacional Curricular Comum (2018), e em consonância com o Relatório da UNESCO sobre a Educação para o Século XXI (1998), no que tange aos quatro pilares para a aprendizagem: aprender a Conhecer, aprender a Fazer, aprender a Ser e aprender a Viver juntos, proporcionando aos



educandos os elementos necessários para exercer plenamente a cidadania, contribuindo para uma cultura de paz e a transformação qualitativa da sociedade.

O Currículo em Movimento da Educação Básica da Rede Pública de Ensino a partir do ano de 2014 propõe flexibilidade e descentralização, reforçando a necessidade de construção de uma identidade coletiva em que as decisões e responsabilidades sejam compartilhadas em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo como base o respeito aos direitos e deveres de alunos, bem como aos professores e comunidade escolar.

O currículo da escola é organizado para direcionar o trabalho pedagógico, orientar e respaldar as ações a serem desenvolvidas a fim de atender às diversas necessidades de aprendizagem, abrangendo as diversidades culturais. Outro aspecto é a questão da avaliação do processo pedagógico que tem o objetivo de planejar novas estratégias para sanar os desafios que surgirem no percurso. Essa organização contribui para atender a diversidade apresentada no contexto escolar, bem como redirecionar as práticas pedagógicas no sentido de alcançar as metas e o desenvolvimento pleno dos educandos.

Os eixos transversais são contemplados através de projetos e ações desenvolvidos no decorrer do ano letivo, de modo interdisciplinar. Sendo assim, os conhecimentos do currículo se integram aos projetos através dos planejamentos em grupo, individuais e ações planejadas e definidas para alcançar os objetivos traçados.

O currículo escolar tem como objetivo desenvolver a criança em seus aspectos físicos, psicológico, afetivo, intelectual e social, representando um cruzamento de diversidades culturais, articulando-a com os conhecimentos e experiências concretas dos alunos em seu meio social, com a cultura dos meios de comunicação, da cidade e de suas práticas sociais. Significa proporcionar aos estudantes conhecimentos e experiências diversificados em todos os âmbitos educacionais.

12. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

O ensino fundamental destina-se à formação da criança e do adolescente, objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto



realização e exercício consciente da cidadania plena. Obrigatório a todos, a segunda etapa da Educação Básica supõe o exposto no art. 3º da LDB 9394/96, no qual estão garantidos os princípios de igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, além da valorização de professores e da gestão democrática do ensino público como garantia de padrão de qualidade.

Por se tratar de uma escola inclusiva, preconiza o trabalho com a diversidade, objetivando conscientizar sobre o respeito às diferenças. A adequação curricular para os estudantes ANEE é elaborada a partir do diagnóstico clínico, após avaliação pedagógica em conjunto com as equipes, coordenação e professor, baseada nas orientações do currículo e de acordo com as especificidades de cada estudante.

A oferta de um ensino de qualidade constitui, assim, um processo permanente de orientação de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento socioeconômico e com a prática pedagógica consciente e responsável.

12.1 Organização dos tempos e espaços

O tempo escolar pode ser entendido como um sistema de referências que organiza as práticas de professores e estudantes.

Em sua organização temporal, a E.C. 116 segue as orientações e datas estabelecidas no Calendário Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal 2024, estabelecido pela Portaria nº 1.139, de 6 de novembro de 2023. Assim, o ano escolar é dividido por bimestres letivos, contemplando quatro bimestres ao ano letivo.

No que se refere à organização curricular da escola, os professores juntamente com a coordenação pedagógica planejam anualmente as unidades de aprendizagem, subdividindo-as por bimestre. A partir daí, são realizadas coordenações por grupo quinzenalmente a fim de orientar os conteúdos a serem trabalhados no período.

Semanalmente, além das aulas das matérias específicas em sala, os alunos são atendidos na Biblioteca Escolar e participam de duas aulas de Educação Física. Quinzenalmente ocorre o atendimento no laboratório de Informática.

Vale ressaltar que todo planejamento feito pelo grupo de professores é norteado pelos projetos que envolvem o fazer pedagógico desta instituição de ensino. Dessa forma, temos a garantia de que o grupo trabalha de forma interdisciplinar e



articulado com a Proposta Político Pedagógica da escola e da Secretaria de Educação do DF.

Salienta-se que nos apêndices deste texto, é possível encontrar um resumo de cada projeto, onde detalham-se os projetos individualmente e demais Planos de Ação.

12.2 Relação escola - comunidade

A Escola Classe 116 de Santa Maria é vista como um espaço onde podemos compartilhar e construir conhecimentos, tendo como base a solidariedade, a justiça e todos os valores éticos que possibilitarão a formação de sujeitos participantes e críticos do processo de transformação da sociedade.

Uma escola de qualidade deve ser administrada de forma compartilhada como uma organização viva e solidária em seus objetivos, voltada para o atendimento das necessidades e expectativas de seus estudantes, pais, comunidade e sociedade.

O fortalecimento da relação escola - comunidades é uma das metas desta instituição e constitui um dos vínculos essenciais para levar adiante o trabalho educativo da escola.

A EC 116 desenvolve diversas ações para aproximar sua comunidade. Além das reuniões bimestrais entre professores e responsáveis, buscamos estabelecer uma relação de diálogo e transparência em momentos variados. Para esse fim utilizamos os meios de comunicação (Whatsapp, redes sociais, bilhetes, etc.), bem como estamos sempre abertos a atender aos pais e responsáveis.

Os momentos em que são realizadas festas e eventos também fortalecem os laços entre a escola e a comunidade escolar,

12.3 Relação teoria e prática

A nossa realidade requer uma escola que tenha como proposta de educação um projeto que considere o momento histórico atual, na dinâmica do real, numa perspectiva de escola de qualidade, inovadora e renovadora, priorizando o desenvolvimento integral da criança a partir de seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, afetivo e social, complementando a ação da família e



da comunidade, conforme apregoa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

Para levar a efeito as propostas idealizadas, a E.C. 116 de Santa Maria está alicerçada nas Diretrizes Pedagógicas da SEE/DF, e conta com um grupo de docentes capacitados, organizado de acordo com a própria formação, para atender aos estudantes sempre na busca da melhoria no processo ensino aprendizagem.

A escola propõe ações que proporcionem a inclusão e privilegiem a afetividade e a qualidade das relações que incidem diretamente nos domínios afetivos, cognitivos e psicomotor com vistas à adaptação e integração dos estudantes.

Assim, a E.C. 116 vem adotando estratégias educativas para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes e os coloca em prática através dos seguintes projetos: Reagrupamentos, Polidocência no 5º ano, Projeto de Informática, Biblioteca Escolar, Circuito de Ciências e Soletrando. Tais projetos são voltados para a melhoria da qualidade no Ensino Fundamental tendo como meta desenvolver a aprendizagem dos estudantes, bem como elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

No ano letivo de 2021 a EC 116 aderiu ao Pacto pela Alfabetização em Santa Maria, um projeto encabeçado pela CRE de Santa Maria em conjunto com a SEEDF e em parceria com o Instituto Raiar que objetiva a alfabetização das crianças de 1º e 2º ano como forma de melhorar o desempenho das crianças e contribuir para o desempenho ao longo da vida escolar dos nossos estudantes.

No ano de 2024 a SEEDF institui o Programa Alfaletando, instituído por meio do Decreto nº 45.495/2024, que tem como eixo norteador garantir o direito à alfabetização de crianças até os sete anos de idade, como forma de colaborar para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas.

A EC 116 se compromete a cumprir, dentro de sua competência, as metas e indicadores educacionais e de gestão, definidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, observadas as especificidades da unidade de ensino, implementando todos os esforços neste sentido, em consonância com as normas internas da escola.



12.4 Metodologias de ensino

A escola adota uma postura de avaliação formativa e processual, onde se preconiza as atividades diárias e momentos definidos de avaliação formal e informal.

Na avaliação diagnóstica e bimestralmente utiliza-se largamente o teste da psicogênese para identificar os esquemas prévios em relação à aquisição da língua escrita e para orientar planejamentos de estratégias pedagógicas que considerem a zona de desenvolvimento proximal no processo de alfabetização.

As estratégias que fundamentam o fazer didático-pedagógico no cotidiano da escola são: a avaliação formativa e diagnóstica, o trabalho pedagógico diversificado (variabilidade didática), a formação continuada e a coordenação coletiva de trabalho pedagógico, conforme as ações didáticas e pedagógicas a serem pensadas pelos profissionais da escola, com a finalidade de assegurar as aprendizagens de todos.

O professor tem autonomia para definir as estratégias que fundamentarão o fazer didático-pedagógico no cotidiano de sua sala de aula, devendo ser as mais diversas possíveis, sempre alinhadas ao Projeto Político Pedagógico da escola e aos projetos desenvolvidos na U.E.

12.5 Organização da escolaridade: ciclos, séries, semestre, modalidades(s), etapas(s), segmentos, anos e/ou séries ofertados

A Escola Classe 116 de Santa Maria é uma escola de educação básica, oferta o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental), contemplando o 1º e o 2º Bloco do 2º Ciclo para as Aprendizagens da Educação Básica das escolas públicas do DF.

A rede pública de ensino do Distrito Federal universalizou a implantação do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) desde o ano de 2008 em todas as unidades escolares que ofertam a alfabetização e iniciou no ano de 2013 a implantação gradativa do 2º Bloco (4º e 5º anos) por meio da adesão esclarecida e voluntária das escolas. A organização escolar ciclada dos anos iniciais do Ensino Fundamental é a seguinte:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

- ✓ 1º Bloco – BIA - Bloco Inicial de Alfabetização (três primeiros anos do Ensino Fundamental);
- ✓ 2º Bloco – 4º e 5º anos.

ENSINO FUNDAMENTAL I - ANOS INICIAIS	
2º Ciclo para as Aprendizagens da Educação Básica	
1º BLOCO	2º BLOCO
1º, 2º e 3º ano	4º e 5º ano

O Bloco BIA tem como eixo norteador o processo de aprendizagem do aluno e não a lógica dos conteúdos a ensinar. A ação pedagógica do BIA deve contemplar, simultaneamente, a alfabetização, o letramento e a lúdico assegurando ao aluno a apropriação do sistema alfabético-ortográfico à medida que o aluno se apropria do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita e também por intermédio de brincadeiras.

Os Ciclos para as Aprendizagens estruturam-se por meio da gestão democrática, da formação continuada dos (as) profissionais da educação, da reorganização dos espaços-tempos para o direito de todos (as) os(as) estudantes de aprender, do fortalecimento de espaços da coordenação pedagógica e do conselho de classe, da articulação entre os três níveis da avaliação: “aprendizagem (avaliação de desempenho dos (as) estudantes pelos (as) professores (as)), institucional (avaliação do trabalho pedagógico) e de larga escala (avaliação externa)” (SEDF, 2014, p. 14).

No 1º ano e no 2º ano do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, a avaliação não assume caráter promocional ano a ano, sendo admitida a retenção apenas no 3º ano. Nos, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental das Unidades Escolares organizadas em Ciclos para as Aprendizagens, o caráter processual e contínuo da avaliação formativa deve ocorrer, podendo haver retenção somente ao final do segundo bloco (5º ano) do ensino fundamental.

Esta U.E. aderiu a Educação Integral do programa Mais Educação a partir do ano de 2015, tendo como base de sustentação ampliar os tempos e espaços para as aprendizagens dentro e fora da escola. O Projeto iniciou com o semi-integral



atendendo ao todo 50 alunos, sendo 25 em cada turno. De acordo com o manual operacional o atendimento ao estudante foi estabelecido em 7 horas de permanência dentro da escola com ofertas de oficinas variadas como: dança, capoeira, horta, artes, Educação em Movimento e reforço escolar.

No ano de 2017, através do Programa Novo Mais Educação/MEC houve ampliação do tempo de atendimento aos alunos para 8 horas diárias com lanche e almoço, como também aumentou a quantidade de alunos para o projeto de 50 para 100, envolvendo-os em diversas atividades educativas, lúdicas e recreativas, porém com intencionalidade pedagógica.

Atualmente temos o Projeto Educação em Tempo Integral, com 9h, atendendo cento e vinte e cinco estudantes durante o período de três dias na semana.

13. APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS NA UNIDADES ESCOLAR

O currículo do Ensino Fundamental deve atender à diversidade, explicitando e trabalhando as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e valorização das suas especificidades, voltada para o exercício da cidadania, na superação de todas as formas de discriminação e opressão, ofertando um ensino que proporcione uma ação pedagógica que efetive a não-exclusão, o avanço continuado, através da garantia do respeito aos ritmos e tempos de aprendizagem de cada aluno, e a construção do conhecimento, através da interdisciplinaridade de forma dinâmica, criativa, crítica, contextualizada, investigativa, prazerosa, desafiadora e lúdica.

Para atender essa demanda a E.C. 116 prioriza a execução de projetos elaborados pela SEEDF. Os projetos institucionais desenvolvidos nesta U.E. são:

- ✓ Educação com Movimento;
- ✓ Educação Integral;
- ✓ Programa Alfaletando;
- ✓ Circuito de Ciências.

A apresentação desses projetos consta nos anexos.



14. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

O conteúdo escolar nunca é um fim em si mesmo, mas um veículo, um meio para o aluno aprender a pensar e questionar o próprio conhecimento. Sendo assim, a SEEDF e a E.C. 116 vêm adotando medidas e elaborando projetos voltados para a melhoria da qualidade no Ensino Fundamental, visando a formação de alunos ativos, que interagem no meio em que atuam.

Os projetos desenvolvidos na EC 116 são:

- ✓ Eixos transversais: Alinhando as ações escolares;
- ✓ Projeto Viajando na Leitura;
- ✓ Projeto de Informática na Escola;
- ✓ Projeto Ler Arte (Biblioteca Escolar);
- ✓ Polidocência (5º ano);
- ✓ Regimento Interno;
- ✓ Reagrupamentos;
- ✓ Concursos e exposições;
- ✓ Festas e eventos.

A apresentação desses projetos consta nos apêndices.

14.1 - Articulação com os objetivos e as metas do PPP

O desenvolvimento dos projetos citados visa o cumprimento das metas e objetivos da U.E explicitados nesse Projeto Político Pedagógico, definindo ações e estratégias voltadas para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, bem como, para o desenvolvimento integral dos estudantes.

14.2 - Articulação com o Currículo em Movimento

O desenvolvimento dos projetos da U.E. está em consonância com as propostas do Currículo em Movimento da SEEDF, que enfoca as necessidades de aprendizagem de todos os estudantes, respeitando seus tempos de desenvolvimento,



com a garantia de um processo contínuo de formação integral. O ensino, então, não fica restrito à transmissão de conteúdos e à prática de avaliações que valorizem apenas o caráter quantitativo ao final de cada bimestre; diferente disso, aprimora-se constantemente os processos de ensinar, de aprender e de avaliar, tendo como princípio fundamental a garantia das aprendizagens para todos os estudantes.

14.3 - Articulação com o PDE e/ou com o PPA e/ou com o PEI e/ou ODS 4

O desenvolvimento dos projetos da E.C. 116 está articulado aos objetivos estratégicos definidos no PEI - Planejamento Estratégico Institucional 2023 – 2027 (SEEDF), sobretudo no objetivo estratégico 09: Elevar os resultados das aprendizagens para garantir o fluxo escolar regular dos estudantes.

Sob a perspectiva do desenvolvimento pedagógico, este objetivo estratégico visa elevar os resultados das aprendizagens para assegurar o progresso escolar regular dos estudantes. Nesse sentido, o foco é qualificar a educação em todas as etapas e modalidades, por meio da implementação do programa de atendimento aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano e da melhoria do fluxo escolar, compromisso este ratificado no PPA do GDF. O OE09 justifica-se, ainda, pela previsão de assegurar, conforme delimita a meta 4.1 do ODS 4, que todos os estudantes completem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio de forma gratuita, equitativa e de qualidade até 2030 (SEEDF, 2023).

No que se refere ao Plano Distrital de Educação (2015 - 2024), os projetos específicos da escola estão alinhados as seguintes diretrizes:

- I – erradicação do analfabetismo formal e diminuição do analfabetismo funcional;
- IV – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- V – melhoria da qualidade da educação, com foco no educando;
- VI – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, considerando as características econômicas do Distrito Federal;
- XI – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental, respeitando as convicções morais dos estudantes e de seus pais ou responsáveis;



XII – promoção da jornada integral de educação que incorpore novos conhecimentos, saberes e tecnologias e valorize a inclusão social, cultural e ambiental, o conhecimento colaborativo e o fazer conectado com a vida cotidiana;

XIII – promoção dos princípios e dos valores da família.

15 – APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE ESCOLAR EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS DO GOVERNO E/OU COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

No ano de 2021 a E.C. 116, por meio de acordo de cooperação firmado entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Instituto Raiar, aderiu ao Programa Pacto pela Alfabetização.

O Pacto pela Alfabetização é uma iniciativa que apoia técnica e financeiramente os municípios na implantação de uma política pública colaborativa para garantir a alfabetização na idade certa. O acordo possui vigência até o final do ano letivo de 2024.

O desenvolvimento do projeto Pacto pela Alfabetização visa o cumprimento das metas e objetivos definidos nesse Projeto Político Pedagógico e estão em consonância com as propostas do Currículo em Movimento da SEDF, bem como com as metas do Plano Distrital de Educação (2015 - 2024) e o Planejamento Estratégico Institucional 2023 – 2027 (SEEDF).

A apresentação desse projeto consta nos anexos.

15.1 - Articulação com os objetivos e as metas do PPP

Ao priorizar a alfabetização dos estudantes e proporcionar metodologias e estratégias para esse fim, o Pacto pela Alfabetização está articulado aos objetivos e metas da Escola Classe 116, especificamente na meta de "Desenvolver ações que proporcionem aos estudantes meios para consolidarem a alfabetização até o final do 3º ano do ensino fundamental" e no objetivo específico de " Proporcionar aos



educandos e educadores meios e ações efetivas para garantir a alfabetização na idade certa".

15.2 - Articulação com o Currículo em Movimento

Este projeto está em consonância com as propostas do Currículo em Movimento da SEEDF, pois o mesmo afirma que através do domínio da língua:

"efetiva-se a comunicação, construção de conhecimentos, apropriação dos meios científicos, tecnológicos, participação em processos políticos e expressão cultural, é responsabilidade da escola garantir a todos os estudantes acesso a saberes construídos historicamente pela humanidade em relação à língua. Nesse sentido, ressalta-se que a finalidade precípua do ensino da Língua Portuguesa é propiciar aos estudantes a competência comunicativa, ou seja, a capacidade de expressar-se adequadamente em qualquer situação, de forma oral e escrita" (SEEDF 2013).

A partir da conquista das habilidades de escrita e leitura na alfabetização, cada criança tem condições de se desenvolver integralmente nos anos seguintes – e durante toda vida adulta. Ao promover equidade no ensino, reduz-se a possibilidade de desigualdades sociais que vão se agravando nos anos seguintes. A alfabetização é, portanto, uma ferramenta para superação de vulnerabilidade social.

15.3 - Articulação com o PDE e/ou com o PPA e/ou com o PEI e/ou ODS 4

O desenvolvimento do Pacto pela alfabetização está articulado aos objetivos estratégicos definidos no PEI - Planejamento Estratégico Institucional 2023 – 2027 (SEEDF), sobretudo no objetivo estratégico 09, citado anteriormente.

No que se refere ao Plano Distrital de Educação (2015 - 2024), o Pacto pela alfabetização está alinhado as seguintes diretrizes:

- I – erradicação do analfabetismo formal e diminuição do analfabetismo funcional;
- V – melhoria da qualidade da educação, com foco no educando.



16 – DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO AVALIATIVO NA UNIDADE ESCOLAR

A avaliação é um fenômeno que envolve múltiplos fatores, tanto conceituais quanto metodológicos, pois desde muito tempo passou por várias definições até chegar no âmbito educacional. Ela é uma atividade complexa que faz parte do cotidiano do estudante, do professor e das relações escolares.

16.1 - Avaliação para as aprendizagens

No Distrito Federal já se delinea na Secretaria de Educação uma abordagem de Avaliação Formativa, pautada no Currículo em Movimento da Educação Básica (SEDF, 2014), que pressupõe respeitar o desenvolvimento contínuo do aluno, considerando o seu crescimento individual, suas necessidades e potencialidades.

Na avaliação formativa os alunos exercem papel central, devendo atuar ativamente em sua própria aprendizagem. Todas as informações disponíveis sobre a aprendizagem dos alunos devem ser observadas pelo professor que deve estar atento para identificá-las, registrá-las e analisá-las. Não se descarta a utilização da prova, que pode ser útil quando seus resultados são associados aos demais procedimentos avaliativos.

Dessa forma, o sentido definitivo da avaliação formativa se dá na observância de quatro dimensões: diagnóstica (levantamento de informações), participativa (relação de reciprocidade professor/aluno- intercomunicação), processual e contínua (intervenções) e cumulativa (dimensões cognitiva, afetiva e psicossocial).

A avaliação formativa, que é a abordagem proposta pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, apresenta as seguintes características: é mediada pelo professor; destina-se a promover a aprendizagem; leva em conta diferentes linguagens e estilos de aprendizagem; prima pelo tratamento didático aos “erros”, considerando-os como informações diagnósticas; e abrange todas as atividades realizadas.



Dessa forma, a avaliação formativa objetiva identificar e conhecer o que o aluno já aprendeu e o que ele ainda não aprendeu, a fim, de que se providenciem os meios necessários à continuidade dos seus estudos.

16.2 - Avaliação em larga escala

A EC 116 também prioriza as práticas educativas voltadas para a avaliação em grande escala, como SAEB e Prova Diagnóstica da SEDF.

No ano de 2023 foi instituído na Coordenação Regional de Santa Maria o Fórum Permanente de Avaliação. As ações do Fórum visam realizar a leitura e análise detalhada dos resultados obtidos nas Avaliações Diagnósticas e Avaliações Processuais desenvolvidas pela SEDF. Tal análise se faz por meio de Curadorias.

No Fórum Permanente de Avaliação, fica entendido que a “curadoria” é uma estratégia metodológica que se pauta na necessidade de reorganização curricular para que o planejamento de aula do professor seja revisto a partir dos resultados das avaliações de desempenho [das redes, no âmbito nacional (SAEB) ou distrital (Diagnóstico Inicial), externa, no âmbito regional (Diagnóstico processual, por exemplo) e até mesmo as de âmbito local]] que confirmem tal necessidade.

Todo este trabalho prevê a superação das fragilidades diagnosticadas, visando o replanejamento do previsto no Currículo em Movimento/organização curricular da unidade de ensino prevista no PPP. A seleção de conteúdos relevantes e sua organização de forma estruturada apoia o professor regente no planejamento das aulas, possibilitando que as aprendizagens aconteçam ainda no tempo possível de qualificar os conhecimentos dos estudantes para que possam avançar. Quando falamos de “curadoria” a premissa é reconhecer que todo o trabalho seja elaborado nos ambientes coletivos, por professores, coordenadores, serviços de apoio e gestão.

A partir da análise do que é mais urgente no processo educativo quanto ao “resgate das aprendizagens” dos estudantes, ao professor (apoiado, orientado e acompanhado pelos seus pares, cujas atribuições preveem a divisão de várias responsabilidades) cabe a “didática” de encontrar meios mais inovadores para apresentar os conteúdos em suas aulas, os quais tendem, desse modo, serem melhores assimilados e (re)aprendidos e/ou consolidados.



Na busca pelo êxito do processo de ensino-aprendizagem, o uso da curadoria de conteúdo passa a ser um dos caminhos para a superação das fragilidades evidenciadas pelos resultados da(s) avaliação(ões) do desempenho dos estudantes, quando fica mais necessária “a seleção” de conteúdos à luz do Currículo em Movimento da SEEDF, que possibilitem a objetivada recomposição das aprendizagens e que possam apoiar o processo contínuo de aprender e reaprender ao longo das aulas, “*avançar enquanto se aprende e aprender à medida que se progride*” (SEEDF - 2014, p.14).

16.3 - Avaliação institucional

Na Avaliação Institucional, a escola segue os parâmetros da Secretaria de Estado de Educação do DF, avaliando cada segmento em conjunto com a Comunidade Escolar, visando diagnosticar e melhorar as ações desenvolvidas no âmbito educacional, administrativo, pedagógico e humano.

A avaliação institucional será feita envolvendo todos os atores do processo educacional de forma ampla buscando analisar a Gestão Escolar no que tange à sua estrutura, desenvolvimento e sucesso nos aspectos: administrativos, pedagógico, financeiro e de pessoal, analisando coletivamente os resultados; tomando os padrões exitosos como parâmetros norteadores e os insucessos como instrumentos de reflexão e mudança de parâmetros e atitudes.

16.4 - Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens

A escola crítica e criativa enfatiza a avaliação dinâmica, num processo que integra a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor, na direção da construção do conhecimento e da formação da cidadania consciente e participativa.

Nessa perspectiva, o ato de avaliar constitui-se no processo ação-reflexão ação em que o professor redireciona o ensino no sentido da aprendizagem. E tendo em vista o redirecionamento da ação pedagógica, a concepção da avaliação deve ser



formativa, permitindo que as crianças acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas potencialidades ao longo de seu aprendizado.

A LDB 9.394/96, em seu art. 31, estabelece que nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a avaliação deve basear-se na observação e no acompanhamento das atividades individuais e coletivas. Essencialmente diagnóstica e contínua permite a construção dos avanços obtidos pelo aluno e o (re) planejamento docente considerando as dificuldades enfrentadas no processo e a busca de soluções.

Os resultados das avaliações são registrados sob a forma de Registro Descritivo, individuais, levando-se em conta a singularidade de cada aluno refletindo assim a história da construção da aprendizagem e do seu desenvolvimento. Assim, o Registro de Avaliação – RAv, será repassado aos pais, durante a reunião de pais e mestres, ao final de cada bimestre.

Na avaliação formativa, a observação e o registro são instrumentos metodológicos fundamentais. Assim, para a realização do RAv o professor deve fazer registros diários ou com a maior frequência possível, refletindo todas as situações relevantes com relação ao desenvolvimento do aluno. Sua implementação pode contar com diversos suportes, tais como: ficha individual, portfólio ou dossiê, contendo registros sobre as produções ou observações do aluno.

A recuperação dos objetivos não alcançados, individual ou grupal, ocorre de forma paralela ao desenvolvimento curricular, por meio de atividades diversificadas, atendimento individualizado, projetos de reagrupamento, projetos interventivos e outras estratégias oportunas em cada caso, não se descartando a utilização da prova, como já fora mencionada.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais a avaliação da aprendizagem não tem caráter promocional e a retenção dar-se-á para os alunos que não obtiverem 75% de frequência no ano letivo. Fora essa especificidade, a retenção poderá ocorrer apenas no 3º e 5º ano, para os estudantes que, realizadas todas as intervenções cabíveis, não alcançarem as metas previstas.

Ao redigir o RAv dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais – ANEE, deverão ser observadas as adaptações curriculares elaboradas em conjunto com o Serviço de Apoio Especializado, assim a decisão sobre a promoção deve



envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adaptações curriculares do aluno.

Assim, a avaliação da EC116 de Santa Maria é composta por dois pontos: Avaliação Educacional e Avaliação Institucional. O processo Ensino-Aprendizagem tem acompanhamento por meio de ações avaliativas nas dimensões diagnóstica, processual-contínua, cumulativa e participativa com foco no sucesso do aluno.

O diagnóstico realizado por meio de observações pertinentes visa orientar o trabalho futuro. A avaliação processual-contínua proporcionará as oportunidades que favoreçam o desenvolvimento integral do educado, por intermédio de participações, observações, relatórios, trabalhos, pesquisas de modo a atender as individualidades e capacidades de cada um.

A dimensão cumulativa valoriza as descobertas e tentativas para que o aluno possa compreendê-las e utilizá-las. A participação do aluno quanto ao modo e tipo de avaliação é assegurada pelo professor em sala de aula e pela escola quando ocorre o Conselho de Classe, normalmente ao final de cada bimestre e excepcionalmente quando houver necessidade.

16.5 - Conselho de Classe

A escola é um espaço social e, portanto, político, formador de opiniões, produtor e reproduzidor de comportamentos sociais, sendo assim, esta é uma instância que pode possibilitar a construção de um espaço verdadeiramente democrático-participativo que abrirá portas para novas relações sociais.

Neste caso, o Conselho de Classe surge como uma das peças-chaves para esta realização na tentativa de promover o coletivo. Possui caráter avaliativo voltado para a comunidade escolar, que por meio das reuniões avaliam os seus estudantes e a si mesmo no que diz respeito ao conteúdo, metodologia e ações pedagógicas. Portanto, este é mais do que um espaço necessário dentro da escola, é um espaço essencial no desenvolvimento da qualidade da mesma.

É uma instância democrática de avaliação, com função de diagnóstico, aconselhamento, prognóstico, levantamento de soluções alternativas, elaboração de



programas de recuperação, apoio, incentivo, reformulação de objetivos e metas, envolvimento, coleta de evidências de mudanças de comportamento.

Assim, compete a todos os participantes do Conselho de Classe, analisar os aspectos que influenciam o processo de ensino e de aprendizagem, bem como confirmar a promoção ou não do aluno. No entanto, vale salientar que este não é o objetivo final do Conselho, visto que uma série de outras possibilidades podem e devem ser buscadas com o intuito de promover a aprendizagem dos estudantes.

No final do ano letivo, durante o Conselho de Classe do 4º bimestre de cada ano, os professores, junto com a equipe gestora e coordenação, analisam o teste da psicogênese e as demais especificidades de cada estudante, para no ano seguinte, agrupar os alunos por núcleo comum, e assim, proporcionar um maior desenvolvimento de suas aprendizagens.

17 – PAPÉIS E ATUAÇÃO

A E.C. 116 conta com diversos profissionais que dão suporte a prática pedagógica dos professores regentes, bem como, assistem aos alunos e comunidade em suas necessidades.

17.1 - Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA)

As atividades da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - EEAA desta U.E são regulamentadas pela Portaria nº 07 de 03 de fevereiro de 2011 (SEDF, 2011) que dispõe sobre o histórico, atribuições e formação necessária de cada profissional.

A referida portaria afirma que:

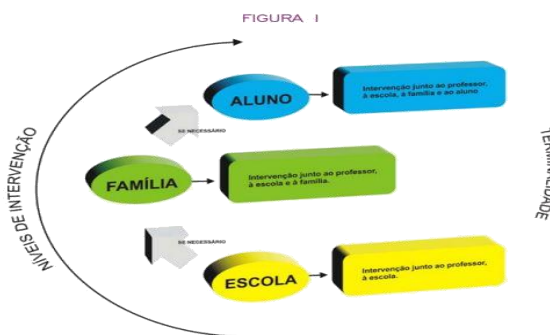
o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, caracteriza-se como um apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, prestado por profissionais com formação e devidamente habilitados em Pedagogia e Psicologia (SEDF, 2011, p.11).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

Segundo a Orientação Pedagógica, tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas.

A atuação da EEAA baseia-se em três dimensões: mapeamento institucional, assessoria ao trabalho coletivo da equipe escolar e acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem, estimulando a ressignificação das práticas educacionais e as intervenções necessárias. Ao falarmos sobre intervenção, é importante lembrar que utilizamos o modelo PAIQUE (Procedimentos de Avaliação e Intervenção das Queixas Escolares):



REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PAIQUE (Neves, 2009)
Nota: Neves, M. M. B. J. (2009). Procedimentos de avaliação das queixas escolares e níveis de intervenção – PAIQUE. (Trabalho não publicado). Reproduzido com a permissão direta da autora.

Segundo a Orientação Pedagógica, documento que norteia o trabalho das equipes no DF, são atribuições da EEAA:

I - Refletir e analisar o contexto de intervenção da sua prática, por meio da análise das características gerais da instituição educacional;

II - Contribuir, em parceria com os demais profissionais da instituição educacional, para a promoção da análise crítica acerca da identidade profissional dos atores da instituição educacional, principalmente do corpo docente, de modo a ressignificar suas atuações;

III - Favorecer o desempenho escolar dos alunos, com vistas à concretização de uma cultura de sucesso escolar, por meio de situações didáticas de apoio à aprendizagem e de alternativas teórico-metodológicas de ensino para a construção de habilidades e competências dos alunos;



IV - Atuar junto à família e à comunidade escolar de forma preventiva e interventiva, tornando-as co-responsáveis no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos.

Na EC 116 esta equipe é formada por uma pedagoga que atua 20 horas no turno matutino e 20 horas no vespertino.

Os alunos com algum transtorno funcional são acompanhados pela EEAA.

O assessoramento das atividades pedagógicas e o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem com intervenções preventivas e/ou imediatas são realizados por meio de escuta ativa, formação continuada nas reuniões pedagógicas semanais ou intervenção direta com professor e em última instância com o aluno diretamente.

Para o atendimento do aluno, é solicitado o preenchimento da ficha de encaminhamento da queixa do professor. Os profissionais da EEAA farão sugestões de intervenções possíveis, escuta da família e observação do comportamento do aluno no ambiente escolar.

Após a execução das sugestões dadas ao professor regente e permanecendo a queixa inicial, será feita uma intervenção direta com o aluno.

Nesse processo avaliativo, a EEAA fará um relatório de Avaliação e Intervenção Educacional, que identificará as possibilidades de aprendizagem do aluno e auxiliará o trabalho do professor.

17.2 - Orientação Educacional (OE)

A orientação educacional integra-se ao trabalho pedagógico da escola e da comunidade escolar na identificação, prevenção e superação dos conflitos, defendendo o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à orientação, à opinião, à democracia da participação e à valorização do aluno como um ser integral, com ações que apoiam a formação do cidadão competente, crítico, reflexivo e criativo.

O trabalho da Orientação Educacional deve estar articulado às demais instâncias da unidade escolar, bem como à família e à comunidade, estabelecendo uma rede social e institucional de proteção e garantia aos direitos do estudante e de melhoria da qualidade da educação.



A Orientação Educacional voltada para o ensino fundamental atua de forma bastante ampla e diversificada e tem como algumas das suas principais ações:

- Participar da elaboração e execução do Projeto Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional.
- Fazer a escuta ativa não só dos estudantes, mas de todo o corpo escolar.
- Atuar por meio de projetos que auxiliem no enfrentamento a violências no contexto escolar e na superação de preconceitos e discriminação.
- Ampliar o conhecimento em áreas preventivas, como sexualidade e drogas, dentre outros.
- Contribuir na construção de uma convivência cooperativa, participativa, democrática, solidárias, por meio da educação para a Cultura de Paz, Mediação de Conflitos e projetos correlatos.
- Assessorar os processos ensino-aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola.
- Promover e participar de ações de adaptação ao novo contexto escolar, bem como da transição para a próxima etapa de ensino.
- Participar ativamente das reuniões coletivas e conselhos de classe, sensibilizando e auxiliando o funcionamento do Conselho de Classe Participativo.
- Contribuir para o vínculo entre a família e a escola, acolhendo os pais ou responsáveis, oferecendo informações e compartilhando conhecimentos que favoreçam o processo educativo em parceria.
- Fazer parcerias e articulações com setores governamentais e/ou não governamentais de forma a atuar junto à rede social de apoio da sua localidade, visando a um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas e sociais das crianças e dos adolescentes.
- Colaborar no processo de resignificação do papel da escola na trajetória de vida dos estudantes em distorção idade-ano.



17.3 - Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR)

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que tem como objetivo: identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

O Atendimento Educacional Especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno com visão a autonomia e independência na escola e fora dela. Alunos com deficiência física, mental, sensorial, visual, com surdez parcial ou total, alunos com transtorno do espectro autista ou com altas habilidades são o público-alvo da Educação Especial e necessitam ser atendidos nas suas especificidades para que possam participar ativamente do ensino comum.

O Atendimento Educacional Especializado é realizado no período inverso ao da classe comum frequentada pelo aluno e, preferencialmente, na própria escola, na Sala de Recursos. Esta equipe tem como principais atribuições:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidades e estratégias considerados as necessidades especiais dos alunos públicos-alvo da educação especial;
- Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Organizar o tipo e o número de atendimento aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- Ensinar e usar Tecnologia Assistida de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos promovendo autonomia, atividade e participação. Dentre eles,



podemos citar: tecnologias de informação, comunicação alternativa, informática acessível, soroban, recursos ópticos e não ópticos, softwares específicos, códigos e linguagens, atividades de orientação e mobilidade, entre outros;

- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade das estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares;
- Orientar professores e familiares sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno.

Na Sala de Recursos da Escola Classe 116 a professora especialista atua atendendo os estudantes com necessidades especiais matriculados que, na sua singularidade, apresentam diagnósticos diversos, como: Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Down.

Os estudantes com Deficiência Auditiva têm como escola polo a EC 206, e os estudantes com Deficiência Visual o CEF 308, ambas em Santa Maria. Os alunos com Altas Habilidades/Superdotação são atendidos no polo do CAIC Santa Maria.

As ações são planejadas ao iniciar o ano letivo, porém elas poderão sofrer algumas alterações ou o acréscimo de outras mediante a realidade do cotidiano escolar encontrado. Ações que tem como intenção apontar intervenções, caminhos, práticas para que todos os coparticipantes deste processo reflitam sobre a importância da construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Pensar e agir para que o ambiente educativo tenha qualidade na aprendizagem, com práticas bem articuladas, debates entre pais e professores, formação continuada dos profissionais envolvidos, enfim, possibilidades e oportunidades para que todos possam conviver com as diferenças com respeito para obter como resultado o sucesso neste processo de inclusão.



17.4 - Profissionais de apoio escolar: Monitor, Educador Social Voluntário, Jovem Candango, entre outros

Em seu quadro de servidores a E.C. 116 possui profissionais que exercem atividades de apoio escolar. No ano letivo de 2024 a escola conta com 5 Monitores (analistas de gestão educacional), 12 Educadores Sociais Voluntários e 6 Jovens Candangos.

Os Monitores, servidores públicos concursados, tem suas atribuições descritas na Portaria Conjunta nº 28, de 2016. A função desses profissionais é executar, sob orientação de equipe escolar, atividades de estímulo, cuidado e higiene dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Os Educadores Sociais Voluntários atuam exclusivamente para auxiliar em atividades cotidianas, como alimentação, locomoção e higienização dos estudantes com deficiência ou com transtornos como Transtorno do Espectro Autista (TEA). O educador social faz jus a um ressarcimento de valor correspondente ao turno de trabalho, pago diretamente pelo GDF.

O Jovem Candango é um programa do Governo do Distrito Federal que visa promover a formação técnico-profissional metódica, por meio de atividades práticas e teóricas, compatíveis com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz, incorporando a aprendizagem à Administração Pública, promovendo a convivência e fortalecimento de vínculos e garantindo a promoção da integração dos jovens ao mercado do trabalho. O programa é destinado a jovens entre 14 e 18 anos. Na E.C. 116 os Jovens Candangos atuam em serviços de apoio a secretaria, coordenação pedagógica e biblioteca escolar.

17.5 - Biblioteca Escolar

A Biblioteca escolar da E.C. 116 é organizada para integrar-se com a sala de aula e no desenvolvimento do currículo escolar. Funciona como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação.



Semanalmente os estudantes realizam o empréstimo de livros para lerem em suas residências. O espaço também pode ser utilizado em momentos agendados pelos professores.

A Biblioteca possui um arquivo em constante renovação, atendendo as necessidades dos estudantes e professores. Os recursos para a manutenção e aquisição do acervo são adquiridos de diversas formas: doações, emendas parlamentares, ações promovidas pela servidora responsável pelo espaço (venda em Sebinhos e reciclagem de papéis).

17.6 - Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEEDF. Cada U.E. possui um Conselho Escolar.

O processo eleitoral para escolha de Conselheiros Escolares das Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal acontece conforme o disposto na Lei Distrital nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012 (Lei da Gestão Democrática).

Nas eleições ocorridas no ano de 2023 não foi alcançado o quórum para a eleição do Conselho Escolar nesta U.E. A Secretaria de Estado de Educação organizará nova eleição em até 180 dias.

17.7 - Profissionais Readaptados

A readaptação funcional é como se denomina o conjunto de medidas que visam ao aproveitamento compulsório do(a) servidor(a), que, em razão de alguma doença laboral física e psíquica, ou, ainda, em decorrência de fatos externos e alheios a sua profissão, passa a ter restrições ou inaptidão às atividades laborais desenvolvidas anteriormente.

Esse fato demanda o deslocamento do(a) servidor(a) para novas funções, desde que respeitada a habilitação exigida no concurso público. Esse instituto busca a eficiência baseada na racionalização e no aproveitamento de recursos humanos,



proporcionando, aos(às) servidores(as), atividades compatíveis com a nova condição de saúde que tenha acarretado limitações de sua capacidade laboral.

Para o ano letivo de 2024 a E.C. 116 conta com 09 profissionais readaptados que desenvolvem diversas funções na escola. O quadro de servidores readaptados está assim distribuído:

Função laboral	Quantitativo de servidores readaptados
Supervisão	2
Coordenação Pedagógica (apoio)	4
Biblioteca escolar	1
Laboratório de Informática	1
Direção (apoio)	1

17.8 - Coordenação Pedagógica

A coordenação pedagógica, prevista na legislação distrital, que acontece nas escolas públicas do Distrito Federal, é fruto de lutas da categoria docente ao longo de muitos anos e seu objetivo é a busca pela melhoria da qualidade na Educação Pública. O Plano de Carreira do Magistério Público do DF em seu capítulo 2, artigo 2º, inciso IX, define a coordenação pedagógica como “O conjunto de atividades destinadas à qualificação, à formação continuada e ao planejamento pedagógico que, desenvolvidas pelo docente, dão suporte à atividade de regência de classe”.

O Distrito Federal é mencionado como a primeira Unidade da Federação a conquistar a garantia desse espaço-tempo. A coordenação pedagógica ressignificou seu formato ao longo do tempo, valorizando o trabalho coletivo, a troca de experiências e a construção de uma prática pedagógica efetiva. A concepção de coordenação pedagógica vislumbra um vir-a-ser, no sentido de construir ações pedagógicas que surjam da reflexão das práticas docentes em um processo permanente de transformação.



17.8.1 - Papel e atuação do Coordenador Pedagógico

O coordenador pedagógico é um articulador, a ele cabe a função de integrar as partes envolvidas no processo educacional e promover um espaço de diálogo e discussões. O coordenador pedagógico deve mediar os momentos de planejamento coletivo buscando as melhores ações a serem desenvolvidas, sempre pautado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Assim, cabe ao coordenador conhecer a legislação e os projetos da escola que envolvem sua prática. O coordenador pedagógico é uma figura de liderança na escola, ele possui um papel de destaque na organização escolar, ele deve estabelecer vínculos e relações interpessoais na escola para desenvolver as múltiplas atividades que caracterizam a sua função.

É necessário que a ação educativa seja planejada, articulada com os sujeitos escolares e o coordenador pedagógico figure como mediador de formas interativas de trabalho, em momentos de estudos, reflexões e ações.

Assim, podemos destacar três funções principais realizadas pelo coordenador pedagógico: articular, planejar e formar. Sua função de articulador é importante para intermediar entre os diversos profissionais e espaços da escola os projetos realizados e garantir que o PPP aconteça de forma efetiva. No que diz respeito ao planejamento, o coordenador pedagógico torna-se um profissional fundamental no desenvolvimento do trabalho escolar, cabe a ele o trabalho de orientar, acompanhar e avaliar, coletivamente, os planejamentos dos professores e as ações que podem ser elaboradas para proporcionar um melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico. Em relação a formação, o coordenador pedagógico deve sempre estar atento as demandas e necessidades dos professores e alunos, assim, ele pode promover momentos de trocas e aprendizagens nas coordenações pedagógicas, contribuindo para a realização de uma educação comprometida com as necessidades dos alunos e atenta as mudanças sociais.



17.8.2 - Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica

No ano de 2024 a E.C. 116 conta com seis coordenadoras (4 eleitas conforme Portaria específica e duas servidoras readaptadas) distribuídas da seguinte maneira: uma coordenadora para cada ano e uma coordenadora para a Educação Integral.

Conforme o Regimento da Rede Pública de Ensino do DF (2015) são atribuições do Coordenador Pedagógico:

I - elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Coordenação Pedagógica na unidade escolar;

II - participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar;

III - orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular;

IV - articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática;

V - divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF;

VI - estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;

VII - divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito da unidade escolar;

VIII - colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho escolar.



17.8.3 - Valorização e formação continuada dos profissionais da educação

A valorização dos profissionais de educação é o primeiro passo para garantir uma educação de qualidade. A atuação desses tem impacto dentro e fora de sala de aula, seja no desempenho dos estudantes, na qualidade da escola e no progresso do país. Para isso, os profissionais devem ser remunerados de forma adequada, receber os recursos necessários para realizar sua função e ter voz ativa na elaboração de políticas públicas para a educação. A valorização dos profissionais de educação passa por diversos fatores e é um dos grandes desafios do nosso país.

Diversas ações são necessárias para valorizar os profissionais das escolas públicas (o piso salarial, o plano de carreira, entre outras políticas públicas).

A E.C. 116 procura valorizar seus profissionais reconhecendo a importância do trabalho de cada um durante todo o ano, no dia a dia, buscando ofertar boas condições de trabalho, além de reconhecimento e respeito. São valorizadas ações como diálogo, motivação, momentos de confraternização e lazer e formação continuada.

O termo formação continuada não se refere apenas a uma atualização de conhecimentos, mas a um processo constante e contínuo de formação, que contemple as necessidades dos estudantes e professores. É um processo permanente de aperfeiçoamento, de modo a permitir que professores ampliem seu repertório de práticas pedagógicas para apoiar os estudantes de novas e mais eficientes maneiras em seu desenvolvimento.

A Escola Classe 116 incentiva a formação continuada de sua equipe proporcionando momentos de aprendizagens e trocas pedagógicas nos momentos de coordenação pedagógica coletiva. Constantemente, formadores e palestrantes são convidados a contribuir com o desenvolvimento da equipe, sempre sobre temáticas sugeridas pelos professores e em consonância com as necessidades pedagógicas identificadas pela equipe gestora.

A escola também incentiva os professores a participarem de momentos formativos oferecidos pela SEEDF e pela Coordenadoria de Ensino de Santa Maria - CRE Santa Maria.



18 – ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS

A E.C. 116 desenvolve diversas ações com a finalidade de auxiliar seus estudantes no processo de aquisição não apenas de conteúdos escolares, mas também visando o crescimento pessoal de cada um, focando em questões sociais pertinentes a sociedade e ao desenvolvimento emocional das crianças.

18.1 - Redução do abandono, evasão e reprovação

O Plano Estadual de Educação 2015-2025 (Lei nº 10.382/2015) estabelece, na meta 2, a universalização do ensino fundamental e a garantia da conclusão desta etapa na idade recomendada abarcando as seguintes estratégias: criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos estudantes, promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, incentivar a participação de pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares, acompanhar os estudantes beneficiários de programas de transferência de renda, entre outras.

O sucesso, na prevenção do abandono, envolve ações para toda a rede combinadas com ações específicas feitas pelas escolas, considerando seu público, contexto e características locais.

Os professores são orientados a comunicarem a coordenação e/ou gestão os casos de faltas não justificadas dos estudantes. Logo após, é realizado o trabalho de "Busca ativa": a escola entra em contato com os responsáveis e comunica aos professores os desdobramentos e/ou necessidade de encaminhamento para a Orientação Educacional.

Essa estratégia tem se mostrado eficaz na redução de faltas, abandono e reprovação por faltas.



18.2 - Recomposição das aprendizagens

A E.C 116 busca ativamente auxiliar os estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem e a recompor as aprendizagens de todos os estudantes, necessidade evidenciada após a Pandemia de Covid 19.

Além dos projetos desenvolvidos na instituição, os professores realizam acompanhamento individualizado desses estudantes, ofertando atividades diferenciadas e adequadas as necessidades específicas de cada um.

O contato e acolhimento das famílias desses estudantes também é realizado pelos professores e EEAA (Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem).

18.3 - Desenvolvimento da Cultura de Paz

A paz é a base para a construção de um ambiente escolar saudável e favorável ao aprendizado. Cultivar a paz envolve promover valores como respeito, empatia, tolerância e cooperação. Tais práticas contribuem para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

Através de atividades de aprendizagem interativas, os alunos podem compreender o valor da paz e de demais valores, como a importância da empatia e a necessidade de respeito mútuo.

A “educação para a paz” não se resume a simples aulas teóricas. O objetivo é enriquecer o currículo escolar com atividades que estimulem os alunos a valorizá-la. Mas é importante lembrar a implementação da Cultura de Paz escolar requer tempo e consciência, e esses fatores só conseguirão tomar forma com ações cotidianas e práticas, assim, realizamos em nossa escola debates, projetos especiais desenvolvidos pela Orientação Educacional, palestras (para estudantes, professores e comunidade) e incentivamos ações no dia-a-dia que promovam a Cultura de Paz no ambiente escolar.



18.4 - Qualificação da transição escolar

A temática transição escolar ganhou espaço nas discussões e nos estudos educacionais, especialmente pela possibilidade de sua relação com a reprovação e com a evasão, evidenciando a necessidade de ações que viabilizem minimizar os possíveis impactos decorrentes da transição entre as etapas e modalidades da escolarização, bem como de outras formas de transição que ocorrem no espaço escolar.

O acolhimento no ambiente escolar traz impactos ao estudante, ao falarmos sobre transição estamos falando sobre a subjetividade das relações humanas e ao desenvolvimento emocional dos estudantes.

A E.C 116 prioriza em seu ano letivo ações de acolhimento, visando uma maior interação e adaptação dos estudantes ao ambiente escolar.

No que se refere a transição entre as modalidades de ensino, a escola realiza (juntamente com o Jardim de Infância 116 de Santa Maria e o Centro de Ensino Fundamental 213) momentos de acolhimento aos alunos e familiares, de modo a tornar a ambientação ao novo espaço escolar um processo menos inseguro e angustiante.

19 – PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O Plano de Ação ora delimitado foi pensado com o objetivo de colocar em prática as ações deste PPP visando a melhoria e qualidade dos serviços prestados por esta U.E. Cada tópico diz respeito a uma dimensão institucional da escola e suas particularidades serão apresentadas nos anexos do texto.

A Gestão Pedagógica abrange processos e práticas de gestão do trabalho pedagógico, orientados diretamente para assegurar o sucesso da aprendizagem dos estudantes.

A Gestão de Resultados Educacionais abrange processos e práticas de gestão para a melhoria dos resultados de desempenho da escola – rendimento, frequência e proficiência dos estudantes.



A Gestão Participativa abrange processos e práticas que respondam ao princípio da gestão democrática do ensino público. Envolve: a atuação de órgãos colegiados – conselhos escolares e APM; o estabelecimento de articulações e parcerias; e a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar.

A Gestão de Pessoas abrange processos e práticas de gestão, visando ao envolvimento e compromisso das pessoas com o Projeto Político Pedagógico da escola e envolve a integração dos profissionais da escola, pais, mães, responsáveis e estudantes; o desenvolvimento profissional contínuo; o clima organizacional; a avaliação do desempenho; a observância dos direitos e deveres; a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.

A Gestão Financeira abrange os processos de planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos oriundos de diferentes fontes para garantir a implementação de políticas e programas educacionais.

A Gestão Administrativa abrange os processos de gestão de materiais, da estrutura física, patrimônio, entre outros.

19.1 - Gestão Pedagógica

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiaÇÃO DAS AÇÕES
Garantir de forma eficaz o aprendizado e o crescimento de todos os estudantes; Concluir a alfabetização até a metade do bloco; Diminuir os índices de retenção desta U.E; Valorizar e visibilizar as iniciativas do corpo docente; Permitir a autonomia na elaboração e implantação de inovações; Trazer a comunidade para a escola; Garantir a participação da maioria dos estudantes no ensino remoto.	Tornar a coordenação coletiva objetiva, dinâmica, focando nas necessidades; Garantir a aplicação e execução das estratégias proposta pelo BIA e currículo; Implantar gradativamente a unificação dos anos por turno, garantindo o desenvolvimento de um trabalho pedagógico coeso; Aquisição de materiais pedagógicos necessários para o trabalho diversificado; Firmar parcerias para desenvolvimento de projetos culturais e de esportes com nossos alunos; Promover atividades convocando a participação dos pais; Divulgar o trabalho do professor nos eventos da escola; Elaboração de atividades por nível; Planejamento e execução de projetos pedagógicos diversos; Fazer acolhimento com receptividade e promover ações junto à comunidade; Promover uma busca ativa eficaz para atingir a totalidade dos estudantes.	Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral. Firmar parcerias com grupos que promovem cultura e esporte para adentrarem os espaços da escola. Conselho Tutelar e UNIEB nas ações de busca ativa.	Toda a comunidade escolar além de parceiros que possam colaborar nas etapas de implementação, subsídio e manutenção dos projetos.	Durante o ano letivo de 2024 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.	Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA**

19.2 - Gestão de Resultados Educacionais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiaÇÃO DAS AÇÕES
<p>Avaliar e redirecionar as estratégias e metas de aprendizagem conforme realidade do contexto remoto. Melhorar o IDEB da escola; Alcançar a alfabetização plena até o segundo ano; Alcançar a totalidade de 100% dos estudantes do 2º ano nos níveis 4 ou 5 da Provinha Brasil de Leitura e Matemática; Aferir bons resultados do 3º ano nas avaliações de larga escala; Diminuir os índices de retenção e distorção idade/ano. Promover a participação de todos os estudantes o 1º e 2º ano no Pacto pela Alfabetização de Santa Maria.</p>	<p>Elaborar gráficos comparativos e analisá-los com os professores; Traçar estratégias para alcançar as metas de aprendizagem; Colocar em prática os projetos interventivos e reagrupamentos; Contemplar o currículo nos projetos desenvolvidos na escola; Elaborar avaliações interdisciplinares em consonância com as avaliações em larga escala; Promover avaliações formativas contemplando a diversidade dos estudantes. Promover atividades motivadoras que permitam a participação dos estudantes no contexto do ensino remoto. Promover formação e troca de experiências entre os grupos participantes do Pacto pela Alfabetização em Santa Maria.</p>	<p>Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral. Conselho Tutelar e UNIEB nas ações de resgate dos estudantes que não alcançados pelo contexto do ensino remoto. CRE, UNIEB e Instituto Raiar nas ações do Pacto pela Alfabetização em Santa Maria.</p>	<p>Docentes e Discentes de forma direta e comunidade escolar nas ações de avaliação. No contexto remoto, a parceria com a família ganha contornos mais específicos.</p>	<p>Durante o ano letivo de 2024 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.</p>	<p>Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar e nas reuniões Fórum Permanente de Avaliação.</p>

19.3 - Gestão Participativa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiaÇÃO DAS AÇÕES
<p>Envolver toda a comunidade escolar nas ações e estratégias desenvolvidas no contexto escolar e de ensino remoto. Promover a participação e envolvimento das famílias nas atividades desta U.E.; Possibilitar a articulação dos servidores e carreira assistência nas atividades e em ações que possibilitem o trabalho remoto de forma mais articulada; Envolver todos os professores na elaboração e execução dos projetos da escola, segundo as normas da SEEDF.</p>	<p>Sensibilizar os servidores e carreira assistência através de eventos e atividades em que os mesmos entrem em sintonia com a dinâmica pedagógica da escola, principalmente através das tecnologias par o ensino remoto; Promover a coletiva como um espaço democrático de debates e troca de ideias; Organizar nas reuniões de pais momentos de escuta e sugestões para melhorias da escola; Oportunizar a participação efetiva do Conselho Escolar e da APM nas decisões da escola; Promover formações que oportunizem aos servidores e às famílias o contato mais íntimo com as ferramentas tecnológicas do ensino remoto.</p>	<p>Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral. Palestrantes e docentes que possam promover o debate de temáticas atuais ou de formação, principalmente relacionadas às tecnologias.</p>	<p>Docentes, Discentes, servidores e comunidade escolar de forma geral de acordo com cada temática abordada nas ações.</p>	<p>Durante o ano letivo de 2024 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.</p>	<p>Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.</p>



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA**

19.4 - Gestão de Pessoas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
<p>Promover a integração entre todos os segmentos da escola; Possibilitar a formação continuada dos professores, servidores e carreira assistência; Promover a articulação entre professores, OE, EEAA e Sala de Recursos; Integrar os servidores, carreira assistência e terceirizados ao ambiente pedagógico da escola; Possibilitar a participação da comunidade escolar junto aos professores e atividades desenvolvidas na escola; Promover formações continuadas para a comunidade escolar.</p>	<p>Agilizar as devolutivas de atividades aos professores; Registrar e informar as intervenções realizadas com estudantes que necessitam de encaminhamento; Fazer devolutivas pedagógicas quanto ao desenvolvimento dos estudantes encaminhados; Promover momentos específicos com atividades reflexivas integrando todos os profissionais da escola; Devolutiva rápida às queixas da comunidade; Realizar palestras e fóruns com temas que atendam às necessidades da comunidade escolar. Permitir o acesso dos pais à escola através dos diversos canais de comunicação virtual, em virtude do contexto remoto de ensino.</p>	<p>Com o corpo docente, servidores e comunidade no geral. Palestrantes e docentes que possam promover o debate de temáticas atuais ou de formação, principalmente relacionadas às tecnologias.</p>	<p>Docentes, Discentes, servidores e comunidade escolar de forma geral de acordo com cada temática abordada nas ações.</p>	<p>Durante o ano letivo de 2024 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.</p>	<p>Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.</p>

19.5 - Gestão Financeira

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
<p>Gerir adequadamente os recursos recebidos pela escola e arrecadar fundos para utilizar nas melhorias desta U.E. Garantir o funcionamento efetivo da APM; Discutir coletivamente a utilização das verbas do PDAF e demais verbas existentes na escola.</p>	<p>Reunir a comunidade escolar para planejar e discutir as ações e formas de utilização das verbas; Firmar parceria com deputados/CRE para angariar verbas a fim de arcar com as despesas financeiras da escola, principalmente, no que se refere à reformas e obras.</p>	<p>CRE e Deputados; Empresários locais; APM.</p>	<p>Comunidade escolar de forma geral e parceiros no que couber a cada ação desenvolvida.</p>	<p>Durante o ano letivo de 2024 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.</p>	<p>Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.</p>



19.6 - Gestão Administrativa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AValiação DAS AÇÕES
Melhorar o aspecto físico e administrativo da escola; Reformar o estacionamento; Pintar os muros externos internos; Realocar e reformar o parquinho; Reformar o banheiro dos professores, servidores e estudantes; Retocar da pintura das salas; Adquirir uma TV com suporte para cada sala; Adquirir armários novos para salas de aula; Investir em câmeras de segurança da escola; Trocar os arames farpados dos muros; Construir uma quadra poliesportiva; Acompanhar o funcionamento administrativo segundo as normas da SEEDF.	Utilizar a verba do PDAF e PDDE no que for permitido; Utilizar os serviços das empresas que trabalham para a SEDF nas demandas pertinentes; Buscar parcerias para levantamento de fundos; aperfeiçoar as ações da APM e incluí-la na discussão do PPP; Acompanhar o trabalho dos servidores no ensino remoto.	Corpo Docente; CRE e Deputados; Empresários locais; APM.	Comunidade escolar de forma geral e parceiros no que couber a cada ação desenvolvida.	Durante o ano letivo de 2024 conforme datas estabelecidas no plano de ação bimestral.	Será realizada nas coordenações por grupo, nas coletivas, nos dias letivos temáticos, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais, nas reuniões do conselho escolar, nas reuniões da APM e avaliações realizadas através de Formulário Google.

20 – PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O processo de acompanhamento, monitoramento e implementação permite detectar a relevância dos projetos e ações estabelecidos no PPP da escola.

20.1 - Avaliação Coletiva

O processo de avaliação envolve a escuta e o movimento de se colocar no lugar do outro, tornando-se, portanto, necessária a participação de todos: equipe escolar (todos de profissionais que atuam na escola), alunos, famílias e comunidade.



O acompanhamento e avaliação deste PPP serão realizados nos dias letivos temáticos que são datas estabelecidas pela SEEDF, onde a comunidade escolar é envolvida como um todo com o objetivo de analisar as ações do PPP e o desenvolvimento pedagógico da escola, bem como, traçar novas metas a serem alcançadas de acordo com as sugestões apresentadas pelos atores envolvidos no processo.

Em consonância com esta postura, temos na reunião de pais um espaço aberto para acompanhamento das ações desenvolvidas pelo PPP, priorizando a opinião deste segmento para que surjam novas propostas.

As coordenações coletivas, realizadas semanalmente com a equipe escolar, são utilizadas como mais um espaço onde os profissionais de educação podem opinar e avaliar as ações pedagógicas que interferem diretamente no fazer pedagógico.

Já os conselhos de classe são utilizados como mais uma ferramenta de acompanhamento bimestral das ações do PPP, sendo que deles saem novas sugestões e apontamentos à execução do projeto.

20.2 - Periodicidade

As ações a serem desenvolvidas no Projeto Político Pedagógico da escola são avaliadas constantemente ao longo do ano letivo conforme as seguintes ações:

- Dias letivos temáticos (datas definidas pela SEEDF);
- Reunião de pais e mestres (bimestralmente);
- Coordenações setorializadas e coletivas (semanalmente);
- Conselho de Classe (bimestralmente);
- Conforme as mudanças ocorridas no contexto escolar, a partir das necessidades que geraram.



20.3 - Procedimentos / Instrumentos

O processo de avaliação e reelaboração do PPP tem o objetivo de transformá-lo em um instrumento efetivamente orientador da formulação e do acompanhamento das ações educativas, das práticas pedagógicas e de gestão.

A sistematização das avaliações do PPP da escola ocorre por meio de reuniões, debates, escuta da comunidade escolar, formulários (impressos e on-line), interpretação e análise dos resultados de aprendizagem dos alunos.

20.4 - Registros

As demandas e observações sobre o PPP da escola são registradas em atas durante as reuniões, nos projetos e, posteriormente, no próprio PPP da instituição.

21 – REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p.27839,23/12/96b1996.

_____. Ministério Da Educação. Adaptações Curriculares em Ação: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades educacionais Especiais. Secretária de Educação Especial. Brasília, MEC/SEEP,2002.

_____. Adaptação Curricular: Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Brasília. MEC/SEEP,2002.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: planejando a alfabetização e



dialogando com as diferentes áreas do conhecimento: ano 02 – unidade 06. MEC, SEB, 2012.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Planejamento. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, PDAD 2015. Brasília, 2015.

_____. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Planejamento. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, PDAD 2018. Brasília, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental. Brasília, 1998. Parecer nº 15/98 de 01/06/98.

_____. Diretrizes curriculares nacionais para formação de docentes da educação infantil e dos anos iniciais e do ensino fundamental. Resolução nº 2, de 19/04/99. CNE. Câmara de Educação Básica.

DISTRITO FEDERAL. Síntese de Informações Socioeconômicas. Brasília DF: CODEPLAN – SEDUMA, 2022.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Artmed Editora. Porto Alegre. 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasileira. MEC/SEF, 1997.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 8a. ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.

SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica, Pressupostos Teóricos, 2014.

_____. Diretrizes Pedagógicas, Brasília- 2008

_____. Orientações à rede pública de ensino para o registro das atividades pedagógicas remotas e presenciais. 2.ed. Brasília, 2020.

_____. Plano Distrital de Educação 2015 - 2024, Brasília 2015.

_____. Planejamento Estratégico Institucional 2023 -2027, Brasília 2023.

_____. Orientações Curriculares, Ensino Fundamental – Séries E Anos Iniciais. 2008.

_____. Portaria nº 07, de 03 de fevereiro de 2011.

_____. Organização Curricular 2022, Ensino Fundamental 2º Ciclo - Anos Iniciais. Brasília, 2022.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins, 1987.

_____. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



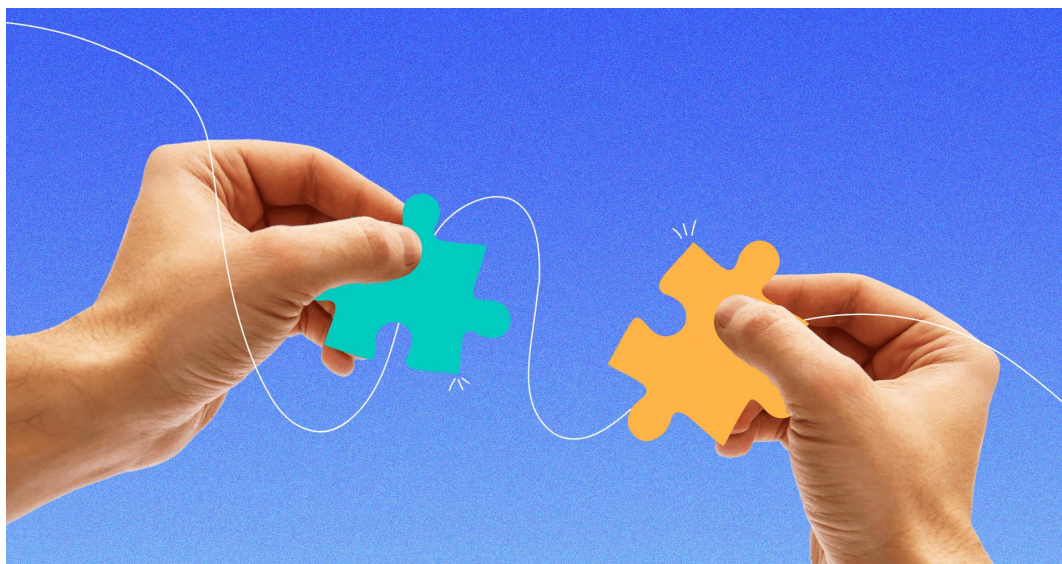
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

22 – APÊNDICES



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EIXOS TRANVERSAIS: Alinhando as ações escolares



Autora: Prof^ª. Daiana Maria Lima Silva Tiago

Santa Maria, abril de 2024



APRESENTAÇÃO

Historicamente, a escola tem excluído dos currículos narrativas das crianças, dos negros, das mulheres, dos índios, dos quilombolas, dos camponeses, entre outras, reforçando a hegemonia de determinados conhecimentos sobre outros construídos pelos sujeitos sociais em diferentes espaços de trabalho e vida.

A SEEDF compreende que Educação tem a ver com questões mais amplas e que a escola é o lugar de encontros de pessoas, origens, crenças, valores diferentes que geram conflitos e oportunidades de criação de identidades. Por serem questões contemporâneas, fundamentais para a consolidação da democracia, do Estado de Direito e da preservação do ambiente em que as pessoas vivem; essas temáticas tratam de processos que estão sendo intensamente vivenciados pela sociedade brasileira de modo geral e pela sociedade do DF de modo específico, assim como pelas comunidades, pelas famílias, pelos(as) estudantes e educadores(as) em seu cotidiano.

O Currículo contempla as narrativas historicamente negligenciadas, ao eleger como eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. Os eixos transversais favorecem uma organização curricular mais integrada, focando temas ou conteúdos atuais e relevantes socialmente e que, em regra geral, são deixados à margem do processo educacional.

JUSTIFICATIVA

Para o ano letivo de 2024 os docentes da Escola Classe 116 propuseram um alinhamento das ações da escola, do planejamento e das estratégias da SEEDF para tornar o ensino mais interdisciplinar e articulado. Assim, surgiu a proposta de utilizarmos a temática dos Eixos Transversais em cada bimestre como referencial para a prática docente.

Teóricos consagrados, que se interrogam sobre o futuro e a importância da educação, defendem a visão da necessária associação do conteúdo escolar com a realidade vivida. Consideram que a educação escolar tem responsabilidade de transformar a realidade, trabalhando além dos conteúdos considerados clássicos



também aqueles que tenham uma finalidade crítica social. Educar e aprender são fenômenos que envolvem todas as dimensões do ser humano e, quando isso deixa de acontecer, produz alienação e perda do sentido social e individual no viver. É preciso superar as formas de fragmentação do processo pedagógico em que os conteúdos não se relacionam, não se integram e não se interagem.

Nesse sentido, os Eixos Transversais do Currículo em Movimento têm a condição de explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade.

Cabe esclarecer que o trabalho com os Eixos Transversais visa cumprir a legislação que versa sobre a Educação Básica, entre elas o PDE, que cita as seguintes diretrizes:

“(...) Art. 2º São diretrizes do PDE:

IV – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

V – melhoria da qualidade da educação, com foco no educando;

VI – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, considerando as características econômicas do Distrito Federal;

VIII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Distrito Federal;

XI – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental, respeitando as convicções morais dos estudantes e de seus pais ou responsáveis;

XII – promoção da jornada integral de educação que incorpore novos conhecimentos, saberes e tecnologias e valorize a inclusão social, cultural e ambiental, o conhecimento colaborativo e o fazer conectado com a vida cotidiana;

XIII – promoção dos princípios e dos valores da família (...).”

O trabalho com os Eixos Transversais também auxiliam no desenvolvimento de atividades relacionadas a Agenda 2030 e os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (ODS).



OBJETIVOS

- Articular o trabalho pedagógico da EU.
- Alinhar as ações desenvolvidas no bimestre com uma temática única.
- Promover a interdisciplinaridade.
- Desenvolver o senso crítico dos alunos, bem como o respeito e valorização da diversidade.

SUGESTÃO DE DESENVOLVIMENTO

Bimestre:	1º
Meses:	Fevereiro, março e abril.
Datas comemorativas e datas do calendário escolar:	Carnaval, Dia da Mulher, Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva, Dia da Água, Páscoa, Dia do livro, Dia dos Povos Indígenas, Descobrimento do Brasil e aniversário de Brasília.
Eventos da escola:	Festa da Família.
Eixo Transversal do CMDF:	<ul style="list-style-type: none">• Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos.
Gêneros textuais:	Poema e poesia, Declaração, Biografia e autobiografia.

Bimestre:	2º
Meses:	Maio, junho e julho.
Datas comemorativas e datas do calendário escolar:	Dia do Trabalho, Semana de Educação para a Vida, Dia das Mães, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Dia do Meio Ambiente e Festa Junina.
Eventos da escola:	Festa Junina.
Eixo Transversal do CMDF:	<ul style="list-style-type: none">• Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos.
Gêneros textuais:	Fábulas, Instruções, Receitas, Bilhetes e Cordel.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

Bimestre:	3º
Meses:	Agosto e setembro.
Datas comemorativas e datas do calendário escolar:	Semana do Cerrado, Dia da Árvore, Dia dos Pais, Dia do Estudante, Semana de Prevenção ao Uso de Drogas, Dia do Folclore e Independência do Brasil.
Eventos da escola:	Circuito de Ciências e Soletrando.
Eixo Transversal do CMDF:	<ul style="list-style-type: none">Educação para a Sustentabilidade.
Gêneros textuais:	Lendas, Trava-língua, Adivinha, Provérbio, Anúncio e Texto científico.

Bimestre:	4º
Meses:	Outubro, novembro e dezembro.
Datas comemorativas e datas do calendário escolar:	Dia das Crianças, Dia dos Professores, Proclamação da República, Consciência Negra e Natal.
Eventos da escola:	Mostra Cultural e Auto de Natal.
Eixo Transversal do CMDF:	<ul style="list-style-type: none">Educação para a diversidade.
Gêneros textuais:	Reportagem, Carta e Verbete de dicionário.

OBSERVAÇÕES E ORIENTAÇÕES:

- As datas comemorativas não são o centro do planejamento, elas servem apenas como um referencial;
- Os eventos da Escola serão momentos de culminância do que está sendo desenvolvido no bimestre;
- Alinhar a divisão dos conteúdos do Currículo em Movimento por bimestre com os Eixos Transversais;
- Os Eixos Transversais servirão de temática para os textos da psicogênese;
- Cada ano define, conforme seus conteúdos, como irá explorar os gêneros textuais do bimestre;
- Esses são apenas alguns gêneros textuais sugeridos, cada ano deve explorar os gêneros e ofertar mais aos alunos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

- Cada professor tem autonomia para realizar atividades e projetos complementares em sala.
- As produções dos alunos devem ser valorizadas, as exposições não precisam acontecer apenas em momentos festivos.

BIBLIOGRAFIA

SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica, Pressupostos Teóricos, 2014.
____ Diretrizes Pedagógicas, Brasília- 2008

____ Plano Distrital de Educação 2015 - 2024, Brasília 2015.

____ Planejamento Estratégico Institucional 2023 -2027, Brasília 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



PROJETO

VIAJANDO NA LEITURA

Autora: Prof^a. Karine Faustino

Santa Maria, abril de 2024



Apresentação

Este projeto apresenta-se como uma oportunidade de estimular e aperfeiçoar as práticas de letramento crítico na Escola Classe 116, bem como, atender a necessidade de desenvolver as práticas sociais de leitura e de escrita e dos eventos em que essas práticas são postas em ação, assim como as consequências delas sobre a sociedade.

Entendemos que o Ensino Fundamental I é a fase da vida escolar em que as crianças constroem as próprias identidades e padrões comportamentais em relação à leitura, baseadas nas experiências que elas vivenciam. Se a escola dedica um tempo oportuno, um espaço adequado e uma estratégia prazerosa que estimule um contato positivo com os livros e com os diferentes portadores textuais, certamente, o processo de aquisição da leitura e da escrita (meta principal desta modalidade de ensino) será bem-sucedido.

Justificativa

A Escola Classe 116 possui um acervo literário vasto e diverso, disposto em uma biblioteca ampla e organizada que pode ser explorado sob várias perspectivas e ações. Além disso, percebe-se que os casos de dificuldade de leitura e de escrita são recorrentes, o que é agravado pela baixa incidência de práticas de leitura eficazes que extrapolem o livro didático e estimulem nos alunos um gosto pela leitura.

Desta forma, este projeto justifica-se pela necessidade de se instituir na EC 116 uma ação conjunta direcionadora de um fazer pedagógico voltado para a leitura que envolva os alunos em novas e diferentes práticas multiletradas que implementem uma cultura eficaz de leitura na escola.

Não obstante, o presente projeto é uma valiosa oportunidade para que, através das leituras, sejam introduzidas temáticas transversais e questões sociais a fim de ampliar o repertório sociocultural do aluno.



Objetivos

Objetivo Geral

- Implementar uma cultura de multiletramentos de forma a diversificar e enriquecer as práticas letradas na escola, potencializando a aprendizagem da leitura e da escrita já realizadas, convencionalmente, na sala de aula.

Objetivos Específicos

- Estimular o gosto pela leitura a partir da construção de situações sociais de leitura dentro da escola mostrando sua funcionalidade na vida cotidiana, explicitando a função social da escrita e ensinando ao aluno que a leitura não é meramente uma ação didático-pedagógica;
- Ampliar o repertório sociocultural fortalecendo o letramento crítico dos alunos;
- Explorar o uso da biblioteca e dos livros existentes na escola potencializando as práticas de leitura neste espaço;
- Fazer um trabalho de leitura interdisciplinar com ações que envolvam todas as disciplinas e todos os professores com suas respectivas áreas do conhecimento;
- Contribuir para o processo de alfabetização e letramento das crianças que apresentam dificuldades com a leitura e a escrita;
- Oportunizar aos alunos o acesso ao acervo de variadas obras literárias de diferentes autores, bem como de diversos tipos de textos e portadores textuais;
- Incentivar o aluno a compreender e utilizar melhor as regras gramaticais e ortográficas da Língua Portuguesa;
- Orientar quanto a necessidade de circulação dos livros e da importância da conservação destes, desenvolvendo nos alunos o compromisso e a responsabilidade pelos livros da escola;



Fundamentação teórica

O que vem primeiro, a leitura ou a escrita?



No processo de alfabetização, a leitura precede a escrita. Na verdade, a escrita nem precisa ser ensinada se a pessoa souber ler. Para escrever, uma pessoa precisa, apenas, reproduzir graficamente o conhecimento que tem de leitura. Por outro lado, se uma pessoa não souber ler, o ato de escrever será simples cópia, sem significado. (Cagliari, 1994, apud Massini-Cagliari, 1994, p. 26).

Sendo assim, para esse autor, o fundamental é partir da leitura, ensinando as relações entre letras e sons, mostrando como estas relações são diferentes, em um sistema ortográfico, quando se parte da leitura para a escrita ou da escrita para a leitura. Deve-se lembrar que a leitura não é a fala da escrita, mas um processo próprio



que pressupõe um amadurecimento de habilidades linguísticas em parte diferentes das que ocorrem na produção da fala espontânea.

Uma leitura em voz alta, além de levar em conta o que se deve fazer para dizer algo em termos de produção sonora da fala, exige ainda que o leitor acompanhe um raciocínio sobre um pensamento exterior, expresso por outra pessoa, e que ele "declama" como se fosse um ator. A complexidade desse fato é enorme, e muitas vezes a escola não se dá conta disso, porque os adultos já amadureceram para a leitura.

É neste estágio, onde o leitor atinge um tal grau de maturidade e independência apropriando-se do texto como construção do outro e reconstrução sua, diz-se que o leitor chegou a um patamar ideal. E é somente a partir daí que o leitor pode usufruir plenamente da leitura em todas as funções que ela possa assumir na sociedade.

Cabe ao leitor não somente decodificar o que foi escrito pelo escritor, mas principalmente reconstruir a coerência construída por ele. Como pode ser percebido, dá-se a leitura uma grande importância social, pois o seu desenvolvimento implica diretamente a formação do ser humano e do cidadão. Isso acabou por relegar a decifração da escrita a um segundo plano, pois esta limitaria a leitura somente a um processo de decodificação, matando todo o processo de construção e reconstrução de sentidos.

A leitura como atividade fundamental

Para Cagliari (1997), a atividade fundamental desenvolvida pela escola para a formação dos alunos é a leitura. É muito mais importante saber ler do que saber escrever. A leitura é a realização do objetivo da escrita. Quem escreve, escreve para ser lido. O objetivo da escrita é a leitura. E ler é um processo de descoberta, as vezes requerendo um trabalho paciente, outras vezes é feita de forma superficial ou lúdica. Pode-se ter então várias atitudes perante a leitura.

Ela é uma atividade profundamente individual e duas pessoas dificilmente a fazem da mesma maneira. Ao contrário da escrita, que é uma atividade de exteriorizar



o pensamento, a leitura é uma atividade de assimilação de conhecimento, de interiorização, de reflexão.

Portanto, a leitura é uma decifração e uma decodificação. O leitor deverá em primeiro lugar decifrar a escrita, depois entender a linguagem encontrada, em seguida decodificar todas as implicações que o texto tem e, finalmente, refletir sobre isso e formar o próprio conhecimento e opinião a respeito do que leu.

A leitura sem decifração não funciona adequadamente, assim como sem a decodificação e demais componentes referentes à interpretação, se torna estéril e sem grande interesse. A leitura é uma atividade estritamente linguística e a linguagem se monta com a fusão de significados com significantes. Depois que o leitor decifrou a escrita, ele tem subsídios para processar o que decifrou em termos de produção de fala.

Para tal, deverá lançar mão dos recursos que usa quando fala espontaneamente. Para conseguir ler, deve-se, pois, decifrar foneticamente a escrita, processá-la para a fala e realizar todas as etapas necessárias para a produção do que se vai dizer, da maneira como se vai dizer.

Atividades que colaboram para a decifração da escrita

É importante lembrar que saber para que serve a leitura e a escrita não é saber ler e escrever. Por isso, o desenvolvimento de atividades de produção / interpretação de texto podem ajudar o aluno a compreender os usos sociais da leitura e da escrita. Além disso, deve-se considerar o fato de que jovens e adultos das camadas populares normalmente não têm livros em casa e, então, não possuem o hábito da leitura.

Este tipo de atividade funciona também como um incentivo à incorporação da leitura em sua vida. A escola deve despertar o aluno para a atividade de leitura, percebendo a sua importância no processo de alfabetização. Esta torna o aluno apto a conquistar o mundo e se realizar enquanto indivíduo. Esse tipo de conquista é a motivação necessária para que o aluno valorize o seu desenvolvimento e o processo



de alfabetização em si, pois é justamente ele que o irá auxiliar no desvendamento do seu mundo.

Desenvolvimento

Ações Gerais sugeridas:

- Organização do acervo: A escola, juntamente com a biblioteca, fará a seleção e a aquisição de exemplares do mesmo título para possibilitar o trabalho em grupo. Os títulos serão distribuídos e redistribuídos mensalmente através da ação do “carrinho da leitura”.
- Desenvolver ações para arrecadar verba para a aquisição de novos livros para o acervo.
- Campanha de Doação de livros: mobilizar toda a escola para a arrecadação de livros paradidáticos para compor a Estante de Livros e a Biblioteca de Sala.
- Estante de livros: montar uma estante de livros na área externa da escola com os livros arrecadados da campanha para manuseio livre dos alunos na hora da entrada, da saída e do recreio.
- Biblioteca de Sala/Cantinho da Leitura: Construir com os alunos um cantinho da leitura, um canto da sala aconchegante para uma atividade de leitura diária.
- Digitalização de livros para serem compartilhados na TV.
- Hora da leitura – instituir um momento para a leitura diária de diversos gêneros e portadores textuais a ser realizado no momento da acolhida na sala ou após o recreio. A leitura pode ser feita pelo professor ou por um aluno.
- Passaporte Literário – elaborar um “passaporte” para os alunos preencherem logo após o término de alguma leitura. Nele os alunos irão fazer o registro da leitura e atribuirão nota ao texto. Ao final do projeto, o aluno escolherá o livro que mais gostou para eleger como “Leitura 5 estrelas”.



- Mala de leituras – confeccionar uma mala decorada na qual o aluno selecionado levará para casa, no fim de semana, sugestões de leituras.
- Feira de Escambo de Livros - organizar uma feira onde os alunos trarão livros para trocar entre os colegas. O professor deverá orientar antes da feira que os alunos leiam os livros que irão trocar e se apropriem das características do mesmo para que, no momento do escambo, eles possam falar tudo sobre o livro ao colega que estiver interessado em adquirir.
- Em parceria com o laboratório de informática, criar animações das personagens dos livros lidos.
- Eu autor: Os alunos do segundo ciclo do segundo bloco confeccionarão um livro com cantigas de rodas para presentear os alunos do BIA.

Ações específicas:

Cada turma deverá selecionar as ações que deseja desenvolver com o título escolhido para aquele mês. As sugestões das práticas pedagógicas devem ser contempladas no planejamento dos professores, sendo resguardadas as devidas adaptações à realidade de cada faixa etária:

1ª etapa:

- Previamente, o professor deverá selecionar o título no acervo da escola 2ª etapa.
- No dia combinado, o “carrinho da leitura” entregará o livro de forma lúdica e festiva.

3ª etapa:

- Em sala, o professor selecionará a ação que pretende desenvolver com o título escolhido.

4ª etapa:

- Após a realização da ação, os alunos preencherão o passaporte.



Sugestões de ações para o desenvolvimento da terceira etapa

- Propor a realização de um "Teatro de Leitura", onde os alunos serão orientados a fazer uma dramatização de histórias lidas ou criadas pelo grupo. Pode ser feito utilizando fantoches. O ideal é que a apresentação seja feita para toda a escola;
- Clube do livro: ler o título escolhido em sala, através da leitura compartilhada.
- Sarau ou chá literário: após as leituras e as atividades realizadas, cada turma organizará um sarau ou um chá literário. A ideia é que seja um momento de envolvimento da família, sendo assim, a sugestão é que cada turma desenvolva o evento em sua própria sala e convide as famílias.
- Tornar a sala um ambiente leitor que estimule a leitura dos alunos, colocando lembretes, cartazes e referências à obra trabalhada.
- Explorar outros suportes textuais não convencional, em especial os digitais e online;
- Expor todas as produções do projeto nos ambientes da escola, bem como lembretes, cartazes, receitas, poesias e ilustrações. Os professores devem estimular que os alunos leiam as produções das outras salas fazendo um tour pela escola;
- Trabalhar com reconto da história mudando o roteiro, mas mantendo os personagens. Pode ser feito individualmente ou o professor escreve o que os alunos contam (quando as crianças ainda não escrevem). Montar um livro com as histórias recontadas e apresentá-lo para toda a escola;
- Trabalhar com imagens e relacionar trechos da história à imagem retratada, bem como desenhar o personagem e animá-lo utilizando os recursos da sala de informática.
- Construção de textos opinativos a partir da leitura da obra.



Recursos didáticos

Constituem-se de todos os materiais e atividades utilizadas durante a realização do projeto, como por exemplo, jornais, revistas, passeios, livros, entrevistas, cola, papel ofício, tesoura, fotografias, cartolinas para murais, enfeites, gravuras, TV, computador, caderno, estante (para a Estante da Leitura), rótulos de produtos, fantoches.

Culminância

Durante todo semestre, haverá a apresentação dos resultados do trabalho desenvolvido em sala, conforme a ação escolhida. Logo, haverá exposição dos trabalhos dos alunos, apresentação de peças teatrais, exibição de vídeos e fotos, interpretação de músicas, jograis, poemas, entre outras formas de apresentação que serão escolhidas pelas respectivas turmas de acordo com o que foi trabalhado. Ao final do semestre, os alunos deverão escolher qual foi a leitura preferida “Leitura 5 estrelas”, com base nos registros do passaporte.

Avaliação:

Seguindo a concepção de avaliação adotada pela EC116, esta avaliação será processual e formativa a partir de relatos descritivos de cada etapa, das discussões do grupo, das atitudes diante do projeto, a serem compartilhados. O professor deverá avaliar a participação, o envolvimento de cada aluno, a apropriação das habilidades leitoras relativas ao projeto e o desenvolvimento das habilidades das ações que estiverem associados às intervenções do projeto.

Os alunos serão avaliados tanto de forma individual (a partir do desenvolvimento de uma postura crítica e construtiva) e de forma coletiva (a partir das ações desenvolvidas por todo o grupo).



Conclusão:

Ao término deste projeto, espera-se que os alunos compreendam a funcionalidade da leitura na vida cotidiana e tenham desenvolvido o gosto pela leitura e o hábito de ler como uma atividade prazerosa. Além disso, esperamos que eles tenham avançado no processo de aquisição da escrita como consequência das atividades propostas no projeto.

Referências bibliográficas

MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. *Diante das letras: a escrita na alfabetização*. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

SOARES, Magda. *Letramento e Alfabetização: As Muitas Facetas*, Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de alfabetização, Leitura e Escrita, Revista Brasileira de Educação, outubro de 2003. **SOARES, Magda.**

SARAIVA, J.A – *literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação*. Artmed, 2001.

http://www.ufscar.br/~crepa/crepa/formacao/ALFABETIZACAO_UM_PROCESSO_D E_LEITUR A_E_ESCRITA.doc



INFORMÁTICA NA ESCOLA: COMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO DA APRENDIZAGEM



Professora responsável:
Raquel de Souza Almeida Baia



INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que as tecnologias da informação e comunicação exercem um enorme fascínio sobre o público infantil, o laboratório de informática na escola torna-se uma ferramenta eficiente no apoio à aprendizagem, uma vez que faz parte do cotidiano dos estudantes, desperta o interesse dos mesmos e possibilita o acesso a uma fonte inesgotável de conhecimentos através da internet e favorece o contato e interação com culturas diversas. Dessa forma o Laboratório de Informática da escola torna-se um incentivo a mais ao trabalho executado pelo professor em sala de aula, principalmente em relação aos alunos desmotivados e com dificuldade de aprendizagem.

O uso da tecnologia não como “máquina de ensinar”, mas, como uma nova mídia educacional: o computador passa a ser uma ferramenta educacional, uma ferramenta de complementação, de aperfeiçoamento e de possível mudança na qualidade de ensino (VALENTE, 1993, p. 5).

Com o objetivo de desenvolver e melhorar a qualidade da aprendizagem, as escolas aderem cada vez mais ao uso das NTICs na educação. Segundo Valente (1997), a história da Informática na Educação no Brasil data de mais de 20 anos. Nasceu no início dos anos 1980, sendo considerada por órgãos governamentais como um fator para promover o avanço científico e tecnológico da sociedade, e se estabeleceu através de diversas atividades e programas, permitindo que essa área hoje tenha uma identidade própria e raízes sólidas. Porém, a disseminação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas escolas brasileiras tem tomado caminhos diferentes dos outros países. Apesar disso, os avanços pedagógicos conseguidos através da informática são similares.

JUSTIFICATIVA

A sala de aula com o quadro branco à frente e cartazes emoldurando as paredes já não bastam para chamar atenção de nossos alunos e despertar nos



mesmos a vontade de aprender, pois fora da escola muitos tem acesso a computadores com internet, smartphones, tablets e outras tecnologias que proporcionam entretenimento e possibilidade de acesso rápido aos conhecimentos que necessitam no cotidiano. Dessa forma a utilização do laboratório de informática como espaço de complementação e expansão da aprendizagem torna se um recurso importante na busca de uma educação de qualidade.

OBJETIVOS

Gerais:

- I - Promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na escola;
- II - Utilizar os recursos disponíveis no Laboratório de Informática da escola como complementação e expansão da aprendizagem;
- III - Utilizar atividades e jogos educativos disponíveis em sites próprios.

Específicos:

- I - Utilizar os softwares Jclíc e a plataforma Scratch para desenvolver jogos, animações e introduzir noções de lógica da programação;
- II - Fazer animação de Desenhos do aluno e outros no site <https://sketch.metademolab.com/>
- III - Utilizar os aplicativos Gcompris e Tux Math para trabalhar conteúdos programáticos e jogos pedagógicos diversos;
- IV - Realizar pesquisas e atividades online com a orientação do professor;

METAS

O público atendido é composto por alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Com o desenvolvimento do trabalho proposto espera se que esses alunos alcancem avanços significativos em seu desempenho escolar, pois grande parte desses alunos são oriundos de famílias carentes e embora as NTICs sejam realidade para muitos, grande parte desses alunos não conta com computador e acesso a internet em suas casas. Dessa forma o computador da escola é a única



opção de acesso à internet. As atividades desenvolvidas no laboratório não consistem em cursos de informática, e sim na utilização da informática como potencializador da aprendizagem inserindo a mesma em todas as disciplinas ministradas na escola.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Com o objetivo de alcançar as metas traçadas implementamos algumas ações que visam aumentar o desempenho de nossos alunos:

I - Fazer animação de desenhos dos alunos no site (<https://sketch.metademolab.com/>);

II - Trabalhar noções básicas de programação através da criação de jogos e animações com o software **Jclic** (<https://clic.xtec.cat/legacy/en/jclic/download.htm>) e a plataforma **Scratch** (<https://scratch.mit.edu/>);

III - Utilização dos aplicativos Gcompris e Tux Math como reforço dos conteúdos trabalhados em sala.

IV - Sugerir e facilitar a utilização de sites com atividades educativas.

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO

A professora, Raquel de Souza Almeida Baia, professora readaptada, é a responsável pela proposta.

DEMAIS ENVOLVIDOS

Professores da escola, coordenadores, equipe gestora e alunos da escola.

CRONOGRAMA

As atividades serão realizadas no decorrer do ano letivo. As turmas da escola serão atendidas em dois grupos denominados “A” e “B”, com atendimento quinzenal, e duração de 50 minutos.

AValiação

A avaliação será contínua, através da observação do desenvolvimento dos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

alunos e das opiniões de professores, equipe gestora, pais e alunos.

BIBLIOGRAFIA

VALENTE, J. A. Computadores e conhecimento: repensando a educação. Campinas: UNICAMP. 1993.
<http://portal.mec.gov.br/proinfo/proinfo>. Acesso em: 02.03.2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

BIBLIOTECA ESCOLAR: PROJETO LER ARTE



PROFESSORA RESPONSÁVEL:

Patrícia Alves Breyer

Santa Maria, abril de 2024



INTRODUÇÃO

A presença da Literatura oportuniza às crianças o desenvolvimento de seu espírito crítico sendo que a escola é fundamental no processo de criar no aluno o hábito pela leitura. São muitas as atividades que podem ser desenvolvidas em sala de aula. A leitura tem impacto sobre todas as outras matérias escolares. E é um fator importante para o processo de ensino aprendizagem. A ideia é oferecer ferramentas que ajudam a desenvolver toda a capacidade dos alunos em sala de aula, incorporando a leitura à rotina dele. Tudo começa com a doação de livros, aquisição de acervo literário, caixa estante, caixa do PNAIC, caixa do PNLD/FNDE, gibis e outros. Com todo esse suporte conseguimos ofertar aos professores materiais que auxiliem nos processos educativos, de modo que seja possível desenvolver em sala de aula e na biblioteca (sala de leitura) atividades diversificadas relacionadas à leitura, à escrita e ao conhecimento em geral, sendo a principal característica a mediação com a leitura.

OBJETIVO GERAL

- Desenvolver no educando o hábito pela leitura e pela escrita.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apoiar o desenvolvimento curricular, articulando a Biblioteca com as estruturas pedagógicas e os professores, proporcionando abordagens diversificadas no processo de ensino e aprendizagem, de modo a promover o sucesso escolar;
- Estimular e orientar a comunidade escolar em suas consultas e leituras, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de selecionar e avaliar;
- Fazer da Biblioteca um local prazeroso, descontraído de modo que se sintam atraídos por ela;
- Criar espaços para exposições, encontro de escritores, concursos de leitura e escrita, feiras de livros, destaques de livros, notícias de interesse escolar e comunitário e trabalhos elaborados pelos alunos;
- Fornecer material bibliográfico aos professores e estudantes.



DESENVOLVIMENTO

A biblioteca escolar – contações das histórias, empréstimos do acervo, exposições temáticas, interpretando textos e livros do acervo literário - estimula o interesse, o hábito pela leitura, o debate de temas, a pesquisa e a apreciação de diferentes autores e ilustradores. Os envolvidos nesse projeto, também ajudarão a escola na realização de algumas ações, bem como nas atividades desenvolvidas na própria biblioteca, a saber:

- **HORA DA BIBLIOTECA**

A biblioteca dispõe de períodos de agendamentos para a realização de atividades no seu espaço. O professor utiliza o espaço para o desenvolvimento de atividades voltadas a leitura e preparadas previamente nos planejamentos setorizados: leitura deleite, leitura individual, leitura em dupla, contação de histórias, interpretação oral e escrita de livros, etc.

- **CONTAÇÃO DE HISTÓRIA**

A biblioteca bimestralmente convidará todas as turmas a participarem de um momento de contação de história na biblioteca, proporcionando um momento lúdico e prazeroso neste espaço.

- **EMPRÉSTIMO DE LIVROS AOS ALUNOS**

Semanalmente os alunos de todos os anos irão à biblioteca para realizar a escolha e empréstimo de livro literário.

- **HORA DO RECREIO**

Durante o horário de recreio a biblioteca permanecerá aberta para atendimento aos alunos.



- ACERVO DIGITAL

Para favorecer e auxiliar o trabalho pedagógico dos professores, a biblioteca está em processo de digitalização de todo seu acervo, essa ação permanecerá enquanto for necessário.

- VIRTUALTECA

Com o advento da pandemia causada pelo covid-19 fez-se necessário a criação de mecanismos para fomentar o acesso a leitura e a continuação dos trabalhos desenvolvidos pela biblioteca, deste modo a virtual teca EC 116 foi criada seguindo o GPLEI em seu Guia de Orientações para os Profissionais Atuantes em Bibliotecas Escolares e Escolares-Comunitárias em Contexto de Atividades Escolares durante a Pandemia de Covid-19. A virtualteca (<http://gg.gg/virtualteca>) em sua plataforma tem abas específicas: artes, contos/poesia, culinária, gibis, literatura infanto juvenil e jogos. Cada aba tem vídeos, voltados para a mediação de leitura (contação de histórias, leitura de livros ou de trechos de livros), vídeos de artesanatos, vídeos referentes as datas comemorativas, receitas entre outros; catálogo com lista de links para acesso a bibliotecas; lista de links relativos a vídeos e livros digitais gratuitos; lista de plataformas de jogos educativos virtuais e gratuitos. O acesso ao site deve ser realizado pelo email @edu, fornecido pela SEDF.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada ao longo do processo pela equipe da Biblioteca nas coordenações coletivas junto aos professores, análise dos resultados obtidos junto à equipe gestora e comunidade escola



PROJETO POLIDOCÊNCIA

5º ANO



Santa Maria, abril de 2024



APRESENTAÇÃO

As etapas escolares pelas quais os estudantes passam costumam representar momentos de passagem e mudança na vida, principalmente das crianças. Na realidade vivenciada pelos estudantes da EC 116, ao concluir o Ensino Fundamental I, os estudantes precisam mudar de escola para uma que atenda do 6º ao 9º ano, ou seja, o Ensino Fundamental II.

Geralmente, esse é um momento que causa angústia e ansiedade não só nos estudantes, bem como em suas famílias. Portanto, o projeto da Polidocência foi criado com o objetivo de possibilitar aos estudantes do 5º ano uma vivência aproximada com a realidade que irão encontrar no Ensino Fundamental II. Dessa forma, as crianças e famílias atravessam esse momento de transição de forma mais suave, pois se ambientam melhor com a organização pedagógica e chegam mais seguros na escola subsequente.

Portanto, o projeto da Polidocência conta com a participação dos professores docentes do 5º ano que trabalham de forma articulada e contam com a colaboração da coordenação pedagógica e equipe gestora. Ao assumir essas turmas, o professor já tem ciência que haverá uma divisão disciplinar para atender às turmas, podendo haver uma subdivisão no grupo, de acordo com o número de turmas atendidas e as necessidades pedagógicas apresentadas.

OBJETIVO GERAL

- Desenvolver a autonomia e senso de responsabilidade nos estudantes ao fazer a transição do EF I para o EF II;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Adaptar a estrutura curricular do 5º ano à possibilidade de revezamento das turmas na Polidocência;
- Vivenciar a organização curricular aproximada à organização pedagógica utilizada nas escolas de Ensino Fundamental II;
- Fomentar o trabalho dos professores com apoio pedagógico através da coordenação;



- Possibilitar uma transição de etapas educacionais de forma menos crítica para o aluno.

DESENVOLVIMENTO

A organização da polidocência se inicia após a escolha de turma onde os docentes lotados nessas turmas se subdividem para atender os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, e uma terceira opção que atender os componentes de Ciências, Geografia e História. Os componentes de Artes e Ensino Religioso são trabalhados pelo docente titular de cada turma. O componente de Educação Física é trabalhado pelo professor responsável pelo projeto Educação com Movimento.

A coordenação pedagógica fica responsável por viabilizar essa organização e montar a grade curricular junto ao grupo de forma a atender as horas necessárias para cada disciplina.

As famílias são orientadas sobre o projeto em reunião específica onde o projeto é apresentado junto com a organização do trabalho pedagógico da escola. A organização da carga horária de cada disciplina por dia é realizada conforme a quantidade de turmas, podendo ser de duas a quatro por dia de acordo com a necessidade do grupo. Os horários são impressos, entregue aos estudantes e fixados na sala para possibilitar o acesso a todos.

As coordenações pedagógicas são realizadas em grupo para possibilitar o compartilhamento de informações sobre os estudantes e viabilizar uma avaliação formativa consistente com o processo de aprendizagem de cada estudante. Assim, as informações para a elaboração dos relatórios individuais vão sendo compartilhadas ao longo do processo, sendo o docente titular da turma o responsável pela escrita e formatação dos mesmos.

Em casos de projetos de reagrupamento envolvendo um componente curricular, geralmente de Língua Portuguesa, a sua execução é feita por todo o grupo, independente da disciplina pela qual o docente é responsável. Os projetos pedagógicos da escola são desenvolvidos de forma coletiva e o professor da disciplina mais evidente no projeto, lidera o trabalho a ser realizado pelo grupo. Nesse quesito destacamos o Circuito de Ciências e as Mostras Culturais.



RECURSOS

- Humanos: estudantes e famílias do 5º ano, coordenação pedagógica, equipe gestora e equipes pedagógicas.
- Materiais: estrutura física da escola.

AValiação

A avaliação será realizada ao longo do processo nas coordenações coletivas, analisando os resultados obtidos e a adequação de docentes e discentes às demandas que surgirem durante o processo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PROJETO DE REAGRUPAMENTOS



Santa Maria, abril de 2024



JUSTIFICATIVA

A escola busca ações pedagógicas que possibilitem aos alunos aprender por múltiplos caminhos, pois sabemos que a aprendizagem não ocorre da mesma forma e no mesmo momento para todos.

Assumir uma aprendizagem significativa, exige ações de ensino direcionadas para que os alunos aprofundem e ampliem os significados elaborados mediante suas participações nas atividades de ensino e aprendizagem.

Por isso a importância da intervenção e mediação do professor e da troca com os pares, para que cada um vá realizando tarefas e resolvendo problemas que criem condições de superar as dificuldades de aprendizagem, desenvolvendo assim competências e conhecimentos.

Acreditando que ensinar e aprender, com significado, implica caminhos diversos, a escola trabalha o desenvolvimento de diversas atividades, com vistas a uma aprendizagem de fato, a partir do Reagrupamento Interclasse, não deixando de utilizar também o Intraclasse e o Extraclasse, quando houver necessidade com todas as turmas.

OBJETIVO

Integrar os alunos com mesma dificuldade (níveis de aprendizagem), a fim de que as atividades sejam adequadas e de uma forma lúdica, porém respeitando o foco principal do projeto que é a retomada de habilidades necessárias para proporcionar aos alunos o sucesso no processo ensino-aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

- Organizar os alunos por níveis de dificuldades em leitura, escrita, matemática e/ou motora.
- Elaborar atividades voltadas para cada nível de dificuldade em específico.
- As atividades são organizadas/planejadas pelos professores na coordenação.



REAGRUPAMENTO INTERCLASSE:

A proposta deste reagrupamento é que seja realizado bimestralmente e após cada experiência deve se avaliar o trabalho para sanar quaisquer falhas. A equipe de coordenação estará envolvida, facilitando o desenvolvimento do projeto e providenciar crachá com nome do professor para identificação dos mesmos. O período de execução será de uma semana, podendo ser ampliado pelo mesmo período.

Cabe ressaltar que, devido ao modelo de enturmação dos alunos da EC 116, os alunos já são organizados por níveis semelhantes.

REAGRUPAMENTO INTRACLASSE:

A proposta deste reagrupamento é que se realize dentro do ambiente da sala de aula e será desenvolvido pelo professor regente. Nele, os alunos são agrupados de acordo com suas potencialidades e necessidades e as atividades são planejadas e aplicadas de acordo com os níveis.

Este reagrupamento deverá ser realizado durante todo o ano letivo, observando nas necessidades da turma. O planejamento para os grupos/níveis ocorrerá sempre que o professor avaliar o desenvolvimento dos alunos com vistas à formação de novas equipes de trabalho.

REAGRUPAMENTO EXTRACLASSE:

Este reagrupamento tem em sua proposta inicial um trabalho mais individualizado para àqueles alunos que demonstrem mais dificuldades em sala de aula, necessitando de uma atenção individualizada. O planejamento deverá ser feito junto à Coordenação Pedagógica, bem como sua avaliação ao final de cada processo. Este projeto se realizará em horário contrário ao da aula e contará com um grupo reduzido de alunos.

Durante o ano letivo de 2024 não haverá a possibilidade de ocorrer o reagrupamento extraclasse devido a falta de espaço na escola. Todas as salas são utilizadas em ambos os turnos inviabilizando a execução dessa ação.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

CONCURSOS, EXPOSIÇÕES, FESTAS E EVENTOS





INTRODUÇÃO

Quando se fala em leitura, raciocínio lógico matemático e ciências, nos vem à mente o papel da escola que é o berço da alfabetização, porém, não é somente na escola que esses hábitos precisam ser estimulados.

A formação da criança leitora acontece desde quando a mãe começa a ler para o filho no seu ventre, ou seja, antes do nascimento, e se perpetua ao longo de sua vida. São inúmeras as queixas de pais e responsáveis pela criança e principalmente de nós, professores, acerca da problemática tanto na aquisição quanto no despertar do gosto pela leitura e entender os saberes matemáticos e científicos.

Ser capaz de imaginar outros mundos, viajar por lugares distantes e viver grandes aventuras é algo que a leitura pode nos proporcionar sem ao menos precisar sair do sofá de casa ou da cadeira da escola. E através dela que podemos ampliar nossas habilidades para falar, escrever, pensar, agir e interagir com o mundo e as pessoas, assim também acontece com a matemática, que está no relógio da parede, no celular que usamos, no botão da geladeira, no mercado, na padaria e em tantos lugares que perdemos até as contas.

A ciência amplia conhecimentos acerca do mundo e possibilita uma nova visão sobre fatos e teorias do nosso cotidiano, nesse sentido o ensino de ciências deve contribuir para o desenvolvimento de competências que permitam ao educando compreender e agir sobre seu meio social.

Cientes de que, é na escola que essas habilidades prioritariamente se formalizam, nós enquanto educadores, precisamos buscar ações concretas que ajudem na inicialização ou ampliação dessas práticas no cotidiano do estudante com o intuito de formar leitores independentes, motivados e criativos, capazes também de interpretar e entender o mundo da matemática e das ciências.

O trabalho para reverter essa realidade deve dar-se de forma conscientizadora e com ações que maximizemos contatos desses pequenos com esse mundo mágico da leitura e da matemática, e conseqüentemente essa motivação ultrapasse os muros da escola.



Sendo assim, a escola precisa semear estratégias e fortalecer o Projeto Político Pedagógico com ações que busquem despertar tais habilidades de forma dinâmica e prazerosa.

JUSTIFICATIVA

A escola vem observando através das avaliações externas (Prova Diagnóstica, e a Prova do SAEB) e avaliações internas, que os alunos obtiveram alguns avanços na leitura e escrita, porém ainda não se encontram dentro de um padrão considerado ideal. Nos últimos dois anos foi evidenciado uma maior dificuldade dos alunos relacionada aos conteúdos matemáticos.

Reconhecendo que ler, escrever, aplicar as quatro operações e interpretar situações-problema, são habilidades importantíssimas para se chegar ao letramento, sentimos a necessidade de elaborar ações, com a finalidade de colocar em prática atividades que despertem nos alunos o prazer pela leitura e pela matemática e consequentemente possibilite o acesso à diversidade conhecimentos ofertados pelos livros e materiais diversos. Diante disso, as seguintes ações visam organizar o trabalho pedagógico da escola dando enfoque à projetos voltados a leitura, a matemática e a ciências com as seguintes ações: Soletrando, Circuito de Ciências e Mostra da Cultura Afro-brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aguçar o prazer pela leitura e saberes matemáticos aumentando o potencial cognitivo e criativo;
- Promover o aprimoramento do vocabulário, proporcionando melhor desempenho da oralidade e da escrita;
- Proporcionar aos alunos, professores e demais profissionais da escola a oportunidade de ampliar seus horizontes pessoais e culturais, auxiliando na formação crítica;
- Estimular o intercâmbio dessas leituras com pais, professores, colegas e outras pessoas de sua convivência;



- Propiciar a formação de educadores e alunos leitores/produtores de textos nas diversas áreas do conhecimento;
- Desenvolver as capacidades das habilidades linguísticas: falar, escutar, ler e escrever;
- Desenvolver o raciocínio lógico e estimular a sua curiosidade;
- Interligar o estudo da matemática com seu cotidiano, perceber a presença da matemática em tudo que fizermos;
- Desenvolver e resolver situações-problema, criando e elaborando técnicas de resolução válidas no encontro das soluções.

SOLETRANDO



Essa atividade envolve todos os alunos da escola e acontece uma vez por ano. Trata-se de um jogo semelhante ao popularmente conhecido com regulamento e regras próprias, adaptadas à realidade da escola.

O objetivo do Soletrando é desenvolver nos estudantes a leitura, a escrita, a ortografia, ampliar o vocabulário, as habilidades cognitivas e a

compreensão da norma culta da língua portuguesa de uma forma lúdica e divertida.

A primeira eliminatória é realizada em sala de aula, onde o professor recebe uma lista de palavras para repassar aos alunos, os mesmos estudam a lista e em um determinado momento participam soletrando para o professor regente e colegas da turma, restando apenas cinco alunos de cada turma que recebem outra lista de palavras para estudarem.



A segunda eliminatória fica a cargo da coordenação e convidados, onde os nomes dos cinco alunos classificados de cada turma são repassados para a coordenação. Eles realizam a soletração em um lugar previamente preparado, com todos os finalistas dessa etapa por ano, restando assim um de cada turma, que posteriormente ganhará uma lista com palavras mais complexas.

A etapa final é realizada no pátio com todos os alunos da escola, onde as famílias dos finalistas podem prestigiar também esse momento. Nesse evento os próprios alunos sorteiam as palavras que serão soletradas e que fazem parte da lista enviada previamente para estudos. Como critério de desempate, haverá um envelope surpresa com palavras inéditas onde os finalistas deverão soletrar até que aconteça a eliminação dos concorrentes ou empate final. A premiação dessa atividade é um kit de materiais pedagógicos.

MOSTRA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA



Essa atividade contempla todos os alunos da escola e acontece uma vez ao ano. É um momento onde os trabalhos literários (livros, pintura de quadros, desenhos, entre outros) realizados com a temática da Cultura Afro-brasileira ao longo do ano letivo, são expostos para toda comunidade escolar.



A realização da Mostra tem por objetivos:

- Respeitar e valorizar a cultura afrobrasileira.
- Reconhecer a importância da cultura e do povo africano na formação da cultura e da identidade brasileiras.
- Identificar influências africanas na cultura brasileira: culinária, música, dança e vocabulário.
- Desenvolver atitudes de interação, colaboração e troca de experiências em grupos.
- Promover a reflexão sobre conceitos de raça, etnia, estereótipos, racismo e preconceito

FESTAS E EVENTOS

Ao longo do ano letivo a equipe escolar organiza festas e eventos com objetivos diversos. Em sua maioria, os eventos visam fortalecer o contato da escola com os familiares dos alunos e com a comunidade, bem como fomentar a cultura brasileira.

As festas e eventos também promovem situações de interação e aprendizagem, com projetos escolares onde os alunos podem pesquisar, levantar hipóteses sobre os temas, fazer registros das discussões feitas em sala e montar materiais para serem expostos à comunidade escolar,

Além dos concursos e exposições citados anteriormente, os seguintes eventos serão realizados ao longo do ano letivo:

- Partilha de Páscoa;
- Festa da Família;
- Festa Junina/Julina;
- Festa das Crianças;
- Formatura das turmas de 5º ano e;
- Auto de Natal.

CONCLUSÃO

Os eventos escolares fortalecem os laços entre a família e a comunidade escolar, mas são, sobretudo, momentos muito especiais para os alunos. Gincanas, festas e feiras escolares são oportunidades para praticar os conhecimentos fora da



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

sala de aula, enriquecer a socialização e ampliar a bagagem cultural das crianças e dos adolescentes.

Essas ações permitem transformar a aprendizagem em algo prazeroso e criativo, onde o professor, junto com a equipe gestora e pedagógica, serão os facilitadores no processo de ensino aprendizagem, buscando na Escola Classe 116 práticas inovadoras e apoio da comunidade escolar.

Esse projeto está em constante avaliação, esse também será o nosso propósito, para juntos conseguirmos que nossos alunos ultrapassem os muros da escola com seus múltiplos saberes. Que cada semente de informação, seja plantada em nossos estudantes e regadas com esperança e confiança, sempre acreditando no potencial e nas qualidades de cada um.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

REGIMENTO INTERNO ESCOLAR





Regimento Interno Escolar

As diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da EC 116 levam em consideração o documento relativo ao Regimento Interno Escolar das Escolas Públicas do Distrito Federal.

I) Horários, entrada e saída:

1. Tanto os alunos como a família devem estar atentos ao cumprimento dos horários de entrada e saída:

	ENTRADA	SAÍDA		ENTRADA	SAÍDA
MATUTINO	7h30min	12h30min	VESPERTINO	13h	18h

1.1 Os portões da escola serão abertos 15 minutos antes de cada horário de entrada e saída.

2. Os alunos que chegarem atrasados, após a tolerância de 15 minutos, deverão se dirigir à coordenação/disciplinar para apresentar uma justificativa plausível e, caso não a apresente, serão tomadas as seguintes providências: três advertências escritas e posterior encaminhamento às instâncias superiores (Conselho Tutelar).

3. Para os alunos que ficarem na escola após o horário de tolerância (12h45min e 18h15min), serão tomadas as providências citadas no item 1.1, caso o estudante não apresente uma justificativa que possibilite compreender a necessidade de permanecer na escola um pouco mais, após o horário de término das aulas.



II) Identificação:

4. O uso do uniforme é indispensável no ambiente escolar (tênis, camiseta, bermuda, short-saia, calça azulada ou preta, preferencialmente). O uniforme é de uso obrigatório, bem como a roupa adequada para a prática nas aulas de Educação com Movimento.

5. É proibido o uso de roupas decotadas, transparentes e/ou curtas tais como: minissaias, micro shorts, tops ou qualquer outra peça que exponha o corpo do aluno, pais e/ou responsáveis.

6. Não é permitido o uso de boné, touca, gorro, boina (para ambos os sexos), exceto com autorização expressa do professor.

III) Material escolar e livro didático:

7. O aluno deverá cumprir suas atividades de estudante, portar e cuidar de seu material escolar, repondo conforme a necessidade.

8. O estudante deverá portar, zelar e conservar os livros didáticos e literários disponibilizados pela escola e utilizados durante o ano letivo, cabendo ao responsável repor em caso de extravio ou danos.

IV) Aparelhos eletrônicos:

9. Levando em consideração os diversos meios de aprendizado, o uso de aparelho celular será permitido pelo professor em situações e momentos específicos, nos quais poderão ser utilizados como ferramentas pedagógicas facilitadoras do aprendizado, em especial nas aprendizagens das ferramentas tecnológicas utilizadas no século XXI. Entretanto, caso haja extravio desses objetos a escola não se responsabilizará.

9.1 Em caso de desrespeito ao item anterior, o aparelho será recolhido e entregue à família, sendo o aluno advertido pela Direção/Coordenação.



V) Porte de armas e drogas e atividade ilícitas:

10. Visando a segurança, a saúde e a integridade física da comunidade escolar, não é permitido o porte de armas ou qualquer outro objeto que represente perigo para a saúde e segurança do aluno (a) e servidores, tais como: estiletes, canivetes, tesouras com ponta fina, bebidas alcoólicas, etc.

10.1 Em caso de apropriação indébita, além das medidas legais cabíveis, o aluno sofrerá as sanções previstas no regimento.

VI) Lanche:

11. É direito do estudante receber lanche de qualidade na escola e ter conhecimento do cardápio semanal de merenda.

11.1 O estudante não poderá mascar chicletes, comer doces, pirulitos e sanduíches, beber refrigerantes ou sucos fora dos horários estabelecidos para o lanche.

11.2 É expressamente proibido brincadeiras, desperdício e descaso com a merenda escolar e utensílios.

VI) Uso do patrimônio, depredação, limpeza e conservação:

12. O aluno não deve praticar ou induzir a prática de atos de pichação ou depredação do patrimônio público, estando a família incumbida de ressarcir os danos ou até mesmo responder, judicialmente, visto ser um crime já previsto em Lei (Art. 163, Código Penal e Art. 116, ECA).

13. Conforme exposto na Lei, o aluno que pichar o prédio ou a mobília terá seus responsáveis convocados a reparar o dano causado, recaindo sobre estes a obrigação de arcar com o ônus financeiro. Ressalta-se, entretanto, a preferência por medidas pedagógicas direcionadas à conscientização do educando acerca das obrigações para com o patrimônio escolar. Medidas essas que, respeitando os direitos específicos da criança, serão tomadas em concordância com os Responsáveis,



visando antes de tudo, o desenvolvimento da criança e/ou adolescente como cidadão pleno. O não cumprimento desse item acarretará no encaminhamento à justiça comum, que qualifica esta situação como ato infracional.

VII) Relações interpessoais e conduta nas atividades escolares:

14. É direito do estudante ser respeitado em sua dignidade humana e valorizado em sua individualidade por todos os membros da comunidade escolar.

15. É dever do aluno tratar com respeito e cordialidade todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos e servidores.

15.1 Em caso de desrespeito ao servidor público, se aplicará as penas previstas na Lei (Art. 331, Código Penal).

16. Não é permitido o aluno mascar chiclete em sala de aula e durante a hora cívica.

17. É direito do estudante participar das atividades pedagógicas e coletivas oferecidas no ambiente escolar. Bem como, é dever do professor garantir que este direito seja respeitado.

18. É dever do aluno participar com respeito do momento cívico e demais momentos pedagógicos. Bem como, é dever do professor garantir que este dever seja respeitado.

19. É proibida a prática de bullying, cyberbullying, racismo, homofobia e quaisquer discriminações por parte de toda a comunidade escolar. A ocorrência de tais atos deverão ser comunicada à Direção, que tomará as providências cabíveis.

VIII) Assiduidade:

20. Será considerada, para fins de promoção do aluno, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas estabelecido para o ano ou semestre letivo, sendo computados também os exercícios domiciliares amparados por Lei.



21. O aluno que, por motivo justo, faltar a qualquer atividade pedagógica, deverá apresentar à Direção da escola a justificativa em até 5 dias letivos após o ocorrido.

X) Atendimento extraclasse e das Equipes Especializadas:

22. O aluno quando convocado para atividades de reagrupamento extraclasse, atendimento especializado e/ou outra atividade escolar fora de seu horário de aula é obrigado a comparecer nos dias e horários estipulados. Nesse caso, o aluno deverá estar devidamente uniformizado.

22.1 Caso o estudante seja convocado às atividades em turno contrário, a família deverá se responsabilizar pela assiduidade e pontualidade do mesmo.

23. Cabe ao responsável providenciar a documentação solicitada pelas equipes especializadas.

XI) Sanções:

24. Ao estudante, cujo comportamento não for condizente com o regimento, serão aplicadas as seguintes medidas:

A) Advertência oral;

B) Advertência escrita;

C) Suspensão com tarefas escolares de até 03 dias letivos e/ou atividades alternativas na escola.

25. Ao aluno, será assegurado amplo direito à defesa com a presença dos pais e/ou responsáveis.

XII) Gerais:

26. Os pais e/ou responsáveis deverão procurar os professores de seus filhos no turno contrário, para resolver assuntos pendentes, pois no horário da aula a atenção dos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

profissionais deverá ser totalmente dispensada aos alunos. Dessa forma, os responsáveis deverão se informar qual o melhor horário para receber atendimento.

27. A escola, bem como seus servidores, não se responsabiliza por bicicletas deixadas na portaria.

28. A mudança de turno só poderá ser realizada mediante apresentação de documento comprobatório da necessidade e com a presença do responsável, estando sujeito à confirmação dos dados pela Direção da escola.

29. A mudança de turma só poderá ser realizada mediante solicitação da Direção ou do Conselho de Classe desta Unidade Pública de Ensino.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PLANO DE AÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL 2024





PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Coordenação Regional de Ensino: Santa Maria

Unidade escolar: Escola Classe 116

Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional: Neuza Gomes da Silva Monteiro - Matrícula: - 243867-4 Turno: Diurno

Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional: Marcos de Souza Santana - Matrícula: - 212921-3 Turno: Diurno

METAS

- Ampliar para 50% o atendimento e acolhimento de famílias, alunos e professores ao longo do ano
- Garantir a continuidade dos estudos dos alunos do Ensino Fundamental em 90%
- Reduzir os encaminhamentos de casos de bullying à Orientação Educacional em 50%
- Diminuir os conflitos entre os estudantes e os professores em 30%
- Reduzir os casos de ansiedade e a evasão escolar em 10%
- Prevenir o uso de drogas na adolescência em 80% dos estudantes dos 4^{os} e 5^{os} anos
- Reduzir em 10% os afastamentos por motivo de stress emocional
- Aumentar a participação escolar das famílias em 30%



INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS

TEMÁTICAS	OBJETIVOS	AÇÕES	EIXOS TRANSVERSAIS DO CURRÍCULO	METAS E/OU ESTRATÉGIAS DO PDE, E/OU DO PPA, E/OU OBJETIVOS DO PEI E/OU DO ODS	RESPONSÁVEIS/ PARCERIAS	CRONOGRAMA
Acolhimento/ Implantação da orientação educacional	Acolher e apresentar a Orientação Educacional a toda comunidade escolar. Divulgar o trabalho da OE.	Apresentação da O.E na coordenação coletiva através de vídeos, fotos e depoimentos de estudantes que passaram pela OE, Apresentação de documentos usados pela orientação educacional Apresentação pessoal dos Orientadores nas salas de aula Organização do espaço físico da OE	Educação para a Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none">● PDE - 2.12 – Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, atentando para as especificidades do estudante de forma a garantir a qualidade do atendimento.● 2.22 – Fomentar políticas de promoção de cultura de direitos humanos no ensino fundamental, pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda a comunidade escolar.	Orientação Educacional, Sala de recursos Equipes de apoio professores	Março



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



<p>Transição escolar Integração família e escola Acolhimento</p>	<p>Conhecer a escola subsequente e seu funcionamento.</p>	<p>Recepção dos pais e alunos, pela direção da escola subsequente, com bate –papo sobre o funcionamento da instituição, Apresentação de trabalhos desenvolvidos por alguns professores do 6º ano Lanche coletivo Tour pela escola.</p>	<p>Educação Integral Educação para a sustentabilidade Cidadania e educação em e para os direitos humanos.</p>	<ul style="list-style-type: none">• 2.35 – Fomentar ações pedagógicas que promovam a transição entre as etapas da educação básica e as fases do ensino fundamental e que gerem debates e avaliações entre os profissionais da educação sobre a organização escolar em ciclos e a organização do trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação.	<p>Orientadores Equipe escolar e gestora, Estudantes dos 1ºs e 5ºs anos e suas Famílias</p>	<p>Março- Recepção e Acolhimentos aos alunos e famílias dos 1ºs anos. e Dezembro – acolhimentos aos estudantes e famílias dos formandos dos 5ºs anos</p>
--	---	--	---	---	---	--



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



Cultura de paz Cidadania	Trabalhar o bullying Respeito aos colegas e professores (Regras de convivência escolar) Empatia Diferenças	Banner Slides Vídeos Música Dinâmicas Lembrancinhas	Educação para a diversidade Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos Educação para a Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none">• 2.22 – Fomentar políticas de promoção de cultura de direitos humanos no ensino fundamental, pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda a comunidade escolar.• 2.30 – Ampliar as ações do Plano de Convivência em todas as unidades escolares do Distrito Federal, com vistas a minimizar situações de violência escolar.	OE PROFESSORES ALUNOS	Abril
-----------------------------	--	--	---	--	-----------------------------	-------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



Competências Sócio emocionais/ autoestima	Elevar o conhecimento sobre os sentimentos e emoções como sendo inerentes a todos os seres humanos Aprender a administrar o sentimento de raiva e ansiedade	Dinâmica (trio) Roda de conversa Carinhas das emoções impressas e plastificadas, Vídeo do YouTube (reflexões orais) Leitura de recadinhos com pedidos de desculpas, elogios, agradecimentos entre os colegas Lembrancinhas	Educação para a Sustentabilidade Educação integral	<ul style="list-style-type: none">• 2.22 – Fomentar políticas de promoção de cultura de direitos humanos no ensino fundamental, pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda a comunidade escolar.	Orientadores Educacionais Estudantes Professores	Maio
--	---	---	---	---	---	------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



Sexualidade/Direitos humanos	Trabalhar as partes íntimas do corpo humano e suas transformações na idade adolescência Namoro na idade certa Respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro.	Roda de conversas sobre abuso sexual de Crianças e adolescentes, Boneco ilustrativo Vídeos Depoimentos Caminhada representativa pelo respeito e cuidados com as crianças e adolescentes, com foco no combate ao abuso sexual	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos Educação Integral	Fortalecer a atuação das escolas públicas para o Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Promover a ampliação dos conhecimentos dos alunos sobre a "Direitos sexuais são direitos humanos" a fim de mobilizar para o enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes.	Orientadores Educacionais Comunidade escolar Estudantes Professores	Maio
------------------------------	--	--	---	--	--	------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



Cultura de Paz, Bullying	Conceituar as diversas formas de bullying Falar sobre as características de quem pratica e sofre bullying Formas de defesa e denúncias legais	Rodas de conversa Vídeos educativos Depoimentos Leitura de livros Oficina de cartazes-colocados em local de grande circulação na escola	Ed. Diversidade Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos Educação para a Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none">● 2.22 – Fomentar políticas de promoção de cultura de direitos humanos no ensino fundamental, pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda a comunidade escolar.● 2.30 – Ampliar as ações do Plano de Convivência em todas as unidades escolares do Distrito Federal, com vistas a minimizar situações de violência escolar.● 7.7 – Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à formação dos profissionais de educação para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	Orientadores Educacionais Estudantes Professores	Junho
-----------------------------	---	---	---	---	--	-------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



<p>Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas</p>	<p>Falar sobre os Tipos de drogas (maconha, cigarro, narguilé) e as consequências para a saúde dos usuários, Medicamentos, Alertar sobre os aliciadores de crianças e adolescentes ao uso e venda de drogas. Violências social</p>	<p>Peça teatral Palestrante convidado (rede externa) Roda de conversa</p>	<p>Educação para a Sustentabilidade</p>	<p>2.20 – Garantir que as unidades escolares de ensino fundamental, no exercício de suas atribuições no âmbito da rede de proteção social, desenvolvam ações com foco na prevenção, na detecção e no encaminhamento das violações de direitos de crianças e adolescentes (violência psicológica, física e sexual, negligência, constrangimento, exploração do trabalho infanto-juvenil, uso indevido de drogas e todas as formas de discriminação), por meio da inserção dessas temáticas no projeto político- pedagógico e no cotidiano escolar, identificando, notificando e encaminhando os casos aos órgãos competentes. 2.23 – Promover ações de prevenção e enfrentamento à medicalização indevida da educação e da sociedade, buscando entender e intervir em diferentes fatores sociais, políticos, econômicos, pedagógicos e psicológicos que impliquem sofrimento de estudantes e profissionais da educação.</p>	<p>Alunos dos 4^{os} e 5^{os} anos Professores e Orientadores Educacionais</p>	<p>julho/ agosto</p>
--	--	---	---	--	--	--------------------------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



Saúde e Saúde emocional	Reconhecer sintomas de stress físico e emocional (depressão e ansiedade), Formas de tratamento e administração.	Dinâmicas de relaxamento na coletiva Palestrante/psicóloga (rede externa) Folder informativo.	Saúde física e emocional autocuidado	<ul style="list-style-type: none">● 7.14 – Promover, por meio de ações Inter setoriais dos órgãos competentes, a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.● 7.15 – Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	Orientadores educacionais, Professores, Equipe de apoio à aprendizagem palestrante	Setembro
-------------------------	---	--	--------------------------------------	---	--	----------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



Cidadania	Reconhecer a lei de proteção as mulheres, das diversas, formas de violência contra a mulher em diversos espaços da sociedade; Meios de denúncias.	Divulgação da cartilha da lei Maria da Penha Palestrante (rede externa) Fórum de Santa Maria. Vídeos educativo (comunicação violenta) Rodas de conversa	Cidadania e Educação em paraos direitos humanos	<ul style="list-style-type: none">● 2.22 – Fomentar políticas de promoção de cultura de direitos humanos no ensino fundamental, pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda a comunidade escolar.● 4.20 – Fomentar políticas de promoção de cultura de direitos humanos nos centros de ensino especial pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda a comunidade escolar.	Equipe escolar Famílias Estudantes	outubro/novembro
-----------	--	---	---	---	--	------------------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



Integração família e escola;	Participar dos eventos de final de ano, Divulgação das metas alcançadas	Reunião final depois Participação nas festividades finais, Divulgação de planilhas e gráficos Participação nos estudos de caso e Conselhos de Classe	Educação Integral Educação para a sustentabilidade Cidadania e Educação em e para os direitos humanos	<ul style="list-style-type: none">● 7.13 – Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal e as experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	Equipe gestora Professores Famílias Equipe de apoio.	Ao longo do ano e em Dezembro
------------------------------	---	--	---	---	--	-------------------------------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PLANO DE AÇÃO DA SALA DE RECURSOS 2024





PLANO DE AÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO 2024

Sala de Recursos Generalista

	OBJETIVO GERAL	Proporcionar recursos e meios capazes de atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes com Deficiência Física/Intelectual e TEA, de modo a garantir-lhes, junto à Direção Escolar, condições de desenvolvimento e de aprendizagem, promovendo a Inclusão.		
ESPECÍFICOS DO AEE		<ul style="list-style-type: none">❖ Sensibilizar toda a comunidade escolar quanto à inclusão dos estudantes com deficiência em todas as atividades da escola;❖ Atuar de forma colaborativa com o professor da classe Comum Inclusiva e Integração Inversa para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante com deficiência ao Currículo em Movimento e sua interação com a turma na qual está inserido;❖ Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional do estudante;❖ Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;❖ Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais dos estudantes;❖ Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos estudantes nas Classes Comuns Inclusivas e nas turmas de Integração Inversa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;❖ Articular-se junto aos gestores e professores com vistas à organização coletiva do Projeto Pedagógico da Instituição de Ensino numa perspectiva de Educação Inclusiva;❖ Participar de reuniões pedagógicas, de planejamento e dos Conselhos de Classe, desenvolvendo ações conjuntas com toda comunidade escolar;		
		AÇÕES	COLABORADORES	CRONOGRAMA
		<ul style="list-style-type: none">• Atendimento aos estudantes, (individualmente ou em grupo) na Sala de Recursos no horário contrário ao de regência.• Informação e orientação aos professores regentes, monitores e ESVs sobre as peculiaridades dos estudantes com Deficiência e TEA;	<ul style="list-style-type: none">• Família do estudante• Monitores e ESVs	<p>Semanalmente ou quando se fizer necessário;</p> <p>Sempre que se fizer necessário;</p> <p>Semanalmente;</p>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



	<ul style="list-style-type: none">• Coordenação individual de planejamento para atendimento direto e indireto do estudante;• Orientação de preenchimento da ficha de Adequação Curricular aos Professores Regentes;• Verificação e organização da documentação dos estudantes da Sala de Recursos;• Preenchimento do Diário, Relatórios de Atividades Individuais, da ATA e Plano AEE;• Auxílio aos Professores Regentes, no período de adaptação do estudante;• Reuniões com pais/responsáveis com o intuito de orientar, estimular, conscientizar e informar sobre a inclusão;• Participação em Conselhos de Classe;• Participação nas reuniões coletivas direta e indiretamente (desenvolvendo temas específicos sobre a inclusão);• Participação em reuniões com a Coordenação do Ensino Especial/CRE de Santa Maria;• Participação em Lives, Fóruns, palestras e cursos relacionados ao Ensino Especial ou de outros temas da Educação;• Observações em sala de aula;	<ul style="list-style-type: none">• Professores regentes• Secretária;• Secretária, Administrativo e Coordenação do Ensino Especial de Santa Maria;• Coordenadores e Direção;• Pais/Responsáveis e Direção;• Direção, Professores Regentes, Coordenadores, Supervisor Pedagógico, SEAA e OE;• Direção, Coordenação, SEAA e OE;• Coordenação de Ensino Especial.• Profissionais e/ou Instituições que desenvolvam um trabalho voltado para pessoas com Deficiência, TEA e Altas Habilidades e de outras áreas da Educação;• Professor regente;	<p>Bimestralmente;</p> <p>Durante todo o ano letivo;</p> <p>Durante todo o ano letivo;</p> <p>No início do ano letivo ou quando se fizer necessário;</p> <p>No início do ano letivo ou quando se fizer necessário;</p> <p>Ao final de cada bimestre;</p> <p>Sempre que se fizer necessário;</p> <p>Semanalmente;</p> <p>De acordo com as informações obtidas em circulares expedidas pela Direção da escola, pela Coordenação do Ensino Especial ou pela CRE;</p> <p>Sempre que se fizer necessário;</p>
--	--	---	--



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA



	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração de relatórios e encaminhamentos específicos aos profissionais de apoio e da área médica mediante necessidade do estudante ou quando solicitado;• Realização de sensibilizações a respeito da inclusão, com a comunidade escolar;• Participação em Eventos/Projetos da escola;• Divulgação de Lives e vídeos voltados para a Inclusão junto ao Corpo Docente e às famílias dos estudantes;• Realização dos Estudos de Caso e preenchimento da ficha de captação;• Formação de grupo de pais para comunicados, informes, dicas e cronogramas.	<ul style="list-style-type: none">• Médicos, Terapeutas, Instituições Filantrópicas, Centros de atividades Esportivas, etc...;• Direção, SEEA, OE, Supervisor pedagógico, Coordenador e Profissionais de várias áreas do Conhecimento e da Cultura Brasileira de modo geral;• Toda a comunidade escolar;• Equipe Gestora e Coordenação do Ensino Especial da CRE de Santa Maria e outros;• Profissionais do SEEA, OE, Secretaria, Direção, Coordenadores, Professores Regentes, Supervisão Pedagógica e responsáveis;• Responsáveis pelos estudantes	<p>Sempre que se fizer necessário;</p> <p>Na semana de conscientização sobre o Autismo/Síndrome de Down e de acordo com os projetos desenvolvidos durante o ano letivo;</p> <p>Durante todo o ano letivo;</p> <p>Durante o ano letivo;</p> <p>No segundo semestre, conforme agendamento estabelecido pela CRE;</p> <p>Todo o ano letivo</p>
	AVALIAÇÃO	A avaliação é contínua e processual, durante todo o ano letivo.	
Referências: Orientação Pedagógica 2010			



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

**Equipe Especializada de Apoio à
Aprendizagem (EEAA)
Plano de Ação 2024**





Plano de Ação EEAA

UE: **Escola Classe 116 de Santa Maria** _____

Telefone: **30328220** _____

Diretor(a): **Simeir Prestes** _____

Vice-diretor(a): **Andreia Pantoja** _____

Quantitativo de estudantes: **690** _____ Nº de turmas: **34** _____ Etapas/modalidades: **Ensino Fundamental I** _____

Serviços de Apoio: Sala de Recursos () Orientação Educacional () Sala de Apoio à Aprendizagem () Outro: _____

EEAA: **Pedagoga Daniele Araújo da Silva** _____



Eixo: Coordenação Coletiva					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional.- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas.- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.- Criar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as práticas educativas.	<ul style="list-style-type: none">- Análise documental.- Análise de dados estatísticos relacionados ao rendimento escolar.- Participação na elaboração da Proposta Pedagógica.- Observação e participação nas coordenações coletivas.- Escuta sensível com comunidade escolar para percepção do contexto.- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades.	Semanalmente	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	<p>Será realizada de forma contínua, através de:</p> <ul style="list-style-type: none">- Escuta sensível;- Conversa formal;



Eixo: Coordenação Coletiva					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>Mapeamento Institucional</p> <p>Assessoria ao trabalho coletivo</p> <p>Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem</p>	<p>- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.</p> <p>- Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem.</p> <p>- Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.</p> <p>- Estimular a adequação pedagógica, quando necessário.</p> <p>- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.</p>	<p>- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional.</p> <p>- Divulgação de informações sobre as dificuldades escolares e transtornos funcionais escolares.</p> <p>- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.</p>	<p>Semanalmente</p>	<p>- EEAA</p> <p>- SOE</p> <p>- Equipe Gestora</p> <p>- Coordenação Pedagógica</p> <p>- Professores</p>	<p>Será realizada de forma contínua, através de:</p> <p>- Escuta sensível;</p> <p>- Conversa formal;</p>



Eixo: Observação do contexto escolar					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional.- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.- Conhecer e analisar as práticas educativas.- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Acompanhar as classes especiais com vistas à futura inclusão dos alunos com necessidades especiais.- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	<ul style="list-style-type: none">- Agendamento de observação com professor.- Observação do recreio, atividades extra-classe, educação em movimento, educação integral e passeios pedagógicos.- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades.	Durante o ano letivo	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	Será realizada de forma contínua, através de: <ul style="list-style-type: none">- Escuta sensível;- Conversa formal;



Eixo: Observação em sala de aula					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.- Conhecer e analisar as práticas educativas.- Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem.- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	<ul style="list-style-type: none">- Agendamento de observação com professor.- Observação das dinâmicas pedagógicas.- Observação do recreio, atividades extra-classe, educação em movimento, educação integral e passeios pedagógicos.- Sugestão de atividades de acordo com a demanda de cada ano.	Durante o ano letivo	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- Professores- Coordenação Pedagógica- SOE	Será realizada de forma contínua, através de: <ul style="list-style-type: none">- Escuta sensível;- Conversa formal;



Eixo: Ações voltadas à relação família-escola

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>Mapeamento Institucional</p> <p>Assessoria ao trabalho coletivo</p> <p>Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem</p>	<p>- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.</p> <p>- Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem.</p> <p>- Estimular as famílias a terem uma visão sensível sobre a produção escolar dos alunos.</p> <p>- Orientar as ações dos familiares para o auxílio em relação às intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.</p> <p>- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.</p> <p>- Mediar os possíveis conflitos na relação entre o ambiente escolar virtual e a família.</p>	<p>- Divulgação de informações sobre as dificuldades escolares e transtornos funcionais escolares.</p> <p>- Colaboração na organização dos estudos em casa.</p> <p>- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.</p> <p>- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos responsáveis e seus impactos no acompanhamento escolar.</p> <p>- Participação nas reuniões com as famílias;</p>	<p>Durante o ano letivo</p>	<p>- EEAA</p> <p>- SOE</p> <p>- Equipe Gestora Pedagógica</p> <p>- Professores</p>	<p>Será realizada de forma contínua, através de:</p> <p>- Escuta sensível;</p> <p>- Conversa formal;</p> <p>- Formulário próprio;</p>



Eixo: Formação continuadas de professores

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional.- Conhecer e analisar as práticas educativas.- Ressignificar a práxis pedagógica do professor com vistas às aprendizagens.- Estimular o professor a um olhar analítico sobre a produção escolar dos alunos.- Criar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as práticas educativas.- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.- Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.- Contribuir para a construção da adequação pedagógica, quando necessário	<ul style="list-style-type: none">- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas.- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.- Planejamento, execução e avaliação de vivências e oficinas.- Elencar junto à Coordenação Pedagógica os assuntos pertinentes a serem tratados pela EEAA nas formações.- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades.- Participação nas formações.	Durante o ano letivo	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- SOE- AEE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	Será realizada de forma contínua, através de: <ul style="list-style-type: none">- Escuta sensível;- Conversa formal;



Eixo: Reunião EEAA					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas.- Criar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as práticas educativas.- Pesquisar situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Analisar documentos referentes à SEAA.	<ul style="list-style-type: none">- Participação nos Encontros de Articulação Pedagógica.- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas.- Análise das produções dos alunos.	Durante o ano letivo	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores- CRE	Será realizada de forma contínua, através de: <ul style="list-style-type: none">- Escuta sensível;- Conversa formal;



Eixo: Planejamento EEAA					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>Mapeamento Institucional</p> <p>Assessoria ao trabalho coletivo</p> <p>Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional; - Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares. - Planejar espaços de reflexão e discussões, favorecendo a apropriação de conhecimentos, de recursos e habilidades que renovem as práticas educativas. - Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização ou ressignificação do Plano de ação da EEAA. - Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar. - Participação nas atividades de planejamento e de avaliação do trabalho: coordenações pedagógicas coletivas, semana pedagógica, conselhos de classe, reuniões extraordinárias. - Seleção de textos informativos sobre ensino, aprendizagem, materiais didáticos, dificuldades de aprendizagem, transtornos funcionais educacionais e outros temas, conforme demanda. 	<p>Durante o ano letivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - EEAA - SOE - Equipe Gestora - Coordenação Pedagógica - Professores 	<p>Será realizada de forma contínua, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escuta sensível; - Conversa formal; - Relatórios; - Formulários on-line;



Eixo: Eventos					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional;- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.	<ul style="list-style-type: none">- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.- Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação dos eventos escolares.	De acordo com o cronograma da escola	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- SOE- AEE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	Será realizada de acordo com o previsto no planejamento.



Eixo: Reunião com a Gestão Escolar					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional.- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas.- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.- Buscar situações para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	<ul style="list-style-type: none">- Participação na elaboração da Proposta Pedagógica.- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional.- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem do corpo docente e seus impactos no rendimento escolar.	Durante todo o ano letivo, conforme demanda.	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica	Será realizada de forma contínua, através de: <ul style="list-style-type: none">- Escuta sensível;- Conversa formal.



Eixo: Estudos de caso					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Promover estudos de casos, quando houver necessidade de adequação ou mudança de atendimento ao aluno.- Conhecer e analisar o desenvolvimento do aluno em relação às práticas educativas.- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional.- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.- Estimular o professor a um olhar analítico sobre a produção escolar dos alunos.- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas.- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.	<ul style="list-style-type: none">- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas.- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.- Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação dos Estudos de Caso.- Análise das produções e desenvolvimento dos alunos.	Conforme cronograma enviado pela CRE.	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- AEE- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	Será realizada no momento pelos envolvidos no processo.



Eixo: Conselhos de Classe

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional.- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.- Conhecer e analisar o processo de gestão escolar e as práticas educativas.- Estimular o professor a um olhar analítico sobre a produção escolar dos alunos.- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar- Identificar barreiras que estejam dificultando o processo ensino-aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none">- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional.- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.- Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação do Conselho de Classe.- Análise das produções dos alunos.- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no planejamento das atividades.	Ao final de cada bimestre letivo.	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- AEE- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	Será realizada no momento, conforme o planejamento da Equipe Gestora.



Eixo: Projetos e ações institucionais					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional Assessoria ao trabalho coletivo Acompanhamento do Processo de Ensino – Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer e analisar as características (físicas e humanas) da Instituição Educacional;- Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.- Promover ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores da comunidade escolar.- Contribuir para que o professor promova situações didáticas alternativas de apoio à aprendizagem do aluno.- Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação do aluno.- Avaliar de maneira contextual os alunos para encaminhamentos externos necessários.- Elaborar documentos e RAIE apresentando a conclusão de cada caso e indicando as possibilidades de atuação pedagógica.- Avaliar e intervir ao mesmo tempo em que se investiga o objeto e as ações.	<ul style="list-style-type: none">- Discussão e reflexão sobre as práticas pedagógicas e informações construídas no Mapeamento Institucional com o intuito de favorecer as ações institucionais.- Colaboração na articulação e na reflexão permanente sobre o contexto e a comunidade escolar.- Participação nas atividades de planejamento, execução e avaliação dos Projetos da escola.- Análise das produções dos alunos.- Discussão sobre as concepções de ensino e de aprendizagem dos professores e seus impactos no contexto escolar.	Definido em cada Projeto e/ou ação institucional.	<ul style="list-style-type: none">- EEAA- AEE- SOE- Equipe Gestora- Coordenação Pedagógica- Professores	Será realizada conforme planejado para cada projeto e/ou ação institucional.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

23 – ANEXOS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PROJETO

EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO

Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Santa Maria, abril de 2024



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) apresenta o Projeto Educação com Movimento (PECM) para a rede pública de ensino, orientando a inserção do professor de Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O documento reúne concepções, princípios, procedimentos e instrumentos avaliativos que norteiam a organização do trabalho pedagógico e administrativo desse profissional em consonância com os documentos curriculares norteadores da rede pública de ensino do Distrito Federal.

O Projeto Educação com Movimento tem como finalidade precípua a ampliação das experiências corporais dos estudantes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de Educação Física na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo da Educação Básica do Distrito Federal.

A partir dessa política desenvolvida pela Gerência de Educação Física e Desporto Escolar, da Diretoria de Programas Institucionais, Educação Física e Desporto Escolar, em parceria com as Diretorias de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, espera-se contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, possibilitando uma formação integral crítica e integrada ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.

OBJETIVO GERAL

Implementar a política pública de educação denominada Educação com Movimento na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal, ampliando as experiências corporais mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de Educação Física na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo da Educação Básica do Distrito Federal.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Explorar os conteúdos da cultura corporal presentes na Educação Física, tais como: o jogo, a brincadeira, o esporte, a luta, a ginástica, a dança e conhecimentos sobre o corpo, integrando-os aos objetivos e conteúdo da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Estimular a interdisciplinaridade na intervenção pedagógica do professor de educação física, por meio do planejamento e atuação integrada ao trabalho do professor de atividades, em consonância com o projeto político-pedagógico da escola e com o currículo da educação básica;
- Fortalecer o vínculo do estudante com a escola, considerando as necessidades da criança de brincar, jogar e movimentar-se, utilizando as estratégias didático-metodológicas da educação física na organização do trabalho pedagógico da escola.

A inserção da Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A inserção da Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não é uma proposta nova. Algumas iniciativas foram conduzidas em Minas Gerais, Amazonas e no município de Goiânia, despontando no Distrito Federal, no final dos anos 50 e início dos 60, com Anísio Teixeira, ao pensar o projeto de educação para a Capital da República¹. A iniciativa, que seria referência nacional, implementou-se, à época, no projeto denominado Escola-Parque, inserindo o componente curricular Educação Física, entre outros, para estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, proposta esta que perdura até os dias atuais.

Em 2012, inspirada na experiência da Escola Candanga (1997), a Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar, em parceria com a Coordenação de Ensino Fundamental da Subsecretaria de Educação Básica, e com o apoio da Subsecretaria de Gestão de Pessoas passa a desenvolver o Projeto Educação com Movimento (PECM), inserindo progressivamente o professor de Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

¹ TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.47, n.106, abr./jun. 1967. p.246-253.



O PECM, vem expandindo progressivamente sua organização no atendimento dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, em 2014, passou a atender a Educação Infantil, inserindo-se no planejamento das políticas públicas educacionais constantes no Plano Distrital de Educação (PDE) e no planejamento estratégico da SEDF.

A ampliação desse atendimento para a Educação Infantil e a integração à política de Educação Integral requerem orientações didático- pedagógicas e administrativas que possibilitem a atuação conjunta entre o professor de educação física e o professor de atividades, com o partilhamento entre estes docentes, do planejamento e as ações voltadas para o trabalho com a cultura corporal das crianças.

O Currículo e os fundamentos norteadores do trabalho pedagógico do professor de Educação Física

A Educação Física no sistema público de ensino do Distrito Federal é orientada pelo Currículo da Educação Básica, que apresenta as concepções, objetivos e conteúdos nas etapas e modalidades da educação. Este documento é a base do trabalho pedagógico do professor na escola. Discutido amplamente pelos educadores da rede pública, o Currículo é a materialização dos desejos e anseios da comunidade escolar. Ressalta-se que as orientações para o trabalho pedagógico não se configuram como um “manual”, e sim, como um documento orientador crítico que tem por objetivo pensar, articular, organizar, desenvolver e avaliar as práticas educativas das unidades escolares de forma qualificada.

A prática pedagógica do professor de Educação Física, integrada à prática pedagógica do professor de atividades, tem como objetivo fortalecer e enriquecer o trabalho educativo com a criança na educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. As aulas de educação física nestas etapas da educação básica visam à ampliação do acesso às manifestações da cultura corporal, possibilitando o desenvolvimento da linguagem corporal, umas das formas proeminentes de aprendizagem do ser humano na perspectiva da Educação Integral.

Espera-se, com essa lógica curricular, favorecer o encontro interdisciplinar, bem como evitar a valorização entre um tempo de alegria, caracterizado por atividades não convencionalmente escolares, e um tempo de tristeza, caracterizado pelo conteúdo formal e acadêmico [...] (DISTRITO FEDERAL, SEDF, Caderno de Pressupostos Teóricos, 2014, p.25).



Assim, compreende-se que o PECM colabora para uma transformação no cotidiano da escola, onde Educação Física e pedagogia se unem, dividindo conhecimentos e espaços antes inexplorados. É sabido que a escola tradicionalmente tem lidado de forma pouco flexível com a corporeidade das crianças, consolidando uma prática social sem ouvir as necessidades destas. De acordo com Costa (2000), as práticas escolares não percebem as crianças como sujeitos com opiniões próprias e contribuições a dar, pormenorizando as capacidades de criação e recriação de suas realidades, suas produções e culturas.

As ações psicomotoras e intelectuais, tais como o brincar, o jogar, são, portanto, produções corporais indivisíveis não apenas na criança, mas em qualquer ser humano. A fragmentação corpo e mente tem sido um paradoxo à escola pública na busca pela formação integral dos estudantes.

Diferente da visão psicológica idealista acerca da criança onde esta era paparicada ou vista como um adulto em miniatura (LAPIERRE E AUCOUTURIER, 1984), a criança vivencia o mundo ao seu redor de forma única. Não é mais possível formas de organização do trabalho pedagógico em que se acredita ser possível educar a criança, dividindo-a em corpo e mente, ou seja, a sala de aula como sendo o espaço da aprendizagem e da seriedade, e o espaço do pátio ou da quadra de esportes como sendo o espaço da recreação, e secundário ao processo de ensino e aprendizagem.

A criança aprende por meio do movimento de saltar, correr, chutar, arremessar, rolar, transpor barreiras por meio de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas. A aquisição de habilidades básicas e controle corporal permitem à criança aprimorar seus gestos e expressões de forma a possibilitar interações humanas mais diversas, no caso da Educação Física, pautadas pela ludicidade e pela conquista da autonomia e autoconfiança.

Conforme Rodrigues (2005), a linguagem corporal precede a comunicação humana e invariavelmente transcende às demais formas de comunicação. A incontestável importância das brincadeiras, jogos, danças, lutas, esportes e ginásticas e conhecimentos sobre o corpo na construção do acervo cultural e cognitivo de nossos estudantes, desde seu ingresso na educação infantil, demonstra a relevância do



professor de educação física na abordagem dessa linguagem em articulação com os objetivos e conteúdos da Educação Básica previstas no Currículo.

Assim, os professores devem proporcionar metodologias nas quais estão envolvidos – o(a) professor(a) de atividades, regente da turma, o coordenador pedagógico local, os gestores, orientadores educacionais e demais integrantes do corpo docente – para a concretização de uma proposta curricular integrada.

Dessa maneira, o planejamento e a intervenção do professor de educação física articulam-se ao planejamento e intervenção do professor de atividades, ou seja, requerem o exercício dos princípios epistemológicos, interdisciplinaridade, relação teoria e prática, flexibilização e contextualização (DISTRITO FEDERAL, Caderno Pressuposto Teóricos, 2014, p. 66) por ambos os profissionais na organização do trabalho pedagógico. Essa perspectiva enfatiza a presença do professor de atividades como observador participante no processo ensino-aprendizagem conduzido pelo professor de educação física, visando à compreensão da especificidade da intervenção pedagógica desenvolvida por meio da cultura corporal.

Reciprocamente, o professor de Educação Física buscará se aproximar do ambiente de aprendizagem e desenvolvimento propiciado pelos professores de atividades, criando condições para que ambos possam desenvolver o processo interdisciplinar no que se refere ao planejamento, execução e avaliação de suas intervenções pedagógicas.

Base Curricular orientadora dos Anos Iniciais do Ensino do Ensino Fundamental

A Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental representa um avanço na compreensão da importância da cultura corporal do movimento na organização curricular da escola. As práticas corporais assumem grande importância nesta etapa, não apenas porque proporcionam às crianças momentos de ludicidade, mas porque o movimento corporal está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento das crianças.

A formação integral da criança tem como ponto de partida a prática social por meio da brincadeira, do jogo e de movimentos básicos, “vivenciados em atividades orientadas, de iniciação das danças, de ginásticas e de jogos pré-desportivos, entre outras atividades que, ao oportunizar as aprendizagens, favorecem o



desenvolvimento geral do estudante” (DISTRITO FEDERAL, SEDF, Caderno dos Anos Iniciais Ensino Fundamental, 2014, p. 20).

Compreende-se que a Educação Física não deve ser tratada como complementar aos outros componentes curriculares. Apesar de ser uma área de conhecimento centrada no movimento humano, está em contato direto com as outras áreas do conhecimento, que possibilitam a interpretação da realidade e a construção da identidade e expressividade por meio da linguagem corporal.

Dessa forma, superam-se abordagens da educação física como ferramenta para canalizar as energias das crianças ou como mera atividade física que busca apenas o aperfeiçoamento motor, sendo apartada do fazer pedagógico da escola.

O planejamento, organização e intervenção pedagógica do professor precisa ter como finalidade a aprendizagem de todos os estudantes, considerando a sua realidade, a sua história de vida e o seu contexto sociocultural. Dessa forma, a interdisciplinaridade precisa ser enraizada nas relações interpessoais no fazer pedagógico do professor, superando abordagens fragmentadas e reducionistas do seu trabalho, equivocadamente centradas no aspecto cognitivo, no mérito individual e no tecnicismo-conteudista.

Neste sentido, o acesso à cultura corporal na escola, deve permitir um estilo pessoal de participação para cada estudante, evitando seguir modelos e estilos estereotipados de movimento e de práticas. O momento é de levar os estudantes à explorarem sua corporalidade, levando em conta seus limites e potencialidades, com o objetivo de ampliar suas possibilidades de movimento, sua autonomia e seu desenvolvimento pleno. A inserção gradativa do professor de Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes. Esta conquista vem demonstrando a importância da valorização das práticas corporais inseridas no universo da cultura corporal das crianças.

O professor de Educação Física do PECEM deverá elaborar seu planejamento de ensino para esta etapa tendo como base a organização curricular do projeto político-pedagógico da escola, referenciado no Currículo da Educação Básica da SEDF.



Organização do trabalho pedagógico do professor

Ao pensarmos na organização do trabalho pedagógico do professor devemos avaliar que esta organização se dá de um determinado ethos social e histórico. O planejamento faz parte da própria evolução humana, e carrega consigo reflexos do contexto sócio-cultural maior da sociedade.

O planejamento da intervenção pedagógica na escola deve ir além de uma lista de conteúdos e tarefas a serem seguidos. Planejar é pesquisar e construir novas possibilidades críticas acerca da realidade dos estudantes e do próprio professor.

Para Gandin (1994), planejar é decidir que tipo de sociedade e de ser humano são esperados e que tipo de ação educativa será desenvolvida, verificando a distância real desta ação para o resultado esperado. De acordo com Libâneo (2004), o planejamento docente é um processo de racionalização, organização e coordenação prática docente, articulando a ação educativa e a realidade social.

Ao mesmo tempo, o planejamento é um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. Assim, o ato de planejar não se reduz ao mero preenchimento de formulários administrativos. É a ação consciente de prever a atuação do educador, alicerçada nas suas opções político-pedagógicas e fundamentada nos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais que envolvem os participantes do processo de ensino-aprendizagem (escola, professores, alunos, pais, comunidade) (MAIA, C. M.; SCHEIBEL, M. F.; URBAN, A. C, 2009, p. 104).

Os professores são os principais sujeitos mediadores do processo de ensino-aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes no ambiente escolar. Este documento se propõe a dialogar e provocar os professores de Educação Física para que avancem ainda mais no planejamento de suas intervenções pedagógicas nos diversos espaços educativos da escola.

Não existe “fórmula secreta” e nem “receita” para uma intervenção eficiente e eficaz, tendo em vista que a forma de enfrentar a realidade escolar e de resolver problemas está intrinsecamente ligada às especificidades de cada contexto e seus respectivos processos de construção. Essa construção contextual requer o delineamento específico do professor no que tange o conhecimento escolar, pois historicamente a escola tem pormenorizado o saber popular ou tudo que transgrida o conhecimento tradicional, que é transmitido de forma pronta e acabada. Seu papel



não é o de mostrar como se faz, mas de provocar os estudantes, a partir da criação de situações desafiadoras, a descobrirem como fazer (DISTRITO FEDERAL, SEDF, Caderno dos Anos Iniciais Ensino Fundamental, 2014).

As estratégias didático-pedagógicas desafiam e provocam situações de ensino-aprendizagem, levando em conta a historicidade que cada estudante carrega consigo, sua trajetória enquanto ser socialmente em construção, e participante ativo do mundo circundante. E é só desta forma que é possível se organizarem os conhecimentos escolares e, conseqüentemente a prática pedagógica do professor de Educação Física.

Compreende-se que a integração do trabalho dos professores de Educação Física e de atividades se concretiza por meio da participação ativa nos espaços de coordenação pedagógica, cada qual com sua importância e características. Enquanto a coordenação pedagógica coletiva possibilita a unidade e a avaliação dos processos de ensino aprendizagem da escola como um todo, as coordenações pedagógicas por área do conhecimento permitem o estabelecimento da progressão curricular, que considera a abrangência e a profundidade dos conteúdos e objetivos ligados à Educação Física. Por fim, destaca-se a imprescindibilidade da coordenação pedagógica com o professor de atividades, entendendo que este é o momento que possibilita concretamente a interdisciplinaridade.

A sistematização do planejamento do professor de Educação Física, na medida que é integrado ao trabalho pedagógico do professor de atividades, precisa compor a organização curricular do projeto político-pedagógico da escola, entendendo que esse registro, longe de ser uma demanda burocrática, traz consistência didático-pedagógica e coerência para a intervenção do professor de Educação Física em relação aos outros projetos e atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito da unidade escolar. Além disso, possibilita avaliar com maior clareza a organização curricular da Educação Física no que tange a abrangência dos conteúdos da cultura corporal e a profundidade na abordagem desses conhecimentos, dentro do que circunscreve a especificidade da Educação Física escolar.

Ainda no tocante à organização do trabalho pedagógico do professor de Educação Física, salienta-se que a avaliação colabora para uma perspectiva integral de formação. O alinhamento de parâmetros que articulam os níveis de avaliação



educacional, entrelaçando os níveis de avaliação desde a avaliação da aprendizagem do estudante, avaliação institucional e avaliação em larga escala ou em rede², preocupa-se com a identificação de potencialidades e fragilidades do Projeto com vistas à assegurar um trabalho integrado e de qualidade aos estudantes da rede pública de ensino. Os instrumentos de avaliação e a descrição metodológica de quando e com aplicá-los figura na seção posterior referente a este tema.

Princípios de funcionamento

Os princípios de funcionamento do PECM buscam orientar a inserção do professor de Educação Física em consonância com as especificidades da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva da formação integral dos estudantes. Esses princípios precisam ser observados no momento de modulação da unidade escolar, no que concerne a quantidade de aulas semanais e de turmas atendidas pelo professor, com vistas assegurar a qualidade da intervenção pedagógica.

Os princípios precisam ser garantidos pela equipe gestora da unidade escolar, em parceria com as Coordenações Regionais de Ensino. O não cumprimento destes poderá acarretar o desligamento da escola, que serão avaliados e orientados pela GEFID.

Princípios:

- 1º O professor de Educação Física deverá ter jornada de 40 horas semanais em regime de jornada ampliada, resguardando o contra turno para as atividades de coordenação pedagógica, com a exceção da situação prevista no 3º princípio;
- 2º O atendimento do professor de Educação Física na Educação Infantil e/ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverá primar em todos os casos pelo planejamento conjunto com o professor de atividades e participação efetiva nos espaços das coordenações pedagógica coletiva e por área do conhecimento. A intervenção pedagógica do professor de educação física deverá ser conjunta com o professor de atividades, firmando uma atuação pedagógica interdisciplinar;

² DISTRITO FEDERAL. SEDF. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. 2014-2016.



3º Cada professor de Educação Física deverá atender, no mínimo, 10 e, no máximo, 15 turmas. Na Educação Infantil, caso a unidade escolar já possua o professor e o número de turmas, por período, for inferior a 10, o docente poderá atender no regime de 20 h mais 20 h, desde que sejam preservados os momentos de coordenação pedagógica com o professor de atividades, em ambos os turnos;

4º O desenvolvimento do Projeto, quanto ao quantitativo de aulas e à duração, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental será organizado assim: duas intervenções semanais de 50 minutos, evitando-se aulas duplas ou em dias consecutivos;

5º Na Educação Infantil o professor de Educação Física deverá atender, prioritariamente, os estudantes do 2º período (5 anos), expandido gradativamente para o 1º período;

6º Nos Anos iniciais do Ensino Fundamental será priorizado o atendimento das turmas de 5º ano, expandindo para as turmas de 4º, 3º, 2º, 1º, até que se complete o máximo de 15 turmas. Caso não se consiga atender todas as turmas de um mesmo ano, poderão ser reduzidos os atendimentos deste ano para uma aula semanal.

Metodologia

O desenvolvimento metodológico do PECM foi elaborado com vistas a assegurar o trabalho interdisciplinar, operacionalizando a inserção do professor de Educação Física na organização escolar da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Com isso, estabeleceram-se as rotinas da regência do professor em um dos turnos, garantindo o outro para a realização das coordenações pedagógicas, cursos de formação continuada e realização das reuniões ordinárias do Projeto.

Salienta-se que a organização proposta na Tabela 01 faz referência ao atendimento em regime de jornada ampliada de 40 horas semanais do professor de Educação Física, exigindo adaptações para o cumprimento dos princípios do Projeto no caso da atuação de professores em regime de 20h/20h.



Tabela 01

Organização do trabalho pedagógico do professor de Educação Física

Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Matutino	Regência	Regência	Regência	Regência	Regência
Vespertino	Coordenação Pedagógica Individual	Coordenação Pedagógica Interdisciplinar / reuniões do Projeto	Coordenação Pedagógica Coletiva	Curso de Formação Continuada/ Coordenação Pedagógica por área	Coordenação Pedagógica Individual
Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Matutino	Coordenação Pedagógica Individual	Coordenação Pedagógica Interdisciplinar / reuniões do Projeto	Coordenação Pedagógica Coletiva	Curso de Formação Continuada / Coordenação Pedagógica por área	Coordenação Pedagógica Individual
Vespertino	Regência	Regência	Regência	Regência	Regência

Conforme a tabela apresentada, destaca-se um dos turnos para a realização das aulas de educação física, entendendo a necessária integração dessas intervenções com o professor de atividades para possibilitar o exercício da interdisciplinaridade. O processo de ensino de Educação Física, além de contribuir para ampliação do acervo cultural e corporal dos estudantes, possibilita o desenvolvimento de conteúdos teórico-práticos relacionados às mais diversas áreas do conhecimento tanto na Educação Infantil quanto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Dessa maneira, a observação participante do professor de atividades pode direcionar as intervenções didático-pedagógicas no sentido de qualificar as brincadeiras, jogos, esportes, ginásticas, lutas, danças e conhecimentos sobre o corpo para um processo de ensino integral dos estudantes, envolvendo conteúdos das áreas do conhecimento linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e ensino religioso, no caso dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e das linguagens



corporal, oral, escrita, matemática, artística, digital, interações com a natureza e com a sociedade e cuidado consigo e com o outro, no caso da Educação Infantil.

O outro turno fica destinado às atividades de planejamento e de formação continuada para o professor de educação física, das quais destacam-se os momentos de coordenação pedagógica, indispensáveis à integração do seu trabalho ao projeto político-pedagógico da unidade escolar, em especial à coordenação pedagógica com o professor de atividades. Ainda serão realizadas reuniões pedagógicas, coordenadas pela GEFID/DIPEF/COETE/SUBEB, com o objetivo de socializar as experiências pedagógicas e, ao mesmo tempo, adquirir orientações administrativas e didático-metodológicas que viabilizam o desenvolvimento do Projeto.

Visando manter uma atualização constante e aprofundar as especificidades da Educação Física nessas etapas de ensino, também faz-se necessária a participação desses professores em cursos de formação continuada, promovidos anualmente pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) em parceria com a GEFID.

O processo de registro administrativo e pedagógico do professor de Educação Física vincula-se identicamente aos procedimentos de escrituração da Carreira Magistério Público da SEDF, com assinatura de folha de ponto e preenchimento de diário de classe, elaborado em parceria com a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV) em formato impresso, diário eletrônico e virtual, este último em fase de desenvolvimento.

Além dos procedimentos padrão de escrituração, o PECM prevê instrumentos de avaliação próprio que visam orientar numa perspectiva formativa de avaliação da aprendizagem e avaliação institucional dos professores, gestores e estudantes envolvidos no Projeto.

Ao final de cada ano, o professor de educação física deverá elaborar um relatório em formato de portfólio apresentando suas experiências desenvolvidas na escola. Os instrumentos encontram-se explicitados e detalhados na seção de avaliação.



Avaliação

O ato de avaliar assume diferentes significados de acordo com o contexto de sua aplicação e com os objetivos de quem o aplica. No campo educacional a avaliação consiste em um conjunto de procedimentos e técnicas de registro, observação e mensuração de dados referentes às condições, processos, concepções, objetivos e conteúdos da educação na perspectiva da definição de prioridades para a elaboração e retroalimentação do planejamento.

Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada. Embora a avaliação seja um termo polissêmico, entende-se que instrumentos/procedimentos pelos quais a análise qualitativa se sobreponha àquelas puramente quantitativas podem realizar de maneira mais justa o ato avaliativo. Dessa sobreposição decorrem o olhar e a intervenção humana que os sistemas computadorizados, por si só, não são capazes de atingir. (DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, SEDF, 2014-2016. p. 12).

A avaliação tem como objetivo compreender as especificidades de cada unidade escolar em seus três níveis (aprendizagem, institucional e em redes), considerando a gestão, o professor e o estudante. A construção do processo avaliativo deve se orientar pelo Projeto Político-Pedagógico da escola, sendo construído de forma coletiva e democrática, tendo como referência o Currículo da Educação Básica do Distrito Federal e os outros documentos norteadores do trabalho pedagógico, em especial, as Diretrizes de Avaliação Educacional do Distrito Federal.

É importante considerarmos que nestas etapas, de maneira predominante, faz-se presente a avaliação formativa e participativa, onde o professor não pode se limitar a observar, devendo integrar as brincadeiras, jogos e atividades lúdicas de maneira corporal e colaborativa. Tal envolvimento no desenvolvimento das práticas pedagógicas nas aulas de educação física possibilita a observação sistemática das aprendizagens e do desenvolvimento dos estudantes de forma muito mais intensa e concreta, pois é vivenciando que o professor sente e pode, de fato, analisar os avanços e desafios enfrentados pelas crianças, considerando que nesta fase há um predomínio das relações afetivas.

Nesse sentido, avaliar no contexto das aulas de Educação Física, em qualquer tempo e em qualquer espaço, não pode se resumir à aplicação de atividades corporais



mecânicas e repetitivas, muito menos à aplicação de uma avaliação quantificadora que tenha como eixo orientador movimentos desconexos, desarticulados e sem qualquer relação com a cultura e com a história de cada estudante e de sua comunidade.

Os instrumentos de avaliação apresentados neste documento não pretendem ser as únicas ferramentas de investigação da realidade, podendo o professor acrescentar novos itens para avaliação, caso considere que os itens propostos não atendam completamente aos objetivos planejados por este. É importante que o preenchimento do instrumento de avaliação do estudante seja feito em conjunto com o professor de atividades e o professor de educação física, para que se possa ter uma melhor visão sobre o desenvolvimento do estudante.

Para tanto, o Projeto adota os seguintes instrumentos de avaliação:

Modelo de Portfólio do Projeto (Anexo 2):

O Portfólio é parte integrante do processo avaliativo do Projeto. Deve ser entregue à GEFID, ao final do ano letivo formato virtual e impresso. Os itens constantes do portfólio tem papel fundamental nas ações e planejamentos futuros. É por meio deles que são elaborados os relatórios anuais, o planejamento para o ano seguinte, bem como serão identificadas as fragilidades na execução do Projeto. Os itens relativos aos planejamentos e atividades são aproveitados para a elaboração e atualização de cadernos pedagógicos e para a montagem de vídeos que divulguem as estratégias positivas utilizadas pelos(as) professores(as) - Videoteca.

Modelo de Avaliação do Projeto pelos estudantes (Anexo 3).

A avaliação realizada pelos estudantes tem como objetivo verificar o alcance do Projeto na visão dos seus beneficiários. As questões apresentadas visam diagnosticar a percepção do estudante em relação aos benefícios individuais como também sobre o funcionamento do Projeto. Tendo em vista o elevado número de estudantes é recomendado que a avaliação seja realizada por amostragem aleatória, nas diversas turmas atendidas, utilizando, aproximadamente, 5 estudantes por turma. Neste instrumento deve ser lançado o resultado do total de estudantes respondentes de acordo com os itens apresentados, e nas questões abertas as opiniões dos



estudantes devem ser colocadas em forma de tópicos, constando como anexo do portfólio.

Modelo de Avaliação do Projeto pelos professores de atividades (Anexo 4).

Este modelo de avaliação busca analisar o Projeto pela percepção do(a) professor(a) de atividades, principalmente nos aspectos relativos ao desenvolvimento do estudante e sua relação com o planejamento e atuação conjunta com o(a) professor(a) de educação física. Para a inclusão no portfólio, deve ser anexada apenas uma ficha com os dados gerais, sendo que os comentários devem ser colocados em forma de tópicos.

Modelo de Avaliação do Projeto pelos gestores (Anexo 5);

A avaliação realizada pelo gestor da unidade escolar objetiva acompanhar a realização do Projeto na visão deste em âmbito local. Neste instrumento existem campos para observações mais abertas, onde poderão ser detalhadas as opiniões destes gestores de forma mais ampla. Os dados obtidos servirão para retratar o andamento do Projeto e a identificação de fragilidades que possam ser corrigidas a nível local e central, para o alcance mais abrangente de suas finalidades. Também deve ser anexado ao portfólio.

Modelo de Avaliação pedagógica dos estudantes (Anexo 6).

Esta avaliação visa acompanhar o desenvolvimento dos estudantes em suas diversas dimensões, conforme estabelecido na perspectiva de uma Educação Integral. Além das afirmações ali contidas, o professor tem a liberdade de incluir outras que não estejam contempladas, mas que se adequem melhor ao seu plano de ensino. Os dados constantes desta ficha de avaliação devem ser utilizados para subsidiar os(as) professores(as) de atividades na elaboração dos registros avaliativos da Educação Infantil (RDIA) e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Rav).



Referências

ANTUNES. Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp. 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2 ed. revista e atualizada, São Paulo: Editora Moderna, 1994.

BETTELHEIM, Bruno. Uma vida para seu filho. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília, v. 7, 1997.

_____. Lei Federal nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, D.O.U. 23 de dezembro de 1996. Brasília: Centro Gráfico, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - Secretaria de Educação Básica - Brasília, DF: 2006.

COSTA, Márcia Rosa. Eu também quero falar: um estudo sobre infância, violência e educação. Porto Alegre, 218 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UFRGS. 2000.

DISTRITO FEDERAL. FEDF. Projeto Educação com Movimento, 1997.

_____. Plano Distrital de Educação – PDE, 2015. p. 116.

_____. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. 2014-2016.

_____. Projeto Educação com Movimento. Educação Física nos Anos Iniciais, 2011.



_____. Currículo em Movimento da Educação Básica, 2014.

ENQUITA, M. Fernández. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 1989.

GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loyola, 1994.

FIGUEIREDO, M. X. Bonorino. A corporeidade na escola: análise de brincadeiras, jogos edesenhos de crianças. Pelotas: Editora Ufpel, 1999.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas em pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUNDY, S. J.; Kemmis, S. Educational action research in Australia: the state of the art. Geelong: Deakin University Press, 1982.

LAPIERRE, A. AUCOUTURIER, B. Fantasmas corporais. São Paulo: Ed. Manole, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜDKE, M.; MEDIANO, Z. Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica. Campinas: Papyrus, 1992.

MAIA, C. M.; SCHEIBEL, M. F.; URBAN, A. C. Didática: organização do trabalho pedagógico. Curitiba: IESDE. 2009. 340p.

NICOLAU, M. L. Machado. A educação pré-escolar (fundamentos e didática). São Paulo: Ed. Ática, 1997.

OLIVEIRA, V. Marinho. Consenso e conflito da Educação Física brasileira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.



RODRIGUES, D. Inclusão e Educação. São Paulo: Summus, 2005.

SILVA, E. F. A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papirus, 2007.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.47, n.106, abr./jun. p.246-253, 1967.

VAGO, Tarcísio M. Um olhar sobre o corpo. Presença pedagógica ano 1, n. 2 Belo Horizonte Março/abril, p 65-70, 1995.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Virando a escola pelo avesso por meio da avaliação. Campinas - SP: Papirus, 2008.

. Avaliação para aprendizagem na formação de professores. Cadernos de Educação. CNTE, Brasília, n. 26, p. 57-77, jan./jun. 2014.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. A imaginação e a arte na infância. (Trad.) Espanha, Madrid: Edição Akal, 1998.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

ANEXO 1
TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, Matrícula _____,
na qualidade de Diretor(a) do(a) _____
(unidade escolar), me comprometo a implantar o Projeto Educação com Movimento,
de modo a cumprir o que está previsto em seus Princípios e Diretrizes Pedagógicas.
Ciente destas responsabilidades envidaremos esforços para o sucesso e plena
realização do mesmo.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Diretor (a)/Matrícula



ANEXO 2

ESTRUTURA DO PORTFÓLIO

Coordenação Regional de Ensino:

Unidade Escolar:

Professores(as):

Tempo no Projeto Educação com Movimento:

Nº de turmas atendidas este ano: Matutino: Vespertino:

Nº aproximado de estudantes atendidos pelo Projeto nesta escola:

1. Atividades realizadas nas aulas de Educação Física: (anexar o plano de ensino e escrever um relato destas atividades. Podem ser incluídas fotografias);
2. Atividades realizadas dentro dos projetos desenvolvidos pela escola (podem ser incluídas fotografias);
3. Pontos positivos observados no desenvolvimento do Projeto;
4. Relato sobre as dificuldades encontradas e sugestões para a resolução dos problemas;
5. Relato sobre a contribuição para suas aulas do curso de formação continuada promovido pela EAPE/GEFID, e demais cursos realizados no ano;
6. Relato sobre as reuniões pedagógicas:
 - a. Na coordenação pedagógica com o(a) professor(a) de atividades, equipe gestora e coordenadores;
 - b. Reunião pedagógica com a equipe da GEFID;
7. Avaliação (anexar os formulários de avaliação “Avaliação pelos estudantes”, “Avaliação pelos Gestores” e “Avaliação pelos(as) professores(as) de atividades”).
8. Outras observações.



ANEXO 3
AVALIAÇÃO DO PROJETO
(ESTUDANTES)

Esta avaliação deve ser feita com os estudantes participantes do Projeto. Para isso, o(a) professor(a) de atividades ou de educação física, deverá realizar a avaliação por amostragem (aproximadamente 5 alunos por turma). Este quadro com os resultados deverá ser anexado ao portfólio.

Unidade Escolar:

Quantidade total de estudantes respondentes:

AFIRMAÇÃO	SIM	NÃO	EM PARTE
Você tem gostado das aulas realizadas pelos professores de educação física?			
O Projeto tem feito você se sentir melhor na escola?			
O Projeto melhorou sua relação com seus colegas de turma?			
O Projeto te ajuda a melhorar nos estudos?			
O(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de educação física trabalham juntos nessas aulas?			
Você quer que o Projeto continue na sua escola?			

- O que você mais gosta nas aulas do Projeto?
- O que você não gosta nas aulas do Projeto?



ANEXO 4
AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO
(PROFESSOR DE ATIVIDADES)

Unidade Escolar:

Turno: () Matutino () Vespertino

AFIRMAÇÃO	INSATIS.	PODE MELHORAR	MUITO BOM
Relação pedagógica do(a) professor(a) de Educação Física com os(as) professores(as) de Atividades.			
Planejamento em conjunto com os (as) professores(as) de Educação Física.			
Contribuição do Projeto para o desenvolvimento dos estudantes.			
Impacto do Projeto na comunidade escolar.			
Condições gerais da unidade escolar para o desenvolvimento do Projeto Educação com Movimento.			
Apoio da equipe gestora às atividades do Projeto Educação com Movimento?			

➤ Outros comentários:



ANEXO 5
AValiação DO PROJETO EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO
(GESTORES)

AFIRMAÇÃO	SIM	NÃO	EM PARTE
O Projeto tem contribuído para o desenvolvimento integral dos estudantes?			
O Projeto ampliou as possibilidades educacionais da unidade escolar?			
O Projeto tem repercutido positivamente na comunidade escolar?			
A unidade escolar possui as condições necessárias para o desenvolvimento do Projeto?			
O Projeto está inserido no PPP da unidade escolar?			
Os professores envolvidos desempenham adequadamente as disposições contidas no Projeto?			

- Faça um relato sucinto sobre a importância do Projeto para sua escola.

- Sugestões para o aprimoramento do Projeto.

Responsável pelo preenchimento:

Nome/matrícula/cargo:



ANEXO 6
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE

Estudante:

Ano:

Turma:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA

ASPECTOS DA APRENDIZAGEM	Sim (S)				Não (N)				Em parte (EP)				Não se aplica (NA)			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
BIMESTRE																
Com o desenvolvimento das atividades lúdicas, brincadeiras e jogos você tem notado evolução dos movimentos corporais do estudante?																
O estudante apresenta dificuldades de relacionamento durante a realização de atividades lúdicas, brincadeiras e jogos?																
Durante as práticas corporais, o estudante apresenta dificuldades em trabalhar com as diferenças de gênero?																
O estudante aceita bem novas atividades lúdicas, brincadeiras e jogos propostos pelo(a) professor(a)?																
O estudante respeita as regras das atividades durante as aulas de Educação Física?																
O estudante mostra interesse por novos conteúdos da cultura corporal trazidos pelo professor durante as aulas de Educação Física?																

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Este instrumento deve subsidiar a elaboração do RDIA ou RAV.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



EDUCAÇÃO INTEGRAL EC 116 DE SANTA MARIA

Santa Maria, abril de 2024



1. Apresentação

A Escola Classe 116 de Santa Maria oferece Ensino Fundamental I aos seus alunos matriculados, com idade entre 6 a 12 anos. A escola, ciente de seu papel social e transformador, busca desenvolver o ensino por meio de atividades desafiadoras, mediando a construção do conhecimento através de experiências concretas.

Santos (2012) ressalta que, quando na escola há desconhecimento acerca dos alunos com dificuldades de aprendizagem, ela fica impossibilitada de planejar estratégias de intervenção educativa que auxiliem o desenvolvimento cognitivo deles. Porém, a Escola Classe 116 sempre buscou observar os seus estudantes e intervir em todos os aspectos: cognitivo, social e afetivo, foi assim, que surgiram algumas inquietações suscitadas pelas seguintes problemáticas: estudantes que precisavam permanecer mais tempo na escola, pois corriam risco social, ficando em ambientes inapropriados depois do horário da aula, insegurança ao realizar as atividades em sala de aula, desestímulo e comportamentos de hostilidade com os seus pares. Com o objetivo de ajudar esses estudantes, a Instituição Educacional aderiu ao Projeto da Educação Integral no ano de 2015, buscando aperfeiçoar e aprimorar o ensino aprendizagem, com atividades diferenciadas em turno contrário, resgatando os valores e a autoestima, de crianças que, ao longo da sua vida escolar, apresentaram comportamentos de incapacidade.

Atualmente temos o Programa Educação em Tempo Integral que tem como objetivo a ampliação do tempo do estudante na escola, para no mínimo 9h diárias. Com esse novo projeto, a escola passa a ofertar educação em tempo integral possibilitando a reorganização do espaço escolar por meio de atividades educativas, lúdicas e recreativas, porém com intencionalidade pedagógica.

Os 125 estudantes matriculados no programa foram selecionados a partir dos critérios: estudantes com alfabetização incompleta ou letramento insuficiente, estudantes socialmente marginalizados, estudantes que apresentam defasagem idade/ano, disponibilidade para frequentar as aulas no turno contrário ao da matrícula regular.

Ademais, o programa de Educação Integral conta com equipe especializada composta por:

- Coordenador/articulador da escola, responsável pela coordenação e organização das atividades do programa na escola;
- Mediador da aprendizagem (professores (as) da SEDF), responsáveis pela elaboração e realização das atividades de acompanhamento pedagógico.



2. Justificativa

De acordo com Bourdieu (2012), a escola não é neutra, separada do contexto social, ela reproduz os privilégios existentes na sociedade, beneficiando os já socialmente favorecidos. Sendo assim, a Escola Classe 116 desenvolve um trabalho focado na transformação de seus estudantes, acreditando no papel libertador da educação. Assim como Freire (1996) pontua, o objetivo da educação é conscientizar o aluno, das classes desfavorecidas, a entender sua situação como oprimido e agir em favor da própria libertação. As atividades oferecidas proporcionam situações de reflexão, autoconhecimento e ainda autocrítica, na perspectiva de transformação.

Nesse contexto, as atividades a serem trabalhadas foram organizadas em oficinas assim distribuídas:

- Acompanhamento pedagógico de Português;
- Acompanhamento pedagógico de matemática;
- Atividades culturais, patrimoniais, artísticas e esportivas;
- Atividades de formação de hábitos.

Essas oficinas buscam colocar o estudante como ator do seu processo de aprendizagem, a fim de torná-lo participante ativo em todas as atividades. Segundo Guimarães e Bolsanello (2007), é necessário o diagnóstico das dificuldades de aprendizagem de forma prematura, pois as mesmas concorrem para o abandono escolar quando o estudante se sente inferiorizado frente ao desempenho de seus pares. Nesse sentido, acreditamos que, a partir dos estímulos das inúmeras habilidades das crianças, alcançaremos um desenvolvimento amplo de suas potencialidades, o que, conseqüentemente, contribuirá para sua alfabetização, letramento e desempenho na sociedade como um todo.

3. Objetivo geral

Desenvolver as diferentes habilidades de aprendizagem e formar hábitos saudáveis para a vida, possibilitando a criticidade, o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, e condições para participar na sociedade como cidadãos ativos e conscientes.



4. Oficinas

Acompanhamento pedagógico de Português

- **Alfaletando**

A aquisição do código linguístico, da escrita alfabética e a faculdade de ler e escrever pressupõe o processo de alfabetização em concretização. Todavia, apenas essa aquisição não garante e nem possibilita que o indivíduo consiga ler e compreender o mundo por meio da linguagem, isso porque o processo de leitura de mundo precisa estar intimamente relacionado ao desenvolvimento do letramento. Como afirma Soares (2006, p.20), “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer o uso do ler e do escrever, saber responder às exigências da leitura e da escrita que a sociedade faz continuamente”.

Nesse contexto, o projeto Alfaletando busca recuperar a defasagem cognitiva no que diz respeito ao processo de alfabetização em sala de aula tendo como perspectiva de ensino, assim como na proposta pedagógica da escola, a alfabetização por meio do letramento.

A partir da verificação dos testes da psicogênese dos estudantes, foi observado que muitas crianças da escola ainda não apresentam domínio do código alfabético esperado para sua idade/série e ademais demonstram dificuldades tanto no processo de interpretação quanto na produção de ideias, frases e palavras. Por esse motivo, houve a necessidade da criação deste projeto no tempo ampliado da Educação Integral a fim de sanar essas dificuldades e proporcionar ainda mais o acesso da criança à alfabetização letrada possibilitando a formação de um pequeno cidadão capaz de ler, compreender e se constituir socialmente por meio da linguagem. Nesse contexto, o projeto tem a finalidade de possibilitar um tempo ampliado para a aprendizagem da alfabetização com letramento aos estudantes que ainda apresentam dificuldades de reconhecimento do código linguístico da língua portuguesa e sua aplicação social.

É preciso entender que o ensino atinge um nível muito mais satisfatório, quando se desperta o interesse das crianças, para isso, é necessário ir além dos métodos tradicionais utilizados, transformando a alfabetização em um processo dinâmico e criativo através de jogos, brincadeiras, brinquedos e músicas. Observando essa realidade, a oficina Alfaletando busca uma metodologia diferenciada, onde se utilizará de atividades lúdicas (textos, vídeos, jogos) que levem os estudantes a refletirem sobre a leitura e escrita, redirecionando o fazer



pedagógico, assegurando a aprendizagem dos sistemas linguísticos, melhorando assim o desempenho escolar.

- **Lendo o mundo**

Conforme afirma Travaglia (1996, P.23), “a linguagem é um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio histórico e ideológico”. Nessa perspectiva, a materialização efetiva da aquisição da linguagem só é possível a partir da capacidade de interação entre os interlocutores e das suas trocas, o que se dá por meio da constituição do indivíduo socialmente e historicamente. É nesse contexto que o letramento se insere. O aprendizado da língua e da linguagem vai muito além da simples aquisição do código, o processo linguístico se constitui a partir das trocas sociais nas quais o indivíduo se insere, possibilitando que assim ele interaja com os ideais, as vivências, posicionamentos dos seus pares, aumentando, dessa forma, o seu repertório crítico e leitor do mundo.

Nesta perspectiva, Bakhtin (2007) afirma que o contexto, a constituição dos indivíduos sócio e historicamente é primordial para que seja possível a materialização do processo de domínio da linguagem, é a partir dessas interações que a interpretação e compreensão de um texto e do mundo se torna muito mais clara e entendível, visto a possibilidade de desenvolvimento de um maior repertório de mundo pelo estudante.

Todavia, produzir bons leitores é o grande desafio atual da escola, visto que alguns dos nossos alunos chegam ao final do Ensino Fundamental sem o domínio pleno dessa habilidade, não percebendo informações implícitas e explícitas dos textos. Por esse motivo, foi criada a oficina “Lendo o mundo” na Educação em Tempo Integral com a finalidade de proporcionar um momento / ambiente propício para a leitura, mas também com o objetivo de trabalhar ainda mais o processo de construção do letramento a partir do trabalho de interpretação de textos em conjunto, da análise de textos pelo professor e das trocas de opiniões entre os estudantes, buscando consolidar, dessa forma, os pressupostos apresentados acima.

Nesse contexto, o projeto tem como finalidade aprimorar a capacidade de letramento dos alunos e desenvolver possibilidades de trocas de informações, ideias, a partir da leitura de textos junto com seus pares e com o professor, possibilitando o desenvolvimento da capacidade de interpretação, leitura e escrita dos estudantes.



Acompanhamento pedagógico de Matemática

- **Raciocínio em ação**

A oficina “Raciocínio em ação” busca através do lúdico, envolver os estudantes nas brincadeiras, jogos e desafios apresentados e construídos. Os vários conteúdos matemáticos são trabalhados de forma prazerosa, a fim de possibilitar a percepção pelos estudantes de que é possível aprender matemática de forma divertida, bem como contribuir para o aumento da criatividade, criticidade, inventividade, capacidade de resolver problemas, além de ensinar também aos estudantes a lidarem com sentimento de perda, ganho e respeito a regras.

Devemos, pois, buscar nas situações caseiras, do comércio, dos esportes, das artes e do mundo lúdico a compreensão matemática das relações que constituem essas situações, por exemplo: como mudar uma receita, respeitando suas proporções; como se organiza um extrato bancário; como se organiza uma tabela de um campeonato (...). É necessário compreender que a matemática não é um conhecimento preso ao contexto escolar, mas, ao contrário, constitui-se em elemento da cultura passada, presente e futura, e o seu ensino e a atuação do professor devem ter essa cultura como primeira e mais importante referência. (MUNIZ, 2007)

Nesse contexto, a oficina tem como finalidade desenvolver a capacidade de raciocínio lógico-matemático de uma forma ampla, não por meio de uma explicação formal, mas a partir da contextualização da matemática em nosso dia a dia, da conscientização da relevância dessa linguagem para a nossa vida e da demonstração do seu aprendizado de forma lúdica e prazerosa. Dessa forma, o projeto pauta-se no desenvolvimento de atividades a partir dos usos de: dominós, xadrez, baralho matemático, bingo, jogo da memória, mercadinho, jogo com material dourado entre outros.

Atividades culturais, artísticas e esportivas

- **Musicando** (Musicalização)
- **Expressão em Cena** (Teatro)



“Cada ser humano tem uma combinação única de inteligência. Esse é o desafio educativo fundamental” (GARDNER, 1994). Durante muito tempo, a escola apenas teve como foco de ensino e medição da inteligência a partir da capacidade cognitiva dos indivíduos, sendo este o único meio de desenvolvimento da capacidade humana dito relevante, todavia um cientista, psicólogo e neurologista norte-americano: Howard Gardner apresentou um novo modelo de compreensão das habilidades humanas: a teoria das múltiplas inteligências, que hoje é um pressuposto teórico para a nossa prática escolar. Atualmente, sabe-se que o estudante precisa desenvolver-se como um todo em diferentes habilidades e que cada indivíduo apresenta capacidades mais aguçadas em habilidades específicas, nesse contexto, é papel da escola aperfeiçoar essas habilidades e também desenvolver as que não se apresentam tão latentes. Como afirma Gardner (1994), “podemos ignorar as diferenças e supor que todas as nossas mentes sejam iguais ou podemos aproveitar essas diferenças” (GARDNER, 1994).

Esse, portanto, é um dos papéis da Escola Classe 116 de Santa Maria e da Educação Integral: aproveitar e desenvolver as diferentes habilidades dos estudantes, visto que elas não necessariamente estão separadas e o desenvolvimento de uma possibilita, em muitos casos, o melhor desempenho em outra.

A arte promove a ampliação do conhecimento de mundo que a criança já possui. Nas aulas de Educação e Arte (Música, Artesanato e Teatro) os pequenos exploram, sentem, agem, refletem, expressam-se, elaboram sentidos de suas experiências e, a partir disso, constroem significações sobre como se faz, o que é, para que serve o fazer artístico no mundo. Além disso, sendo um dos pilares da música e do teatro, o público torna-se essencial na conjunção do fazer artístico. A criança, ao trabalhar e expor a sua arte ao outro se torna um indivíduo capaz de perceber e valorizar a alteridade, aprende a enfrentar e lidar com a inibição, desenvolve a habilidade de tomar decisões, de lidar com o improviso e, conseqüentemente, de resolver problemas frente aos seus colegas.

Por fim, o Esporte e a Arte são importantes fatores para o desenvolvimento da disciplina, do espírito de superação e da atenção, por isso, com a finalidade de também desenvolver a capacidade de foco dos estudantes, os projetos mencionados acima foram criados.



Atividades de formação de hábitos

- **Me cuidando**

“Os hábitos, conforme afirmam os cientistas, surgem porque o cérebro está o tempo todo procurando maneiras de poupar esforços. (Duhigg, 2012). Segundo Charles Duhigg em “O poder do hábito”, os hábitos são construções cerebrais que podem ser moldados e mudados a qualquer momento. Ele surge porque o cérebro está sempre buscando padrões para se seguir, a fim de realizar um esforço mínimo e guardar sua energia para quando necessário e, nesse caso, quando a ação já está arraigada, ela torna-se automática e o indivíduo passa a nem perceber o que se está fazendo.

Ter bons hábitos é excelente para o desenvolvimento do ser humano, porém nem todos vão agregar de forma positiva, e assim como um bom hábito está arraigado um mau hábito também está, e felizmente podemos mudá-los, ainda que seja por meio de dedicação e repetição. Desta forma, os projetos são desenvolvidos com o objetivo de formar bons hábitos, visto que cada estudante tem uma história e hábitos próprios trazidos do seio familiar, por vezes bons, por vezes ruins.

Da mesma forma, com a finalidade de desenvolver hábitos mais saudáveis em relação à higiene pessoal de cada estudante, foi desenvolvido o projeto “Me cuidando”, que promove momentos de autocuidado por meio da escovação de dentes e atividades que zelem pelo bem estar do corpo.

5. Avaliação

A avaliação está diretamente ligada com a definição dos objetivos específicos. É um instrumento essencial para registro das competências que os alunos adquiriram. A abordagem didática específica destas áreas implica a escolha de instrumentos de avaliação diversificados. A avaliação formativa, que é de caráter contínuo, permite acompanhar frequentemente o desenvolvimento dos alunos. Na intenção de formalizar os registros, a equipe utiliza fichas de observação, uma lista de verificação e registros diários sobre casos específicos. Quando necessário, outros meios, tais como o dossiê individual, as fichas de auto-avaliação, os trabalhos individuais e coletivos também podem ser empregados.



6. Conclusão

No ambiente escolar, os estudantes requerem atenção e atividades específicas, nesse contexto, a escola desenvolve papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, por isso deve se envolver com o estudante, na intenção de alcançar cada um em suas individualidades.

A Escola Classe 116 acredita e desenvolve o programa de Educação em Tempo Integral com a intenção de ir além da ampliação da jornada escolar, buscando a mudança de visão sobre a educação, apontando para a garantia do aprendizado de leitura e escrita, formação integral da criança e ainda, inserir um cidadão consciente de seus direitos e deveres.

7. Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais no método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- COZ, B. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DUHIGG, Charles. O poder do hábito. Rio de Janeiro, ed. objetiva, 2012.
- FONSECA. V. Introdução às dificuldades de aprendizagem. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GARDNER, H. Estruturas da Mente - A teoria das inteligências múltiplas. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- MUNIZ, Cristiano Alberto. Pedagogia, educação e linguagem matemática. Universidade de Brasília, 2007.
- PATTO, Maria Helena Souza. Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia. –São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- SANTOS, Marcos Pereira. Dificuldades de Aprendizagem na Escola: Um Tratamento Psicopedagógico. – 1o.ed. – Wak, 2012.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 2006.

SOUZA JARDIM, W. R. Dificuldades de aprendizagem no ensino fundamental: manual de identificação e intervenção. São Paulo: Loyola, 2001.

TRAVAGLIA, L. C. Concepções de linguagem. In: _____. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

WERNER, Jairo. Saúde & Educação Desenvolvimento e Aprendizagem do Aluno. -- 1º ed. – Gryphus, 2001.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

ALFALETRANDO

Programa de Alfabetização e Letramento do Distrito Federal



Santa Maria, abril de 2024



Apresentação

No ano de 2023 como resposta aos índices de alfabetização, o Ministério da Educação instituiu por meio do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023 **O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)**, com objetivo central de alfabetizar 100% das crianças brasileiras ao final do 2º ano do ensino fundamental, e ainda garantir a recomposição das aprendizagens das crianças vinculadas ao 2º, 3º e 4º ano.

O Distrito Federal ciente da importância de ter todas suas crianças alfabetizadas, adotou o CNCA e seu objetivo, e por meio da Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) instituiu o Programa Alfaletando através do Decreto nº 45.495/2024. Duas instâncias também foram instituídas por meio do documento, o Comitê Distrital da Alfabetização (Codalfa) com finalidade de realizar a governança sistêmica e a Rede Distrital de Alfabetização e Letramento (Redalfa), que deve garantir a gestão e execução das formações e acompanhamentos.

O Alfaletando estabelece cinco eixos que norteiam o desenvolvimento do programa: gestão e governança, acompanhamento pedagógico e formação continuada, avaliação, infraestrutura física e pedagógica, e boas práticas, seguindo os mesmos do Compromisso Nacional.

Embasadas nos cinco eixos do programa, a SEEDF oferta aos professores de 1º e 2º ano formações semanais com intuito de refletir, discutir e repensar a Organização do Trabalho Pedagógico na Alfabetização, ampliando o olhar docente sobre o ensino da língua e o letramento matemático no planejamento, intervenção e acompanhamento do processo de alfabetização.

Para além da formação do docente, o Alfaletando oferece material pedagógico complementar:

- **Caderno do Professor:** Oferece reflexões sobre a alfabetização e sugestões de atividades didáticas para auxiliar os professores na condução de intervenções com os alunos do 1º e 2º ano.
- **Cadernos do Estudante:** Trazem atividades que promovem o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e letramento nas crianças.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

Um Articulador Local Itinerante assistirá às Unidades Escolares, este realizará visitas com objetivo de acompanhar o desenvolvimento do programa, seguindo a tabela abaixo:

Turma 1	Turma 2	Turma 3	Turma 4	Turma 5
Matutino	Matutino	Matutino	Vespertino	Vespertino
CAIC SM CEF 403 EC 203 EC 218	CAIC AS EC 01 PR EC 100 EC 116 EC 206	CEF 418 CEF SD CEF SL EC 215	CAIC SM CEF 403 EC 100 EC 203 EC 206	CAIC AS CEF 308 EC 01 PR EC 116 EC 215



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

CIRCUITO DE CIÊNCIAS



Circuito de Ciências
ESCOLAS PÚBLICAS DO DF



CIRCUITO DE CIÊNCIAS

Anualmente a E.C. 116 realiza o Circuito de Ciências, essa atividade envolve alunos do 1º ao 5º ano e turmas de Classe Especial. Acontece em consonância com o Circuito de Ciências do DF, onde são planejados por ano/série projetos sobre o tema do ano vigente, tendo como objetivo instigar o estudo de disciplinas ligadas à ciência, além de desenvolver um aprendizado além das matérias tradicionais.

Esses projetos, durante o Circuito de Ciências realizado na escola, são escolhidos pela comunidade escolar e professores, para serem inscritos e posteriormente expostos nas demais etapas do Circuito de Ciências do DF.

O Circuito de Ciências das Escolas Públicas do DF é uma importante política pública educacional de incentivo à produção e à divulgação científica, tecnológica e cultural. Constitui-se como atividade pedagógica com significativo potencial inovador do ensino, do desenvolvimento crítico e criativo, da aprendizagem e da compreensão da prática científica no ambiente escolar.

A cada ano a SEDF publica o edital do Circuito de Ciências, definindo a temática e desenvolvimento de suas etapas.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA

PROJETO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO



A alfabetização muda o futuro das crianças

Santa Maria, abril de 2024



JUSTIFICATIVA

O Projeto **Pacto pela Alfabetização** é um trabalho colaborativo entre o Poder Público, a sociedade civil, as famílias, os professores, as Unidades Escolares e a SEDF, a fim de garantir a qualidade da alfabetização em Santa Maria/DF, uma vez que a alfabetização é uma etapa chave para o sucesso escolar das crianças e para o cumprimento da função social do sistema escolar.

Para o desenvolvimento do Pacto na Regional de Ensino de Santa Maria, algumas pontuações são pertinentes:

- 1- No Brasil, mais da metade dos estudantes não possui habilidade de leitura ao final do 3º ano do ensino fundamental, e tal contexto impacta fortemente nos indicadores de repetência e evasão escolar;
- 2- O Pacto pela Alfabetização é uma iniciativa da Secretaria de Educação do Distrito Federal e da Coordenação Regional de Santa Maria, em parceria com o Instituto Raiar, e tem como objetivo melhorar os indicadores de alfabetização, aumentando as chances de cada criança avançar em sua trajetória escolar;
- 3- A Política Nacional da Alfabetização, instituída pelo Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, tem como premissa a alfabetização das crianças até o final do 1º ano. Além disso, considera a Educação Infantil uma etapa fundamental para o desenvolvimento dos pré-requisitos necessários para alfabetização;
- 4- A metodologia que está sendo implantada em Santa Maria é chamada de Sistema de Ensino Estruturado. No país, é a estratégia que tem as maiores evidências de resultados na melhoria da qualidade da aprendizagem em Redes de Educação. É a mesma que está sendo utilizada em Sobral/CE e em Teresina/PI, principais referências em qualidade da educação pública no país. Ambas as cidades têm mais de 80% dos alunos alfabetizados ao final do 1º ano;



- 5- O programa pedagógico do Pacto pela Alfabetização está inteiramente alinhado com a Política Nacional de Alfabetização. Qualquer sugestão de melhoria poderá ser reportada aos autores. Entretanto, os debates político-pedagógicos devem estar pautados por evidências científicas e indicadores de resultados;
- 6- A gestão da Regional de Ensino de Santa Maria e das Unidades Escolares estão focadas em melhorar os indicadores de alfabetização que atualmente, infelizmente, tem ajudado a condenar a maioria das crianças ao fracasso escolar;
- 7- Reconhecer o cenário desafiador dos baixos indicadores de aprendizagem e implantar estratégias para reverter este quadro deve ser a principal pauta de diálogo do Poder Público e da comunidade. O interesse da criança deve estar acima de qualquer viés ideológico ou partidário;
- 8- Os 3 primeiros anos do Pacto são totalmente financiados pelo Instituto Raiar, com recursos de doadores. Não há desembolso de recursos por parte da Secretaria de Educação e nem repasse de recursos do Instituto Raiar para a gestão da Unidade Escolar. A participação da sociedade civil na construção e implantação de políticas públicas está prevista na Constituição Federal e foi reforçada na Política Nacional de Alfabetização;
- 9- O Pacto pela Alfabetização representa uma possibilidade real de promover a mobilidade social das crianças em vulnerabilidade social e, por isso, merece o envolvimento de toda a comunidade escolar.

O CONTEXTO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL

A alfabetização é uma condição fundamental para o progresso das crianças em sua trajetória escolar. Como país, ainda temos muito o que avançar na garantia do direito de aprendizagem, sobretudo na educação pública. A última Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), realizada em 2016, indica que 54,6% dos estudantes não possuem as habilidades esperadas de leitura ao final do 3º ano do ensino fundamental, contexto que impacta fortemente os indicadores de repetência e evasão



escolar. Este cenário preocupante também pode ser observado no Distrito Federal, com 45% das crianças sem as habilidades esperadas de leitura e de matemática ao final do 3º ano.

O contexto acima explicita que há uma lacuna de aprimoramento dos processos de ensino e de aprendizagem a ser suplementada. As evidências demonstram que, com uma metodologia de aprendizagem adequada, baseada principalmente na estruturação do ensino e na gestão baseada em indicadores, é possível melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos do 1º ano, em processo de alfabetização, e impactar em toda a sua trajetória escolar.

O investimento na qualificação da educação é um requisito essencial para a melhoria dos indicadores sociais, rompendo o círculo vicioso da desigualdade socioeconômica e da pobreza e, dessa forma, tornar possível a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O cenário apresentado acima justifica a necessidade e a urgência da implantação de uma estratégia para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, sobretudo nas séries iniciais.

O QUE DIZ A POLÍTICA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (PNA)

Instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, a PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização. Dentre as principais diretrizes da política estão:

- a alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas. (Artigo 1º);
- a PNA deve ter fundamentação nas ciências cognitivas. (Artigo 3º), com ênfase no ensino de cinco componentes essenciais para a alfabetização:
 - I. Consciência fonêmica, instrução fônica sistemática
 - II. Fluência em leitura oral
 - III. Desenvolvimento de vocabulário
 - IV. Compreensão de textos
 - V. Produção de escrita



- deve-se adotar referenciais de políticas públicas exitosas, tanto nacionais quanto estrangeiras. (Artigo 3º);
- priorização da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental. (Artigo 5º);
- incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil; (Artigo 5º)
- a política de alfabetização deverá passar por avaliação e por monitoramento constante (Artigo 9º), incluindo as seguintes ações:
 - avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados;
 - desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização;
 - desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita.

Documento na PNA na íntegra disponível em:

http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf

DESENVOLVIMENTO DO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO

O Pacto pela Alfabetização é fruto de um acordo de cooperação firmado entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Instituto Raiar, publicizado no **DODF nº 98 de 26 de maio de 2021, com o Acordo de Cooperação nº 05/2021 no processo SEI nº 00080-00018746/2021-14**, e tem como principal objetivo implementar as diretrizes do PNA, melhorando os indicadores de alfabetização no município, aumentando as chances de cada criança avançar em sua trajetória escolar.

a) Escopo da parceria:

O Acordo de cooperação tem duração de 3 anos e as atividades previstas serão executadas por cada uma das partes integrantes do acordo conforme abaixo:



Instituto Raiar	Secretaria de Educação
Monitoramento da implantação da solução técnica e gerencial; Financiamento do Programa de Alfabetização; Apoio a modelagem de gestão; Apoio aos processos de comunicação para engajamento comunitário.	Elaboração e execução do plano de trabalho; Implantação das ações; Gerenciamento de resultados.

A solução pedagógica para o Programa de Alfabetização será fornecida pelo Instituto Alfa e Beto. Os critérios de escolha, bem como a detalhamento da solução serão explicitados neste documento.

b) Instituto Raiar e a participação da sociedade civil na implantação de políticas públicas:

O Instituto Raiar é uma organização apartidária e sem fins lucrativos que tem como objetivo atuar em parceria com o Poder Público, promovendo o desenvolvimento pleno de crianças e de adolescentes, principalmente por meio da qualificação das políticas públicas na área da educação.

A participação e colaboração de toda a sociedade na construção de tais políticas é um direito e um dever previsto no artigo 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, **será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

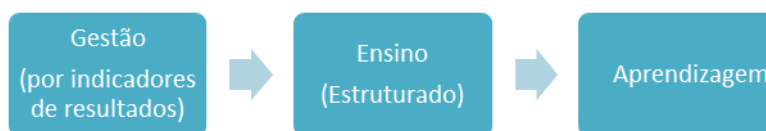
Tal ação colaborativa também é legitimada na página 44 do PNA: “A presença das organizações da sociedade civil é sinal significativo da amplitude do esforço para levar a efeito esta política nacional, cujo bom êxito depende da harmoniosa articulação entre os seus diversos agentes.”

Neste sentido, o Instituto Raiar, por meio deste Acordo de Cooperação, exerce seu direito e função social de defender e trabalhar para a preservação do direito de aprendizagem das crianças.



OBJETIVOS

O objetivo do programa é contribuir para que haja uma transformação nas práticas pedagógicas e gerenciais, de forma a projetar o município numa trajetória que lhe permita um salto de qualidade na alfabetização e no avanço escolar das crianças. Neste sentido, a estratégia para a qualificação da aprendizagem segue o ciclo apresentado no diagrama abaixo, onde se começa pela estruturação dos processos de gestão, passando pela estruturação das metodologias de ensino que impactarão na aprendizagem.



Os objetivos específicos do Pacto estão estabelecidos conforme os seguintes eixos:

Gestão	Qualificar a gestão da rede municipal de educação para uma atuação pautada pela estruturação do ensino e análise crítica de indicadores de resultados e melhores práticas para garantia da aprendizagem.
Ensino	Implantar a metodologia de ensino estruturado para as turmas de Pré II, 1º e 2º ano.
	Formar diretores e demais lideranças pedagógicas para gerir a escola com foco na excelência do ensino.
Aprendizagem	Capacitar e sensibilizar professores para a utilização de metodologia adequada de planejamento, prática de sala de aula, avaliação e recuperação de alunos.
	Desenvolver os pré-requisitos necessários para alfabetização no último ano da educação infantil.
	Promover a alfabetização e o domínio das habilidades esperadas de escrita e matemática até o final do primeiro ano.
	Potencializar o desenvolvimento da compreensão e fluência em leitura e domínio das habilidades de escrita e matemática, a cada ano.
	Diminuir a infrequência escolar



O MODELO DE ATUAÇÃO DO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO

O acordo de cooperação prevê que a aprendizagem passe a ser o centro da política de gestão da educação. Para alcance dos objetivos propostos, serão implementadas 3 macroações:

1) Sistema de Ensino Estruturado:

Implantação de Sistema de Ensino Estruturado que alia pedagogia e gestão. Será composto de programa de ensino, materiais didáticos, propostas pedagógicas, plano de curso, métodos de avaliação e recuperação e materiais de apoio ao professor.

2) Modelagem de Gestão:

Consultoria do Instituto Raiar para apoio aos processos de sensibilização da rede de educação, gestão da mudança e estruturação do processo de gestão a partir de indicadores de aprendizagem. Cada etapa do programa segue um ciclo de planejamento, de implantação e avaliação de resultados e de execução de medidas corretivas para alcance de metas.

3) Mobilização Social:

Consultoria do Instituto Raiar para planejamento e execução de estratégias de comunicação, com o objetivo de envolver toda a comunidade escolar na construção e na garantia de uma educação básica de qualidade.

Uma das principais ações do eixo de mobilização social é a oferta de um programa de aprendizagem socioemocional para professores que tem como objetivo promover a aprendizagem coletiva e dar suporte aos educadores, buscando o desenvolvimento social, emocional e ético de toda a comunidade escolar.



SOBRE A ESCOLHA PEDAGÓGICA ADOTADA

a) A escolha da solução técnica a ser implantada

A metodologia que está sendo implantada em Santa Maria é chamada de Sistema de Ensino Estruturado, é financiada pelo Instituto Raiar e fornecida pelo Instituto EDUBE. Tal solução foi escolhida a partir dos seguintes critérios:

- I. programa de ensino baseado em sólidas evidências científicas nacionais e internacionais.
- II. Evidências robustas de resultados na melhoria de indicadores de resultados de Redes de Educação. Não há no país outra solução com resultados semelhantes.
- III. Alinhamento com a Política Nacional de Alfabetização (Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019).

Trata-se de uma estratégia de intervenção que integra as atividades de pedagogia e de gestão nos níveis de sala de aula, escola e secretaria tendo como referência o conceito de ensino estruturado. Os programas de ensino são baseados em evidências científicas sólidas e materiais pedagógicos de alta qualidade.

O desenvolvimento do Programa de Alfabetização do Instituto Alfa e Beto foi liderado pelo Prof. João Batista Araújo Oliveira – Ph.D em Educação pela Florida State University. Seus estudos foram utilizados como referencial para a Construção da Política Nacional de Alfabetização, bem como para o estudo da Academia Brasileira de Letras “Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva.”, documento que serviu como base para a construção do PNA.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO

Para monitoramento das ações e dos resultados desta política pública, está prevista no Acordo de Cooperação a formação de um comitê gestor. Tal comitê deverá ser liderado pelo Coordenador da Regional de Ensino em exercício e será regido pelas seguintes condições:

- o Comitê deverá ser composto pelos seguintes membros:
 - a) Coordenador da Regional de Santa Maria;
 - b) Representante da Secretaria de Educação;
 - c) Representante do Conselho de Educação;



- d) Representante do Conselho da Criança e do Adolescente;
 - e) Representante do Conselho Tutelar;
 - f) Representante do Ministério Público;
 - g) Representantes do conselho de pais e mestres;
 - h) Representante do Instituto Raiair.
- por convocação do coordenador da Regional de Ensino, o Comitê deverá se reunir bimestralmente para monitoramento das atividades implantadas, para a avaliação de resultados obtidos e, sempre que necessário, estabelecimento de ações em apoio aos resultados do Pacto pela Alfabetização;
 - Comitê Gestor deverá gerar um parecer ao final de cada reunião, prestando contas e formalizando alinhamentos necessários para o alcance dos melhores resultados no Pacto pela Alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma política de alfabetização eficaz terá reflexos positivos não apenas na Educação Básica, mas em todo o sistema educacional do país. O Pacto pela Alfabetização se constitui como uma estratégia para implementar, na íntegra, o Plano Nacional de Alfabetização como a alfabetização bem consolidada é imprescindível para o sucesso escolar, deve merecer prioridade absoluta, pois constitui o rito de iniciação da criança na escola formal assim toda criança deve ter o direito de dar certo, começar com sucesso.

Como sociedade, não podemos mais aceitar que mais da metade das crianças do país e desta cidade cheguem aos 8 anos de idade sem saber ler. A sociedade deve estar mobilizada e unida para reverter este cenário que tem penalizado a maioria das crianças. As famílias de classes sociais mais baixas são mais fortemente punidas em momentos de crise, de desemprego ou de pandemia, e a tendência é aumentar as desigualdades. Por isso a necessidade de intervenções rigorosas para evitar que as diferenças se perpetuem.

Para termos êxito em nossas intervenções, baseamo-nos na ciência cognitiva da leitura que apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 116 DE SANTA MARIA**

leitura e da escrita. De acordo com essa perspectiva, as políticas e as práticas educacionais devem ser orientadas pelas melhores evidências em relação aos prováveis efeitos e aos resultados esperados, exigindo que professores, gestores educacionais e pessoas envolvidas na educação consultem a literatura científica nacional e internacional para conhecer e para avaliar o conhecimento mais recente sobre os métodos de alfabetização.